

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.**-----

-----**ATA NÚMERO OITENTA E SEIS**-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça,

Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz e Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente, Fernando Medina, pelo Senhor Vice-Presidente João Paula Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Manuel Grilo, Paula Marques, Miguel Gaspar e Ricardo Veludo. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Rocha Correia e Ana Rita Costenla e Jorge Alves.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhores Deputados, vamos começar a nossa sessão, eu não sei se já está o Senhor Primeiro Secretário, ou se é substituído hoje, não tenho indicação disso, mas estamos em condições de começar, não vamos atrasar os trabalhos, hoje é um debate importante que se realiza na Assembleia Municipal. -----

----- Como sabem uma vez por ano a Assembleia Municipal tem uma sessão dedicada, uma vez por ano, a discutir o Estado da Cidade de Lisboa, e essa sessão será hoje

vamos a todo momento, deverá chegar o Senhor Presidente da Câmara, mas, entretanto temos público inscrito e podemos começar os nossos trabalhos.” -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora neste período dedicado ao Público, Senhores Deputados, eu tenho três pessoas inscritas, temos em primeiro lugar a Senhora Dona Georgina da Silva Simões, se faz favor. Senhora Dona Georgina são cinco minutos, faça o favor.-----

----- Pedia aos senhores Deputados para estarem sentados, para ouvirmos com respeito o que esta cidadã nos vem dizer.”-----

----- **A Múncipe, Georgina da Silva Simões**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“*Boa tarde a todos, sou Georgina da Silva Simões, moro há trinta anos em Marvila, acontece que agora a senhoria mandou-me uma carta a dizer que tinha um ano para sair, portanto, o prazo está-se a acabar, acaba agora no final de outubro, eu não tenho para onde ir, não tenho condições de alugar uma casa nem fora e nem dentro de Lisboa.*-----

----- *Estou inscrita há um ano e tal na Câmara, eu estava a receber o Rendimento de Inserção Social, tinha uma pontuação de 254/4, entretanto em abril arranjei trabalho e comecei a trabalhar e a minha pontuação baixou para 0,9, portanto, neste momento estou muito preocupada porque eu moro sozinha em Lisboa, sou do Norte, Distrito de Viseu, e não tenho ninguém que me possa ajudar!*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Dona Georgina, tudo bem, a gente percebeu, esteja à vontade. Se quiser continuar muito bem, se quiser ficar por aqui já percebemos o problema, como quiser.” -----

----- **A Múncipe, Georgina da Silva Simões**, no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “*Desculpe, sim, obrigada.* -----

----- *Portanto, eu não tenho cá ninguém que me possa ajudar, não é? Já não tenho pai, a minha mãe neste momento está nos Cuidados Intensivos, e é só.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É só e é muito Senhora Dona Georgina! -----

----- Em primeiro lugar ficamos felizes por saber que encontrou emprego, porque isso também é muito importante, embora tenha tido essa consequência de lhe baixar a pontuação no RAHM. -----

----- É preciso dizer-lhe que, neste momento, nós temos pronto para ser aprovado em Câmara, e vir aqui à Assembleia Municipal, um novo Regulamento do Direito à Habitação na Cidade de Lisboa. Esse novo Regulamento vai permitir às pessoas que, como a Senhora, no seu caso, se candidatarem à renda acessível, e nós pensamos que poderão abrir concursos ainda este ano para a Renda Acessível, uma vez que, para a

Renda Apoiada, conforme aqui disse, a sua pontuação é baixa por causa do rendimento, a pontuação, eventualmente, até poderá aumentar, porque os critérios de pontuação vão ser alterados com o novo Regulamento. -----

----- Nós pensamos que este novo Regulamento poderá ser aprovado por esta Assembleia já em novembro e, portanto, vai ter de esperar mais algum tempo. -----

----- Sei que está muito aflita, que está no prazo de um ano...” -----

----- **A Muniçipe, Georgina da Silva Simões**, no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “*Não estou no prazo, está a acabar o prazo! Acaba agora no final deste mês.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Poderá dirigir-se à sua Freguesia para saber se lhe podem dar, através do Fundo de Emergência Social, um apoio pontual para resolver o problema enquanto não tem uma solução, e o que interessava mesmo era candidatar-se à Renda Acessível, ou então ainda poderá candidatar-se ao Subsídio Municipal ao Arrendamento. -----

----- A Câmara tem um programa que permita às pessoas terem um subsídio que ajuda a pagar uma renda, eu bem sei que o seu ordenado não é muito grande, mas com a ajuda de um subsídio da Câmara talvez consiga, pelo menos durante algum tempo, enquanto não encontra uma melhor solução e, portanto...” -----

----- **A Muniçipe, Georgina da Silva Simões**, no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “*O problema é que não há casas para alugar, é só casas para vender.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu sei que não há casas para alugar, mas procurando bem às vezes conseguem-se e, portanto, na fase em que está e com a dificuldade em que está, todas as hipóteses devem ser exploradas e eu peço-lhe para ter resistência para conseguir fazer esse caminho. -----

----- Se precisar de ajuda, naturalmente, pode pedir ajuda ao meu Gabinete, que poderá ajudá-la em como é que tem que fazer essas várias coisas, a Doutora Elisabete, que está aqui, poderá dar-lhe a explicação de como é que pode colocar-se para se candidatar nestas várias possibilidades, mas vai precisar de encontrar uma solução alternativa, como é evidente e, portanto, vai ter que se movimentar e procurar nestes vários caminhos. -----

----- O novo Regulamento vai colocar os caminhos todos num regulamento, agora são programas separados, é mais complicado, mas penso que se poderá desde já tentar, até que encontre uma solução que se adeque à sua situação. Muito, muito obrigada.” -----

----- **A Muniçipe, Georgina da Silva Simões**, no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “*Muito obrigada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “De qualquer maneira pergunto só mais uma coisa, a carta que recebeu, tinha um contrato com prazo?”-----

----- **A Muniçipe, Georgina da Silva Simões**, no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- *“Eu tinha o contrato de 5 anos, que depois era renovável de ano a ano e, portanto, a senhoria este segundo contrato já não renovou. Estive 5 anos, fiz os 6 anos e a senhoria mandou uma carta a dizer que tinha até final deste mês para sair.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pronto, Dona Georgina já percebi e, de facto, a Lei permite isso, isso é um problema muito complicado, mas tem algumas hipóteses que poderá explorar, e é isso que deverá fazer.-----

----- Eu vou pedir à Doutora Elisabete, do meu Gabinete, para falar consigo para lhe dar explicação detalhada do que é que poderá fazer, e vamos ficando atentos.”-----

----- **A Muniçipe, Georgina da Silva Simões**, no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- *“Muito obrigada, boa tarde.”*-----

----- (Os documentos entregues pela muniçipe Georgina da Silva Simões ficam arquivados nos Serviços da Assembleia Municipal).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Vou pedir agora à Senhora Dona Isabel Ventura, que nos vem falar também de Marvila, mas é de uma outra questão, é a questão de espaço público.”-----

----- **A Muniçipe, Isabel Ventura**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Muniçipes.-----*

----- *Venho falar-vos de Marvila, uma das maiores Freguesias de Lisboa, mais concretamente do estado de degradação de alguns dos bairros sociais, estado que urge alterar.-----*

----- *Começamos pelo Bairro da Flamenga, talvez o pior toda a Freguesia, este bairro reflete a negligência de muitos anos da Câmara relativamente a muito do edificado municipal, um esgoto a deitar por fora, fachadas que nunca viram tinta desde a sua construção, total abandono, o estado destas habitações e do espaço público degrada a vida destes moradores e periga a sua saúde!*-----

----- *Não se fiscalizaram materiais nem construtores aquando da sua construção, e não se pensou em fazer manutenção, é urgente alterar esta realidade.-----*

----- *Tenho a informação de que o Bairro dos Lóios passará em breve para a Câmara, também este bairro prima pelas paredes negras de humidade do edificado e do espaço público sem qualquer manutenção! É bom que a Câmara Municipal de Lisboa esteja ciente da degradação deste bairro, mesmo ainda antes de ele passar para a sua administração.-----*

----- *Vamos para o Bairro do Condado, onde há habitações cujas fachadas foram pintadas, mas que escondem paredes interiores negras de humidade, casas com 4*

*andares sem elevadores, entradas de edifícios de meter medo, espaço público degradado, fossas no rés-do-chão e descampados onde cresce o mato! Para não falar dos fios dependurados no exterior das casas, como por exemplo, na entrada da antiga sede da Junta de Freguesia de Marvila, Avenida João Paulo II, onde habitam vários moradores.* -----

*---- Mas este estado de abandono não se confina aos bairros sociais, na Rua do Vale Formoso de Cima, n.º 169- A, por exemplo, o esgoto encontra-se aberto exalando um cheiro nauseabundo e atraindo os insetos.* -----

*---- O caminho que ladeia as habitações é de terra batida e não se vê qualquer vestígio de tratamento por parte da Câmara Municipal de Lisboa, apesar de já ter sido feita a participação de ocorrência do esgoto, a Câmara não dá mostras de querer resolver o assunto.* -----

*---- Trata-se de um caso de saúde pública que tem que ter uma solução!* -----

*---- Devo acrescentar que há amianto em muito do edificado, e todos conhecemos o efeito que isso tem ao nível das doenças cancerígenas, acresce que há falta de habitação em Lisboa, mas, nesta Freguesia, há casas devolutas que não são reabilitadas nem alugadas às pessoas que delas necessitam, e são muitas, e numa lista que não ata nem desata.* -----

*---- Há terrenos para construção vazios e abandonados a que urge dar utilidade, para construir mais habitação municipal, para usufruto de quem dela necessita. Para além de um hospital, recordam-se, várias vezes foi prometido e nunca realizado, em sessões da Associação de Moradores, na própria Junta em sessões que foram lá feitas, foi prometido o hospital.* -----

*---- Quanto à regra que limita o acesso à habitação social, ao EAS, e cuja alteração foi prometida na Reunião Descentralizada de fevereiro, onde coloquei a questão, ainda espero por ela.* -----

*---- Falam ainda, portanto, por exemplo, quem tem o salário mínimo não tem direito a uma habitação social!* -----

*---- Falam ainda de mobilidade, em primeiro lugar as carreiras de bairro são uma coisa boa, mas elas não passam em muitas zonas da Freguesia, é preciso que o seu percurso seja seriamente estudado com a Junta de Freguesia de Marvila, servindo todos os cidadãos igualmente, não há cidadãos de primeira e de segunda em Marvila, não pode haver.* -----

*---- Por outro lado, a mobilidade a partir das 21h 30m é para esquecer, não é só aqui em Marvila, é em toda a Lisboa, poucas carreiras e que não chegam a toda a Freguesia, não podemos esquecer que a Freguesia é muito grande e poucas são as carreiras a partir dessa hora.* -----

*---- É urgente alterar este estado de coisas, vim aqui para que a Câmara Municipal tenha consciência do que se passa e do que é necessário alterar, e espero ser bem-sucedida. Obrigada.”* -----

*---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

*---- “Obrigada Senhora Dona Isabel.*-----

----- Senhora Dona Isabel, obrigada pela sua intervenção, é muito importante para esta Assembleia que os cidadãos venham aqui trazer a realidade do dia-a-dia dos seus bairros, como trouxe, aliás, da sua Freguesia. -----

----- Há questões que naturalmente nós iremos remeter à Câmara, para pedir esclarecimentos, depois da sua intervenção. -----

----- Penso que a Dona Isabel não me está a ouvir, pode distribuir os documentos todos aqui, mas eu estava a tentar responder-lhe, nós depois distribuímos. Tem mais alguma coisa para distribuir? Muito obrigada. -----

----- Estava a dizer que agradecemos a sua intervenção e que, naturalmente, irá ser enviada à Câmara para a Câmara dizer o que tem a dizer de sua justiça relativamente às questões que suscitou.-----

----- Quanto ao Regulamento Municipal da Habitação é verdade o que disse, que não permite o acesso a pessoas com o salário mínimo, porque há pessoas com rendimentos mais baixos que passam à frente. -----

----- A pontuação vai ser mudada, o novo Regulamento está pronto, tem que ser aprovado em Câmara e tem que vir aqui à Assembleia Municipal, portanto, nós pensamos que em novembro, tanto esse como o Regulamento do Alojamento Local poderão ser aprovados e sendo aprovados entra-se já numa nova grelha, em que os critérios são mais justos, mas foi preciso estar este tempo em vigor para a gente perceber onde é que estavam os erros, e para corrigir os critérios anteriores. -----

----- Era isto que eu queria transmitir. Muito obrigada pela sua intervenção.-----

----- Quanto às questões que levantou de carácter construtivo irei, naturalmente, levá-las à Câmara, sobre o Bairro do Condado, portanto, a Câmara tem conhecimento, a Câmara sabe quais são as empreitadas que estão previstas, eu não sei de cor, a realizar no Bairro do Condado e depois poderemos responder-lhe com mais propriedade. Muito obrigada. -----

----- (As fotos entregues pela Munícipe Isabel Ventura ficam anexadas à presente Ata, como **Anexo I** e dela fazem parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- Temos ainda a intervenção da Senhora Dona Maria Manuela, já nossa conhecida, cidadã e munícipe que gosta muito de aqui vir, e nós gostamos de a ouvir e já conseguiu dois lugarzinhos de estacionamento para deficientes, sem limite de tempo, em vários pontos da cidade, mas não está com certeza suficiente feito. Faz favor.”-----

----- **A Munícipe, Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Mais uma vez estou aqui e gostava de não estar, ou então ser para elogiar, o que não é o caso, porque continuo a sentir-me infeliz com a Lei que puseram de pôr nos lugares para qualquer deficiente estar condicionado a dias úteis, úteis, portanto, nem sábados nem domingos, nem feriados, não pode estacionar! -----*

----- *E ter horários que começam às 9 da manhã e vão até às 18 ou às 19 horas, resultado, há pessoas que põem o carro às 18 horas, que não são deficientes, na sexta-feira e só o vão tirar na segunda-feira às 9 horas da manhã, e eu quero*

*circular, porque o carro é os meus pés, e circular é viver, mas acabo por ficar em casa, porque vou e não tenho lugar para estacionar, e isto eu não entendo nesta Lei! Porque devem ajudar quem tem mobilidade reduzida, isso está bem, e é isso que eu peço, é ajuda!* -----

----- *Eu até nem estou a pedir mais lugares do que aqueles que existem! Eu só não quero é esta discriminação, reprimem-me e condicionam-me a dias úteis e a horários, eu não tenho dias úteis nem horários, nesta fase da minha vida, que eu estou no último quartel da vida, eu até estou admirada de cá andar, porque eu não ia sobreviver, fiquei no hospital quando nasci, tive uma infância traumatizante, porque não brinquei, não saía da caminha.* -----

----- *Aos 7 anos foi quando tive alta do Hospital da Estefânia, graças aos médicos que tudo fizeram para me pôr em pé, e cair também, e então fui para a Instrução Primária e era a mesma coisa “Tu não brincas! Senta-te ali ao canto! Porque tu cais!” e eu cá para comigo, quer dizer, no hospital não brinquei, sempre na caminha, não me tiravam da caminha, e eu era saudável e sou saudável, graças a Deus, tenho 82 anos com saúde e com alegria de viver, e agradeço a Deus a minha deficiência ter ido toda para os pés! Mãos e cabeça está tudo muito bem! Dos pezinhos para cima estou muito bem, mas agora estou muito mal e faz-me lembrar a minha infância, não brinquei e agora não posso estacionar!*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Dona Manuela, muito obrigada, não sei se já terminou? Sim. -----

----- Senhora Dona Manuela, aqui já temos ouvido o seu problema, já levantámos o problema à Câmara, a Câmara já fez umas pequenas alterações, mas a questão de fundo permanece, e foi isso que a Senhora Dona Manuela aqui nos trouxe hoje, a questão de fundo que a Senhora Dona Manuela está a colocar é porque é que os lugares para deficiente, não são os lugares do residente deficiente, são os lugares para deficiente em toda a cidade, têm um horário, que é o horário útil, quando a gente circula por toda a cidade durante todo o dia, eu penso que é esta a questão. -----

----- Esta questão, de facto, não está resolvida, nós temos neste momento uma petição pendente na Assembleia Municipal, de vários cidadãos que pedem alterações ao Regulamento de Estacionamento, eu penso que poderá ser sensato a Mesa encaminhar as suas intervenções para a Comissão, que vai apreciar essa petição, porque se vão apreciar a petição e se houver uma oportunidade realmente de alterar o Regulamento de Estacionamento, e se a própria Comissão da Assembleia entender que a sua pretensão faz sentido, poderia ser introduzida no Regulamento, os Senhores Deputados têm poder para o fazer! -----

----- Fazem uma recomendação à Câmara e fazem uma proposta de alteração do regulamento e, portanto, eu penso que era isso que poderia dar-lhe algum sossego e ver conquistada uma causa, pela qual se bate há muito tempo! -----

----- Vamos seguir este caminho, eu até agora não lhe disse isto, porque não havia abertura, digamos assim, para rever um regulamento que ainda há muito pouco tempo foi revisto, mas neste momento há uma petição para isso mesmo e, portanto, vamos



ver como é que a Comissão aprecia a petição, se a Assembleia aprovar alguma recomendação na sequência dessa petição, e eu iria sugerir, atrevo-me a sugerir depois à Comissão que a vai apreciar, que é a 8ª Comissão, que tenha em conta estas suas intervenções várias, e que faça uma discussão sobre se deve ou não deve propor uma alteração ao regulamento, no sentido do que a Senhora Dona Manuela aqui tem dito. --

----- Penso que é uma questão útil, necessária e pode ser apreciada pelos Senhores Deputados e, portanto, mais uma vez agradeço a sua persistência, a sua insistência e a sua prova de cidadania! -----

----- Muito obrigada Dona Manuela. -----

----- Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, nós estamos aqui, neste momento para entrar na Ordem de Trabalhos -----

----- Eu queria perguntar ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, se o Senhor Presidente da Câmara não vem? -----

----- Vem?! -----

----- Mas vamos começar, porque já está no ponto. -----

----- Muito bem, Senhores Deputados, ontem na reunião da Conferência de Representantes, dei conhecimento a todos os Senhores Representantes que irei renunciar ao meu Mandato de Presidente desta Assembleia e Deputada Municipal no final deste mês. -----

----- Naturalmente ouvi umas palavras muito elogiosas, muito agradáveis, aliás, se calhar excessivas, de todos os Grupos Municipais e Deputados Independentes que estavam presentes, portanto, agradeço na altura e torno-o a fazê-lo aqui. -----

----- Mas invocando o preceito regimental que me permite a mim, e a todos os Senhores Deputados, uma vez por ano, dispor de cinco minutos, para fazer a intervenção que entendam, eu propus fazer esta intervenção de cinco minutos agora, antes de começar o Debate do Estado da Cidade, porque entendo que, durante o Debate do Estado da Cidade se eu fizesse esta intervenção, teria que sair, e já não poderia voltar à Mesa e, portanto, é isso que vou fazer agora, a partir de agora e da tribuna. -----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores. -----

----- Acabo de confirmar que irei pedir a renúncia ao meu Mandato de Presidente da Assembleia Municipal e Deputada Municipal, e quero dizer-vos a todos que o faço com a consciência do caminho que fizemos todos juntos, e que eu fiz convosco ao longo dos últimos doze anos, primeiro como Vereadora, depois como Presidente desta casa. -----

----- Devo dizer-vos que foi um percurso entusiasmante, em que pudemos todos contribuir para fazer desta Assembleia uma verdadeira casa da cidadania, que é plural, que é dinâmica, que é aberta e é participada, é por isso que eu me sinto no dever de exprimir hoje aqui publicamente o meu reconhecimento pelo trabalho que todos aqui fazemos. -----

----- Agradeço em primeiro lugar, naturalmente à Mesa, não tenho presente o Senhor Primeiro Secretário, nem quem o substituí a Patrocínia, mas agradeço ao Rui Paulo

Figueiredo e à Maria Virgínia Estorninho, a colaboração que me deram ao longo de todo este tempo, neste Mandato.-----

----- Agradeço a todos os Senhores Deputados, individualmente e também a todas as bancadas com quem tive a honra, e o privilégio de trabalhar ao longo deste tempo, agradeço a todos os Presidentes, e Secretários das Comissões o muito trabalho que fazem nas reuniões, nos pareceres, nas recomendações, é um trabalho permanente persistente e fundamental para o funcionamento desta casa. -----

----- Agradeço também naturalmente, a dedicação e o empenho dos serviços que nos tem apoiado, em primeiro lugar na pessoa da Doutora Paula Levy e Diretora do DAOSM, incedível sempre no apoio a esta Assembleia Municipal, e a todos os colaboradores do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- Expresso, o meu agradecimento no nome dos quatro coordenadores, nós, neste momento, não temos a chefia, não está preenchida, temos quatro coordenadores, a Cristina Martinho, a Rita Viegas, o Paulo Braga e o Pedro Formosinho Sanchez, mas nestes quatro nomes, eu dedico o meu agradecimento, a todos e a todas, que dão apoio a esta Assembleia Municipal, quer aos que são funcionários da Câmara, quer aos que são colaboradores dos gabinetes de apoio, quer ainda aos Senhores Agentes da Polícia Municipal, toda esta gente é fundamental para que esta casa possa ser aquilo que é, e possa fazer o seu trabalho, ninguém faz nada sozinho.-----

----- Eu queria também testemunhar o meu apreço pelos Membros da Câmara Municipal, naturalmente, o Senhor Presidente sabe que nós aqui temos uma especial uma especial motivação para escutinar o trabalho desta Câmara, e fazemo-lo com bastante insistência, mas sei que é assim em democracia, é assim que tem que ser.-----

----- E, portanto, Senhor Presidente, muito obrigada, tive honra de partilhar consigo a liderança das listas autárquicas aos Órgãos do Município de Lisboa em 2017 e, naturalmente, permitam-me que estenda isto a todos, Vereadoras e Vereadores, da maioria e da oposição, e uma palavra em especial à Paula Marques, que ficou com o fardo da habitação numa altura em que, ao contrário do que nós pensámos a crise habitacional não estava a começar a ser resolvida, pelo contrário, estava a ser agravada, e está, e, portanto, é um fardo difícil, e também, ao João Paulo Saraiva que aqui representa a Câmara, e com sua verve, e com o seu entusiasmo aqui nos ajuda a animar as sessões e a fazer aquele despique que é fundamental em qualquer Parlamento. -----

----- Naturalmente por trás de todo o trabalho que o nosso *site* espelha, todos os dias há uma equipa que o prepara e o consolida, sem o meu gabinete de apoio em especial, e deixem-me nomeá-las, as três funcionárias da Câmara que integram o meu gabinete: a Alexandra Casanova, a Elisabete Guedes e a Sofia Meneses, sem os membros contratados que me ajudam, o Pedro Tito, e a Luísa Jacobetty e a Catarina Homem, sem a colaboração dos gabinetes do Doutor Rui Paulo Figueiredo e da Maria Virgínia, e ainda agora a Catarina Laranjo, também nos tem estado a ajudar, sem toda esta gente, pouco teríamos feito. -----

----- Eu queria dirigir uma palavra também aos jornalistas, às Senhoras e Senhores Jornalistas, que dão visibilidade aos nossos debates, e à pluralidade deste órgão, com

certeza que já constataram que a Assembleia Municipal Lisboa é a única em todo o país que tem regularmente notícias na comunicação social, e é porque se faz aqui trabalho, mas uma parte desse trabalho, também é o trabalho que eles fazem ao dar a público conhecimento daquilo que aqui se passa.-----

----- É claro que a razão de ser tudo isto, começa e acaba nos cidadãos, estamos aqui pelo voto recebido, mas, naturalmente, são as intervenções, as reclamações, os alertas, as petições dos cidadãos, e das suas organizações que impulsionam e projetam o trabalho desta Assembleia. -----

----- Eu destaco naturalmente, as personalidades, as entidades, as organizações, e foram tantas ao longo destes anos, que animaram os nossos debates temáticos, as nossas audições públicas, e que aqui vieram dar público testemunho de cidadania.-----

----- Mas eu não estou aqui apenas para olharmos para trás, a vida continua as exigências desta casa vão certamente crescer, Lisboa precisa de um Parlamento local como este, cada vez mais participado e mais interventivo para ser a cidade que queremos. -----

----- Estarei aqui ainda mais uma reunião para arrumar a casa, se me permitem precisamos de fechar, compreenderão todos votando o processo de alteração regimental que se arrasta há vários meses, e que nos vai permitir respeitar os direitos de todos os Deputados Municipais, inscritos ou não inscritos em Grupos Municipais, a intervir e participar de pleno direito nos trabalhos desta casa. -----

----- Somos uma Assembleia muito plural, mais plural de que a Assembleia da República, neste momento, temos nove Grupos Municipais, e onze Deputados Independentes não inscritos, a formação democrática da decisão coletiva tem de ser sempre e cada vez mais um processo transparente e imparcial, e eu estou convencida que este é o rumo que todos desejam, e continuará a ser seguido no respeito naturalmente, pela personalidade, ou pelas personalidades de quem vier a ser Eleito para a Mesa desta casa. -----

----- Obrigado a todos, até sempre, cá estarei, espero que me convidem para a festa de Natal. -----

----- Muito obrigada, o aplauso é naturalmente coletivo, e é para todos, pelo dever que temos de estar aqui e de o fazer o melhor possível.-----

----- Vamos prosseguir, agora sim entrando no nosso debate anual do Estado da Cidade.” -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 67, DE 07.05.2019.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos uma ata para aprovar, sim senhor, muito obrigada.-----

----- Vamos pôr à consideração a ata n.º 67, do dia 7 de maio. -----

----- Pergunto se alguém tem alguma observação a fazer a esta ata?-----

----- Não vejo pedidos de palavra.-----

----- Vou pôr a ata à votação.” -----

----- Aprovação de **Ata 67** relativa à reunião de **7 de maio de 2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 10 IND. Está **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na referida reunião. -----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário). ---

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 67**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 67** Sessão Ordinária de abril (4ª Reunião), realizada em sete de maio dois mil e dezanove, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: DM André Couto (PS), DM Augusto Miguel Gama (PS), Diogo Feijóo (PS), DM Hugo Cordeiro Lobo (PS), DM Jorge Jacinto Marques (PS), DM José António Borges (PS), DM José Manuel Moreno (PS), DM Pedro Delgado Alves (PS), DM Rute Lima Jesus (PS), DM Carlos Alpoim Barbosa (PSD), DM Diogo Moura (CDS-PP), DM João Maria Condeixa (CDS-PP), DM Maria Luísa Aldim (CDS-PP), DM José Inácio Faria (MPT), DM Maria Helena Roseta (IND), DM Carlos Lage Teixeira (IND) e Raul Santos (IND) -----

----- **PONTO 2 – DEBATE ANUAL SOBRE O ESTADO DA CIDADE, DE ACORDO COM O FORMATO INCLUÍDO NO ANEXO À PRESENTE CONVOCATÓRIA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 41ª E NO ANEXO I DO REGIMENTO; GRELHA E- 5X GRELHA B, COM AJUSTAMENTO EXCEPCIONAL EM FUNÇÃO DA ATUAL COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA; LIMITE MÁXIMO 5 HORAS;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora sim, vamos fazer o Debate do Estado Cidade. -----

----- Informar os Senhores Deputados, eu julgo que todos receberam esta informação, mas vou confirmá-la. -----

----- Nós ainda não temos as alterações ao Regimento aprovadas, e portanto, o ajustamento da grelha para esta reunião foi proposto por mim ao Grupo de Trabalho do Regimento. -----

----- O Grupo de Trabalho do Regimento introduziu umas ligeiras alterações, foi por consenso levada à Conferência de Representantes, que por consenso aceitou que fosse essa a grelha que nós vamos aqui seguir hoje. -----

----- Portanto, os tempos que estão ali projetados resultam de uma grelha que foi ajustada pontualmente para a sessão de hoje. -----

----- Dizer-vos ainda que a sessão tem início com a intervenção do Presidente da Câmara, segue-se a intervenção de cada um dos Grupos Municipais e dos Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes, uma primeira intervenção, e depois é o debate generalizado de acordo com as intervenções que estiverem aqui pedidas na Mesa. -----

----- O debate termina com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, portanto, apenas estas são as regras que nós temos para este debate. -----

----- Pedia a todos para estarem atentos ao tempo, é um tempo extenso, obrigará, naturalmente, cada um a gerir bem o tempo dos seus Grupos Municipais, e a gestão do tempo dos Deputados não inscritos será feita pela Mesa à medida que os debates forem ocorrendo iremos descontando no tempo dos Deputados não inscritos e tem a palavra para começar o Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Coincidi este Debate do Estado da Cidade no momento em que se completam dois anos desde as eleições autarcas de outubro de 2017. -----

----- Dois anos que marcam assim metade do Mandato dos Órgãos Autárquicos da Câmara, da Assembleia, das Assembleias de Freguesia, é pois tempo de balanço, de ponto de situação, mas também de abertura das pistas e das linhas para o futuro. -----

----- Creio ser reconhecido que a marca fundamental dos últimos anos na Cidade de Lisboa da sua evolução económica e política, é a da afirmação de Lisboa como uma verdadeira cidade global. -----

----- Longe vão os tempos do Presidente Jorge Sampaio em que nas Cartas Estratégicas da Cidade se colocava mesmo como objetivo colocar Lisboa no mapa. ---

----- Lisboa é hoje reconhecidamente uma cidade global. -----

----- Não pretende nem ambiciona a substituir-se a qualquer outra das grandes cidades capitais da Europa ou no mundo, mas a verdade é que Lisboa pertence hoje a um pequeno conjunto de cidades perfeitamente integradas na economia global, com as quais se relaciona, com as quais partilha, com as quais se identifica e com as quais comunica instantaneamente. -----

----- Lisboa passou de ser a capital de um país pequeno num canto periférico da Europa, para ser uma cidade de pleno direito inserida nas mais modernas redes internacionais de que fazem parte as principais cidades do mundo.-----

----- Ninguém poderá negar que esta é porventura a maior transformação, que tanto orgulho nos dá, que tanto orgulho dá aos lisboetas, que é tão responsável por tantas transformações profundas do lado da economia, como do lado social, e que marca indiscutivelmente a mudança de patamar da Cidade de Lisboa. -----

----- Mudança de patamar em primeiro lugar do ponto de vista económico, os últimos anos têm sido marcados por um dinamismo económico sem precedentes na história recente da cidade. -----

----- Uma combinação do turismo com a internacionalização da cidade, com a localização aqui de várias empresas que antes não estavam na cidade de Lisboa, numa conjugação do turismo com a reabilitação urbana e com o setor imobiliário, acima de tudo a colocação da cidade de Lisboa grande fonte produtora de talentos numa economia do conhecimento, também como fonte de receção e de manutenção de talentos para várias atividades produtivas. -----

----- Podemos hoje dizer sem qualquer margem de ambiguidade que a economia da cidade está forte, e que a economia da cidade tem puxado pela economia do país.-----

Muita gente levanta sempre a propósito da economia, da atividade do emprego, levanta sempre e valorizam “os mas” as dificuldades, as contradições próprias dos processos de crescimento, mas como socialista, como social-democrata não me esqueço que o emprego é a primeira das prioridades, e que uma cidade sem viabilidade económica sem sustentabilidade económica, não é capaz de assegurar o seu futuro.-----

----- Lisboa tem hoje uma base económica mais vasta, mais diversa, mais fortalecida.-----  
----- Falamos hoje do turismo que representa na Cidade de Lisboa mais de quatro auto europas, ou cerca de sete setores inteiros do setor do calçado, o turismo de forma direta ou indireta, falamos hoje da economia gerada pelas empresas e pelas jovens empresas criadas por jovens empreendedores, mas falamos sobretudo da cidade que é hoje casa de sedes e de operações de empresas de serviços transacionáveis na moderna economia global.-----

----- Esta é a base fundamental deste emprego moderno da Cidade de Lisboa, que se junta, aliás, a uma dimensão essencial da cidade que é o comércio tradicional de bens não transacionáveis, ele próprio em profunda mudança do que era o tradicional ponto de rotação nos interfaces das grandes vias rodoviárias, para a valorização do comércio de proximidade numa vida numa cidade ciclo mais curto. -----

----- É esta a evolução que nós temos assistido, e esta é uma evolução do impacto extraordinariamente positivo na vida da comunidade. -----

----- Vivemos hoje também naturalmente essas tensões deste processo, mas não podemos nunca deixar de sublinhar uma cidade para sobreviver, uma cidade para ser sustentável, tem que ter como prioridade, cuidar de sua base económica, isto é da capacidade de produzir e de reter os talentos necessários à sua existência, e à sua continuação. -----

----- Quero pois ser claro sobre as prioridades, sobre aquilo que é essencial fazermos durante este Mandato Autárquico, e nos próximos anos como fonte de manutenção desta atratividade.-----

----- Em primeiro lugar, nós precisamos de aumentar significativamente as áreas de escritórios ao dispor da cidade de Lisboa. As tendências atuais são de contrariar um movimento das décadas de 80 e de 90 da saída do Município de Lisboa, de vastas zonas empresariais para concelhos limítrofes.-----

----- Hoje as empresas procuram o centro da Área Metropolitana, procuram a Cidade de Lisboa para aqui instalarem os seus escritórios, aqui instalarem as suas fontes de emprego e de atividade.-----

----- E a verdade é que não temos ainda a capacidade no *pipeline* de projetos que estão no Município a capacidade de responder, e de crescer para assegurar a resposta à procura que hoje se nos dirige.-----

----- Em segundo lugar, teremos a conclusão de um importante *hub* também de respostas a esta necessidade do *Hub* Criativo do Beato, onde decorrem as obras quer na dimensão pública, quer na dimensão privada. -----

----- Destaco em terceiro lugar, o avanço e a conclusão do processo relativo à “Operação de Entrecampos”, nomeadamente na parte dos terrenos da antiga Feira

Popular, um processo conduzido pela Câmara e pela Assembleia Municipal, com determinação, com coragem, que além de resolverem um amplo problema urbano com mais de uma década na cidade de Lisboa, vai permitir uma vez concluído, o aumento significativo de área de escritórios, o mesmo é dizer na nossa capacidade de termos emprego qualificado na cidade de Lisboa. -----

----- Quero referir também aquilo que estamos a fazer, e que vamos fazer relativamente à oferta de residências para estudantes do Ensino Superior na cidade de Lisboa. -----

----- Sabemos hoje as dificuldades que se encontram muitos dos estudantes na Universidade mais aberta de todas as Universidades nacionais, em poderem entrar, de serem admitidos, estudarem nesta cidade precisamente pelas dificuldades relativamente à dimensão do alojamento. -----

----- Já tive oportunidade de comunicar à Assembleia, aquilo que estamos a fazer relativamente à reconversão de um dos antigos prédios da Segurança Social em processo de aquisição pela Câmara de Lisboa, que dará origem a uma residência universitária com mais de trezentas e cinquenta camas em frente ao Instituto Superior Técnico, que colocaremos sob gestão da Universidade de Lisboa. -----

----- Mas gostava que fôssemos mais longe, gostava que fôssemos mais longe, apoiando de forma decidida o esforço que as Universidades de Lisboa estão a fazer, as Universidades da Cidade estão a fazer, no sentido de aumentarem mais rapidamente o número de camas. -----

----- Falo do desenvolvimento do programa e da parcela importante de terreno que a Câmara dispõe colada ao ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) no Pólo Universitário da Ajuda, mas falo sobretudo da importância de aprovarmos uma participação financeira significativa, através da alienação de património não afeto às prioridades de política do Município, que permitam sustentar mais rapidamente a concretização de mais camas para estudantes do Ensino Superior. -----

----- Só assim é que nós responderemos a esta necessidade central para o nosso futuro, permitir que na cidade de Lisboa, mais jovens estudem, concluam os seus cursos e residam na cidade de Lisboa. -----

----- Quero também referir que na dimensão do crescimento da economia, precisamos relativamente ao turismo de fazer e caminhar em dois movimentos. -----

----- Um primeiro, que é o de alargar as zonas de atratividade do turismo. -----

----- Portugal e Lisboa não se podem dar ao luxo de abdicar do que é hoje uma das fontes essenciais da criação de emprego e de crescimento, mas temos que assegurar a sustentabilidade deste processo, e a sustentabilidade assegura-se através da diversificação das zonas de destino, isto é complementar Lisboa com que outros elementos de atratividade que permitam espalhar, difundir, alargar o turismo pela Área Metropolitana, o que está a ser feito desde já relativamente ao Tejo, a partir da Sul e Sueste com a zona das marítimo-turísticas, e também com o Centro de Promoção e de Divulgação relativamente ao rio Tejo, com alargamento das polaridades dentro da cidade de Lisboa de que teremos o principal exemplo, a conclusão das obras do Palácio da Ajuda ainda durante o ano de 2020, e o trabalho

que teremos que prosseguir com os Municípios vizinhos para a estruturar e valorizar produtos turísticos na região.-----

----- Precisamos ao mesmo tempo de dentro da cidade de Lisboa sermos capazes de gerir de forma muito clara, e muito precisa o que são os efeitos adversos que o aumento rápido do turismo tem colocado na cidade de Lisboa. -----

----- E os desafios são claros, do lado da higiene urbana, vamos concretizar, estamos na fase de executar aquilo que já contratualizámos com as Juntas de Freguesia, que é o reforço significativo dos meios aos seus dispor para lidar com o aumento da produção de resíduos urbanos, que o aumento do turismo tem trazido à nossa cidade. --

----- Estamos neste momento, a ultimar em Câmara, o Regulamento do Alojamento Local, aquilo que nos vai permitir traduzir para a vertente regulamentar, densificando aquilo que já foi a decisão que aqui trouxemos, relativamente à delimitação de áreas de contenção absoluta. Depois de nos termos batido na Lei por uma alteração do quadro regulamentar, estamos agora a efetiva-lo e a concretizá-lo, para sinalizarmos, que sim, o alojamento local faz parte de uma resposta importante de alojamento para o turismo, mas o alojamento local não pode ser elemento que contribui para a gentrificação dos bairros, nem pode ser um elemento que contribui para a redução da oferta de habitação permanente na cidade de Lisboa. -----

----- Quero para terminar, referir o que considero ser hoje uma prioridade fundamental, que é sermos capazes de assegurar a redução significativa dos prazos de apreciação de licenciamento em matéria urbanística. -----

----- Há muito poucos anos atrás de Lisboa era uma cidade de referência nesta matéria, mas fruto do crescimento entre 2013 e 2018 do valor das licenças aprovadas de cerca de cem milhões, para mil milhões, que coincidiu com os períodos de forte contingentação na admissão de pessoal, que levou acerca de diminuição em um terço das equipas técnicas disponíveis, temos agora, neste momento de fazer um esforço com um enorme significado para voltarmos a reduzir significativamente os prazos de apreciação dos processos de licenciamento. -----

----- Isto é essencial à transparência, isto é essencial à eficácia, é a imagem do Município, mas, acima de tudo é essencial como apoio à economia da cidade, que não se pode ver diminuída nas suas potencialidades, por não termos um serviço público à altura daquilo que a economia, e que a cidade exige, neste momento.-----

----- Já contratámos os recursos, eles já estão a trabalhar, começamos a ter resultados, mas temos que ir mais longe, e assegurar que estes resultados vêm com a maior rapidez ao longo do ano de 2020.-----

----- E quero por último, nesta dimensão referir que, no reequilíbrio da cidade em assegurar que mantemos dentro de todos os espaços em particular nas zonas de proteção, nas zonas com maior pressão turística da cidade, que mantemo-las atrativas e com capacidade de atração para os residentes, terei oportunidade de em breve submeter à Câmara e também à Assembleia Municipal, uma proposta relativamente ao futuro do Parque Mayer. -----

----- Concluimos há poucos meses atrás um dos processos mais penosos, e mais complexos da Câmara Municipal de Lisboa que vinha desde o ano de 2004,



concluimos o processo de alienação definitiva dos terrenos da antiga Feira Popular, que irão transformar-se num moderno centro de escritórios, de comércio e de habitação na cidade de Lisboa.-----

----- Cumprimos o que seria só por si um grande desígnio de qualquer Mandato Autárquico, mas cumprimos também de uma forma que nos permita encarar o desenvolvimento do Parque Mayer de forma diferente do que aquilo que foi pensado altura da aprovação do Plano de Pormenor.-----

----- Digo diferente, porque o Município hoje dispõe do grau de liberdade para poder propor à Câmara e à Assembleia, não uma alienação do terreno para a localização de comércio de luxo, no seguimento da Avenida da Liberdade, mas poder que esse terreno se mantenha na propriedade do Município, e que venha a ser desenvolvido com infraestruturas de fruição cultural, que permitam servir toda a cidade em particular, os residentes da cidade de Lisboa, aqueles que nos visitam, todos aqueles que vivem na cidade de Lisboa, numa profunda ligação com o Jardim Botânico com o Príncipe Real, e concluindo um ideal central de que a cidade hoje tem para aquela zona da cidade, que é de não a transformar numa zona igual àquilo que existe, mas valorizar a sua dimensão enquanto polo de cultura, enquanto polo de identidade. -----

----- É isso que nós faremos, a bem do desenvolvimento da nossa cidade, mas também porque, ao longo destes anos, trabalhamos para que essa proposta seja possível.-----

----- Quero Senhora Presidente e Senhores Deputados, destacar em segundo lugar, a dimensão da sustentabilidade social da cidade. -----

----- Seria um erro, alguém ignorar que este desenvolvimento económico que a cidade está a viver nos últimos anos, não traz consigo em simultâneo e que como reverso da mesma medalha, um aumento das desigualdades, e das fricções dentro da cidade de Lisboa traz! -----

---- Reconheço que traz, reconheço que um processo com o dinamismo que estamos a ter em que os grupos mais avançados, e mais dinâmicos da cidade conseguem hoje está nas modernas redes globais, aumenta a distância para aqueles que na cidade não o conseguem fazer, e as tensões, e as desigualdades estão em múltiplos aspetos nos quais temos que dar resposta. -----

----- Estão na dicotomia entre os mais velhos e os mais novos, estão na dicotomia entre os que têm alguma situação particular de menor acesso a recursos, do que aqueles que têm o acesso aos recursos, tem relativamente às várias áreas de minorias étnicas, sociais ou culturais na cidade de Lisboa face a outras áreas que sejam áreas sem esses *handicapes*.-----

----- Falo também das próprias segmentações dentro dos jovens, em que a par dos jovens qualificados, perfeitamente inseridos na economia global, temos as zonas e os bairros da cidade de Lisboa, numa cidade tão pequena como a cidade de cem quilómetros quadrados, em que a dificuldade em acabar o 9º Ano, e ainda mais o ensino secundário é a realidade quotidiana de muitas famílias, cujo seu nível de educação e formação não assegura uma frequência mais elevada, e mais avançada de escolaridade.-----

----- É pois esta grande agenda, esta agenda da coesão social, da sustentabilidade social da cidade de Lisboa que estamos a desenvolver.-----

----- Começa com o que estamos a trabalhar na área da resposta aos mais frágeis, dos mais frágeis na nossa cidade, as pessoas em situação de sem-abrigo.-----

----- Muito em breve aprovaremos em Câmara, e aprovaremos, e apresentaremos aqui à Assembleia Municipal o novo Plano Municipal para as pessoas em situação de sem-abrigo, para as pessoas sem-abrigo, que vigorará durante, para lá, aliás, do período deste Mandato Autárquico.-----

----- E este programa tem várias diferenças face aos anteriores, e destaco a principal, a ambição, a visão e ambição.-----

----- A visão e ambição deste programa é assegurar que todas as pessoas em situação de sem-abrigo na cidade, terão ao seu dispor a resposta adequada à sua necessidade e à sua vontade.-----

----- Dispomos hoje dos recursos, e dispomos hoje da vontade de o fazer, dispomos hoje das parcerias, da rede social, dispomos hoje de instituições motivadas, mobilizadas, e dispomos hoje das ferramentas sociais, técnicas, científicas que nos permitem apostar naquilo que tem provado que funciona.-----

----- Vamos pois ter uma meta muito clara, que cada pessoa em situação de sem-abrigo tenha direito a uma oportunidade para a sua integração, e a saída da situação na qual se encontra.-----

----- Será um esforço de uma grande dificuldade, será um esforço da maior dificuldade, porque sabemos bem que em alturas em que a economia cresce muito, as pessoas em situação de sem-abrigo são muitas vezes aquelas que estão há mais anos nessa situação, onde há maior predominância de fenómenos de doença mental, onde há uma grande predominância de fenómenos de dependência, seja de drogas, seja, do álcool, sabemos pois que estamos agora a lidar com os casos mais difíceis, com aqueles casos para os quais muitas vezes, a sociedade se empenhou unicamente pelo lado de caridade, que tem o seu papel e que desempenhou o seu papel, mas para o qual sempre se desculpou na situação pessoal de cada um para evitar ir mais longe na ambição de políticas de integração.-----

----- O que este plano vai é precisamente mais longe, é a Câmara a assumir uma responsabilidade e um compromisso de oferecer a cada pessoa nessa situação, uma real oportunidade de integração, seja ela feita através de uma oferta de natureza habitacional como porta de entrada do seu processo de reintegração, seja através de uma oferta relativa ao mercado da formação profissional, seja também relativamente à rede de emprego apoiado.-----

----- Quero destacar em segundo lugar, o trabalho que estamos a fazer e que vamos continuar a fazer relativamente a nossa rede de equipamentos, que rede de equipamentos de serviços públicos que têm uma enorme importância na redução das desigualdades sociais, e na promoção da igualdade de oportunidades.-----

----- Temos hoje a escola nova praticamente concluída e permite-nos, por isso avançar em duas frentes fundamentais.-----

----- Uma relativamente à reconstrução praticamente integral, ou da grande parte do que é a rede de cuidados primários na cidade de Lisboa, teremos até ao final do Mandato a quase totalidade dos Centros de Saúde protocolados com o Ministério da Saúde, a funcionar em instalações novas e adequadas, corrigindo uma das mais graves lacunas que a cidade de Lisboa tem. -----

----- Vai isto em favor de todos aqueles que são utentes do Serviço Nacional de Saúde, de todos aqueles que dependem da saúde pública, para poder ter, e para poder viver em condições, em particular, os mais velhos, as classes com menores rendimentos, todos aqueles para quem a saúde a Constituição atribui um caráter de direito. -----

----- E agora que temos as escolas do 1º Ciclo em fase de conclusão, podemos-nos lançar com confiança no desafio de fazermos o mesmo trabalho nas escolas do 2º 3º Ciclo e Escolas Secundárias, que não foram alvo de intervenção pela Parque Escolar.--

----- Não é uma tarefa fácil, seria, aliás, mais fácil para um Presidente da Câmara, ou para qualquer responsável político, simplesmente adiar a receção das competências por parte da Câmara Municipal e assumir uma posição de caráter sindical contra a administração central. -----

----- Seria, aliás, a posição mais cómoda, reclamar quotidianamente pelas instalações que não estão bem, pelos quadros de auxiliares que não são preenchidos, por tudo o que nós não conseguimos, e não é possível ser resolvido, ou que o Estado até agora não resolveu. -----

----- Mas nós decidimos pelo caminho inverso, decidimos pelo caminho de assumirmos nós essa responsabilidade, de assumirmos a responsabilidade, porque estamos mais próximos, porque nos sentimos responsáveis pelas populações, porque nos sentimos responsáveis pelos serviços públicos, de desenvolvermos relativamente às instalações, relativamente à alimentação e relativamente ao funcionamento das escolas, o mesmo programa de fundo, e a mesma política de fundo que desenvolvemos quanto ao 1º Ciclo. -----

----- Têm a noção muito precisa da ambição que isto representa, representa um esforço e um programa para uma década de trabalho, porque o Parque Escolar do 2º e 3º Ciclo na cidade de Lisboa é seguramente dos parques que está em piores condições em todo o território nacional. -----

----- A conjugação da diminuição do investimento público ao longo de mais de quinze anos, com a exclusão de Lisboa do acesso a fundos comunitários para a generalidade das intervenções, fez com que aqui se concentrassem na saúde como vos referi, mas também na educação a este nível, as maiores carências e as maiores lacunas. -----

----- Acho que será uma tarefa árdua e difícil, mas não podemos perder o momento que seja, na resolução deste problema. -----

----- Já aprovamos a realização de um estudo, de um levantamento por parte do LNEC da situação de todas as escolas, que servirá de base para priorizarmos as intervenções, vamos assegurar com o Ministério da Educação, a passagem dos auxiliares para a resolução dessa situação, e vamos paulatinamente, resolvendo aquilo que, durante

décadas, afetou a imagem e o serviço da escola pública na cidade de Lisboa, que é fazermos aqui aquilo que já fizemos com sucesso no 1º Ciclo.-----

----- Quero Senhora Presidente e Senhores Deputados, destacar mais dois elementos. --

----- O primeiro prende-se com a política relativamente aos idosos, aos mais velhos, estamos a levar a cabo uma política definida e aprovada pelo Município, numa parceria muito estreita com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e com a rede social destinada, focada com aqueles que representam cerca de um terço da população residente da cidade de Lisboa. -----

----- E a nossa política desenvolve-se em três vertentes e três eixos. -----

----- O primeiro dos quais é a vida ativa. -----

----- Uma pessoa hoje na idade da reforma aos sessenta e cinco anos, tem uma esperança média de vida de pelo menos mais vinte, e está em condições físicas, sensoriais cognitivas sem qualquer precedente com um outro período da nossa história, muitas das vezes estão no melhor das suas condições quando atingem esta idade. -----

----- Mas a sociedade não está preparada para a resposta da atividade, e tem que estar.

----- Não é a atividade como elemento forçado de retirada do direito a uma reforma, ou uma pensão, não!-----

----- É a atividade como alternativa e como uma opção de escolha daqueles que consideram que têm que contribuir para a vida ativa, e para a nossa comunidade. -----

----- É por isso com as Juntas de Freguesia, o Programa Lisboa para todas as Idades, ambiciona uma vasta parceria de aumento das oportunidades de inserção e de atividade, para aqueles a quem o mercado de trabalho está a fechar as portas, e precisamos de o fazer com sentido de urgência, porque nós não podemos desperdiçar o extraordinário capital humano de conhecimento, de saber, de motivação e de disponibilidade que muitos dos nossos seniores apresentam. -----

----- Em segundo lugar, nós temos que valorizar a vida autónoma com segurança e com conforto. -----

----- Há poucos anos atrás o paradigma relativamente ao apoio na idade da reforma era institucionalização, era a integração em lares, era a integração em instituições, que substituíssem as famílias e a carga sobre as famílias, que corresponde ter pessoas de idade mais avançada. -----

----- A filosofia que hoje temos é perfeitamente inversa desta, é a manutenção dentro das suas casas, dentro dos seus bairros, dentro das suas comunidades, até o mais tarde possível de todos os idosos que aí queiram estar, e aí queiram permanecer.-----

----- É o ambiente que tem que se adaptar, não são as pessoas que têm ser institucionalizadas, é por isso que, no acordo que fizemos com as Juntas de Freguesia colocamos um ênfase tão grande em dois programas.-----

----- Um primeiro, “O Bairro 100% Seguro” que é a transposição para as obras das Juntas de Freguesia, isto é com mais escala, com mais poder, com mais difusão pelo território, do programa de alteração do pavimento da nossa cidade, procurando soluções de pavimento confortável e pavimento seguro. -----

----- Como aqui repeti várias vezes desta tribuna, a colocação de pavimento confortável na cidade, não é nenhum vanguardismo arquitetónico ou político, é uma resposta a uma necessidade muito concreta, a necessidade que os idosos têm de se sentir em segurança para poderem sair à rua, e poderem viver o mínimo que a cidade tem para lhes oferecer que é um espaço público com segurança.-----

----- Em segundo lugar, nos contratos de delegação de competências com Juntas de Freguesia damos um passo importante ao qual se seguirão outros, na política de adaptação de casas particulares de pessoas de baixos recursos para a instalação das necessárias adaptações, para que as pessoas possam viver com autonomia e com segurança.-----

----- A pequena grande obra, a pequena gigantesca mudança que faz a introdução de uma rampa, de um corrimão, de um alargamento de uma porta, da substituição de uma banheira por um poliban, não são pormenores de política pública é política pública fundamental, porque é tantas vezes a diferença entre uma pessoa que mantém a sua vida com autonomia, junto dos seus amigos, junto dos seus familiares, junto daqueles que sempre conheceu durante a vida toda, e aqueles que contra a sua vontade antes do tempo são institucionalizados quantas vezes fora da cidade de Lisboa.-----

----- Esta é uma política central para nós, e contamos com as Juntas de Freguesia para uma ação decidida, intensa, rápida para que possamos ainda este Mandato dar por concluído aquilo que aprovamos, e podermos ainda aprovar no financiamento para novas intervenções.-----

----- Por último, a necessidade que temos de resposta de carácter institucional a necessidades em particular na área dos cuidados continuados.-----

----- É uma área para a qual a cidade tem procurado ao longo de vários anos encontrar a resposta e não encontrou até agora.-----

----- A proposta que estamos a desenvolver, a resposta que estamos a desenvolver é a proposta da articulação sem precedentes, aliás, do ponto de vista da história da cidade entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia, para a construção de várias unidades de cuidados continuados na cidade.-----

----- Posso avançar desde já que estamos concentrados em duas prioridades.-----

----- A primeira na Freguesia de Benfica, que será a Freguesia que terá a primeira unidade construída de raiz e, em segundo lugar na Ajuda no Antigo Hospital Militar de Belém, que será reconvertido através de protocolo com a Santa Casa para uma moderna unidade de cuidados continuados na parte do antigo hospital, e pela constituição de um parque de valências para a comunidade em toda a parte do antigo convento que ficará fronteira ao largo do renovado Largo da Boa Hora.-----

----- Quero por último, Senhores Deputados falar-vos da questão central na cidade de Lisboa, central para a coesão social e para cosermos o tecido social, que é o tema da habitação.-----

----- Já aqui tantas e tantas vezes falámos da importância daquilo que a cidade fez há décadas atrás nos mandatos de Jorge Sampaio, João Soares relativamente à construção de edificado que hoje é o essencial do parque de resposta ao regime de renda apoiada.-

----- E o que estamos a fazer hoje, o que esta geração hoje está a fazer é procurar uma resposta de igual escala para um problema e por uma política que o país até agora não dispunha, um parque habitacional dirigido às classes médias. -----

----- Todos os meses temos novas obras a entrar a funcionar, todos os meses, temos novas empreitadas que estão a ser realizadas, e nós aferiremos no mês de novembro, o primeiro concurso de atribuição das primeiras 120 casas específicas do regime de renda acessível, para podermos prosseguir a política que temos definido. -----

----- Iremos ampliar este *stock* de casas todos os meses, com novos concursos, com novas ofertas, provenientes da reabilitação do edificado da Câmara de Lisboa, provenientes de edificado do Estado, provenientes de reabilitações que os privados realizem, através do modelo que ainda está em análise no Tribunal de Contas, ou de novo modelo que apresentaremos à Câmara ou da Assembleia. -----

----- Quero deixar aqui um compromisso. -----

----- Nós vamos testar todas as fórmulas, todas as soluções, todas as ideias, porque não desistimos de criar na cidade de Lisboa, um parque com a dimensão significativa para desmercantilizar, retirar dos jogos do mercado, um direito tão fundamental como é o acesso à habitação. -----

----- Por último Senhores Deputados, a dimensão da sustentabilidade ambiental. -----

----- Não gastarei aqui nenhum tempo a convencer os Senhores Deputados, embora creio que alguns precisassem de esse convencimento, mas como também não tenho a esperança de o conseguir pouparei esse tempo sobre a urgência daquilo que temos que fazer. -----

----- É evidente que não é em Lisboa que se vai jogar o futuro das alterações climáticas. É evidente que, por mais que Lisboa faça não resolverá por si o problema e o nosso contributo será muito pequeno, mas nós temos que fazer, nós temos que caminhar e temos que dar o nosso contributo. -----

----- Por duas razões fundamentais. -----

----- A primeira porque é a nossa responsabilidade fazê-lo, é nossa responsabilidade enquanto cidade capital de um país ser muito clara sobre as políticas que estamos a implementar, e podermos dizer nós estamos a cumprir a nossa parte no combate e na prioridade da agenda climática. -----

----- Mas há uma segunda razão. -----

----- É que o facto de hoje que Lisboa ser capital, e ser uma das grandes cidades globais inserida nas redes globais, dá-nos uma responsabilidade adicional, é que hoje olha-se para o que Lisboa faz, hoje ouve-se aquilo que Lisboa faz. -----

----- E nós temos que ser muito claros na nossa força, na nossa energia e determinação em prosseguirmos uma agenda de resposta à emergência climática. -----

----- O primeiro pilar está sem dúvida do lado das políticas de cidade, está sem dúvida ao nível da política de transportes e da mobilidade. -----

----- Não irei aqui repetir, nem enunciar tudo aquilo que temos feito, mas creio que hoje aqueles que desvalorizavam a importância do passe único já não o fazem da mesma forma, porque as vendas já aumentaram mais de 30% comprovando que sim, o preço, o preço elevado era um bloqueio à utilização do transporte público. -----

----- E é verdade também que estamos numa fase em que as prioridades estão concentradas na qualificação da oferta.-----

----- Todos os dias o estamos a fazer na Carris, com mais autocarros, com mais motoristas, com novas 14 carreiras de bairro abertas, com rotas abertas ao sábado, à noite, ao fim de semana, a recuperar uma oferta perdida. -----

----- Dizem alguns, “*mas essas rotas não são lucrativas*”. -----

----- Respondemos nós, “*não se trata de lucro*”, trata-se de serviço público, trata-se daquilo que é repor a condição a um serviço fundamental que é o direito à mobilidade na cidade de Lisboa. -----

----- Não surpreende, aliás, por isso que dos aumentos das vendas de títulos de transportes tenha acontecido na Área Metropolitana aquilo que aconteceu na cidade de Lisboa, que é o grande aumento se dar naqueles com mais de 65 anos. -----

----- Esta resposta, e esta procura por parte do dos mais velhos deve-nos interpelar de forma direta para o que estava acontecer de privação de um direito fundamental como era o direito à mobilidade. -----

----- E lembro-me bem do debate que aqui tivemos quando assumimos a Carris e como primeira medida da Carris definimos a diminuição do tarifário para os mais velhos de vinte e sete euros para catorze e meio, como eu ouvi de alguns críticos e dizer como irresponsável que era esta diminuição, e como iria afetar as contas, mas tenho uma boa notícia para dar, é que nós reduzimos o preço a metade e aumentamos tanto a procura que hoje as contas estão melhor com o preço mais baixo, porque temos mais pessoas a viajar a cidade de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, não querendo interrompê-lo, alertá-lo para o tempo, pois tem que deixar algum tempo para a sua resposta é só isso.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, irei acelerar de forma muito rápida. -----

----- Estão neste momento em curso o concurso de aquisição dos novos elétricos e, em breve apresentaremos os estudos, e os projetos para lançarmos duas linhas fundamentais de elétrico, duas novas linhas fundamentais de elétrico.-----

----- A extensão do 15 até à Cruz Quebrada, Jamor, Linda-a-Velha, Miraflores entrando depois na zona ocidental de Lisboa, Hospital São Francisco Xavier, zona norte de Belém, Alto da Ajuda e Alto de Santo Amaro, cobrindo o Pólo Universitário da Ajuda. E para Oriente a linha que prolongará o 15 ao longo da Avenida Infante Dom Henrique, Parque das Nações e que entrará em Loures, servindo as populações da Portela, de Sacavém e Moscavide.-----

----- Conseguiremos com estas operações, feitas em estreita articulação com a Câmara de Oeiras e com a Câmara de Loures, dois elementos fundamentais, dotar de um transporte com grande eficácia e capacidade, zonas da cidade que hoje estão mal servidas e que, durante muito tempo, estiveram mal servidas por falta de densidade populacional, mas, ao mesmo tempo, asseguraremos a sua sustentabilidade económica

e financeira, porque integraremos centenas de milhares de pessoas que nos concelhos vizinhos estão a ser servidas por estas vias.-----

----- Conseguiremos por fim, a redução da entrada de veículos na cidade de Lisboa, porque estas populações que tão perto da cidade de Lisboa por ausência de um transporte coletivo eficaz, muitas vezes são conduzidas à inevitabilidade da entrada na cidade por via automóvel. -----

----- Aceleremos o programa de ciclovias, da mobilidade suave e de qualificação de espaço público, com destaque para a Praça de Espanha.-----

----- Continuaremos o trabalho de intensificação dos serviços de fiscalização da Polícia Municipal, relativamente ao estacionamento indevido em segunda fila, e às utilizações nos corredores *bus* por serem atos particularmente danosos da vida coletiva e da mobilidade da cidade. -----

----- Relativamente à estrutura verde, concluiremos o fundamental da estrutura verde planeada por Gonçalo, sonhada por Gonçalo Ribeiro Telles, planeada por José Sá Fernandes, e agora concluída até ao final deste Mandato. -----

----- Avançaremos no programa da água reciclada na sua rede própria, está neste momento em concurso, pela segunda vez, o plano de drenagem relativamente aos túneis, aos grandes túneis, aos dois grandes túneis, que irão proteger a cidade de Lisboa, e correspondem ao maior investimento único que a cidade está a fazer. -----

----- Prosseguiremos o investimento relativamente aos resíduos, ao reforço da nossa capacidade de lidar com o crescimento dos resíduos, e de lidar com este crescimento ao mesmo tempo que aumentamos a nossa capacidade de separar e de filtrar.-----

----- Daremos uma prioridade à qualidade do ar, reequacionando o funcionamento atual que a Zer (Zona de Emissões Reduzidas) tem e que precisa de ter uma nova leitura adequada às possibilidades e às necessidades. -----

----- E por último para terminar, Senhora Presidente, o ano da “Capital Verde.” -----

----- Lisboa ganhou o galardão de “Capital Verde”, acima de tudo pelo progresso que fez ao longo dos últimos anos, mas, fundamentalmente, por aquilo que se dispôs fazer com o galardão. O galardão não é um reconhecimento de obra passada, o galardão tem que ser sobretudo um instrumento de mobilização coletiva para a ação climática, é assim que nós vemos a “Capital Verde”.-----

----- Uma “Capital Verde” que começa com um orçamento participativo verde, em que nós financiaríamos com cinco milhões de euros os projetos de toda a comunidade em matéria ambiental, mas que prosseguirá com mobilização das escolas, com mobilização das universidades, das empresas, das associações sem fins lucrativos, de todo o setor social, para que possamos fazer de toda a Câmara Municipal, para que possamos todos os dias ter novos projetos que mostrem uma cidade a caminhar no sentido da sua sustentabilidade.-----

----- É este o ponto da situação da cidade, e é este o ponto da situação da governação da cidade, uma governação focada sobre os aspetos nucleares, na economia, na coesão social, na sustentabilidade ambiental, uma governação que tem tido bons resultados, uma governação que tem as medidas implantadas com ambição para resolver os



desafios, e uma equipa motivada com a vontade e com a determinação para lhes fazer frente. -----

----- É este, no fundo, o contributo da Câmara para o Debate do Estado da Cidade. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Feita a intervenção inicial do Senhor Presidente da Câmara, vai ser dada a palavra aos vários Grupos Municipais que se inscreveram, e também Deputados Independentes, uma primeira ronda, e depois, é a generalização do debate de acordo com as inscrições que a Mesa tiver, portanto, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra por ordem de inscrição.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Caras e Caros Colegas Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Vereadores. -----

----- Começo por dizer, Senhora Presidente, que a sua saída também fala sobre o estado da cidade, bem-haja pelo seu serviço.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Debater o Estado da Cidade é a oportunidade para uma reflexão profunda sobre o impacto que a gestão camarária tem na cidade, deveria ter na cidade, ou por e simplesmente não tem, e para o PSD é o momento em que dizemos que este Executivo Municipal é uma desilusão. -----

----- É uma desilusão tão grande como as ilusões que andou anos a vender aos lisboetas. -----

----- A avaliação que hoje nos propomos fazer é a avaliação de um Mandato em assente em promessas, que ou não viram a luz do dia, ou quando a veem verificamos que se trata de uma mera ilusão. -----

----- É que governar uma cidade é muito mais do que lançar expectativas, governar uma cidade é propor objetivos, e depois ultrapassá-los, e as ilusões começam com vãs promessas e tentativas de impressionar, com realizações que nunca acontecem. -----

----- A primeira grande promessa de mudança vinha com a nova geringonça em Lisboa, novos ventos do leste político traziam novas ambições, para uma área que havia sido sempre tratada como o parente pobre deste Executivo, a educação, e com essas ambições também vinham dois importantes compromissos, por um lado, investir

em novos equipamentos escolares, assegurar a reabilitação de equipamentos já existentes, e manter pequenas intervenções e reparações em escolas, até para remover estruturas potencialmente perigosas para a saúde de crianças e adultos. -----

----- A verdade é que vemos escolas sem qualquer intervenção a degradar-se de dia para dia, chegando ao limite de não removerem estruturas em amianto, apesar do desespero da comunidade escolar, ficando como imagem desconcertante de tudo isto a inauguração de uma escola, que já funcionava há mais de cinquenta anos. -----

----- Ilusões! -----

----- Outro compromisso era um grito de superioridade moral. -----

----- O combate à precariedade laboral nos projetos educativos. É verdade! -----

----- Os ventos do leste político irão ensinar a toda a direita, como era fácil assegurar o respeito, e a estabilidade laborais, a isso, acrescia a necessidade de compreendemos que as escolas já têm professores sobrecarregados e ainda menos auxiliares. -----

----- E ao que assistimos, aos contratos de delegação de competências existentes, não foram criadas as condições para se reverterem os modelos contratuais que assegurem subsídio de férias e o subsídio de Natal, e agora lançam novos programas, que ainda sobrecarregam mais os professores, e lançam um novo mecanismo de contratação para monitores, que apenas pode ser assegurado pelos mesmíssimos modelos de precariedade laboral que visavam combater. -----

----- Ilusões! -----

----- Também a continuada degradação do modelo de funcionamento dos bairros municipais, é exemplo da inação camarária, se há alguma coisa que se retira do estado atual da gestão desses bairros, é que nem como gestora de condomínios esta Câmara Municipal é eficaz. -----

----- E fora da dinâmica tradicional dos bairros municipais vem o Presidente da Câmara em 2017 prometer aos lisboetas, um forte reforço nas políticas de habitação, garantia que desta forma iria contrariar a fuga de residentes, que resultava de uma ausência de políticas de habitação para a cidade, que recordamos, desde 2007 só conhece o Partido Socialista no seu Executivo Municipal. -----

----- Esse reforço garantia o Presidente, e traduzir-se em seis mil novos fogos. -----

----- Passados dois anos, ainda nenhum foi atribuindo, estando prevista apenas para novembro deste ano, a entregue das primeiras cento e vinte habitações, cento e vinte em seis mil. -----

----- Ilusões! -----

----- Já para os apoios ao arrendamento como o Programa de Renda Convencionada, programa criado como apoio à fixação em Lisboa, chega a ter mais de quinhentas candidaturas! -----

----- Porém, em alguns casos, para apenas uma vaga. -----

----- Ilusões! -----

----- Lisboa perde população todos os dias, por falta de capacidade de resposta deste Executivo Municipal. -----

----- Esta falta de resposta poderia resultar da ausência de capacidade financeira da Câmara, porém, ao olharmos para as contas de Lisboa, constatamos que depois do

período em que o Governo de Pedro Passos Coelho ajudou a sanear as contas da cidade, com mais de duzentos milhões de euros, a Câmara viveu novo período de bonança financeira, graças às boas receitas de IMI e IMT, e se não fosse o PSD a impor que a Câmara tivesse a maior devolução de IRS na Área Metropolitana de Lisboa, nada dessa mudança, teria revertido para os lisboetas. -----

----- Agora que se verificam quebras nesses impostos sobre as transações imobiliárias, que reservas é que este Executivo tem para fazer face aos seus próprios compromissos, assim como às suas próprias desventuras? -----

----- Se formos analisar bem, nenhuma!-----

----- Com ações judiciais que impendem sobre a cidade, resultado das suas más opções, como é o caso de Entrecampos que poderia estar resolvido se em 2010, o Partido Socialista não tivesse voltado atrás com o processo de resolução em curso, as reservas financeiras da cidade podem desaparecer, e se as finanças apertarem não tem mal, faz-se mais um crédito! -----

----- Este é claramente o exercício desta governação da cidade, pretende-se fazer obra “de encher o molho e não há dinheiro” não tem mal, liga-se ao BEI (Banco Europeu de Investimentos). -----

----- Este Executivo acha que é com empréstimos que tudo se resolve, se calhar, inspirados pela máxima de José Sócrates, as dívidas não são para se pagar gerem-se! --

----- Ilusões! -----

----- E de facto será tanto pela ausência do dinheiro resultado de má gestão, mas, sobretudo pela ausência de compromisso que Lisboa continua o seu reforço essencial e prometido para a área da saúde. -----

----- Em 2017 a Câmara Municipal assinou um protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, era o início do Programa Lisboa SNS-Mais Próximo, que previa 14 novos Centros de Saúde até 2020 na cidade de Lisboa. --

----- E o que aconteceu?!-----

----- Nenhuma das principais obrigações do Município tem sido cumprida o que se traduz, no facto de em 2019 nem um único estar construído. -----

----- Mas pior! Nenhum está sequer em construção! -----

----- Numa altura em que a cidade de Lisboa se prepara para assumir novas competências na área de saúde, e passados mais de dois anos sobre aquelas promessas eleitorais, Lisboa encontra-se incapaz de dar mais e melhor resposta numa área essencial como é a da saúde. -----

----- Ilusões! -----

----- Mas pior do que isso se dependesse do ex. Vereador Manuel Salgado, nem uma única nova unidade hospitalar estaria concluída já que, num estranho acesso de consciência veio dizer que se pudesse voltar atrás, não autorizaria a construção de um hospital cuja conclusão em curso foi por ele pasme-se, licenciada!-----

----- Existiu algum incumprimento que ele na altura ignorou?-----

----- Vamos assistir a estes desabafos no futuro, sobre Picoas? Sobre Entrecampos? ----

----- Este desabafo em registo de estado de alma, revela também muito sobre o estado do urbanismo a que chegou a Cidade de Lisboa, aleatório, ou casuístico, desnorteado, opaco, cinzento, lento, “*sem rei nem roque.*” -----

----- Todas estas pressões serviriam para descrever o estado de urbanismo na cidade de Lisboa, entre avalanches de queixas de enorme lentidão na avaliação de processos, ao desespero sobre as sucessivas falhas na imposição e defesa das regras urbanísticas aprovadas em sede de Assembleia Municipal, assim vai o urbanismo na cidade de Lisboa. -----

----- Investidores desesperam pela lentidão na análise de propostas, e moradores desesperam pelos erros nas respostas, que além de tardias levantam dúvidas sobre o cumprimento de regulamentos. -----

----- Onde os lisboetas deviam ver rigor, imparcialidade na avaliação do urbanismo na cidade, veem-se as análises casuísticas as polémicas. -----

----- Uma cidade moderna depende uma adequada gestão do seu território e de uma clara estratégia urbanística em Lisboa. -----

----- Na nossa cidade, vemos Monos no Rato, na Almirante Reis, na Fontes Pereira de Melo, acima de tudo, não vemos uma cidade que atraia investimento, que permita fixar mais habitantes de uma forma estruturada, ou contrário, vemos uma cidade que constroem em cima dos sonhos dos que já cá moram, destruindo-os e muitas vezes empurrando-os para fora, e quando não se sabe mais como pensar a cidade inventam-se ferramentas urbanísticas para resolver novamente situações de forma casuística, como aquela que se criou para Entrecampos, uma invenção regulamentar, legal e urbanística. -----

----- Enfim, ilusões! -----

----- Também a fiscalização muito deixa a descontente, não defendendo e protegendo o espaço público e os residentes, como, aliás, deveria acontecer, estaleiros montados, para além das medidas autorizadas, obras a decorrer em período noturno ou fim de semana, com claro prejuízo para o sono e qualidade de vida dos moradores, tapumes a reservar lugares que não estão atribuídos para a obra, ou espaços comerciais completamente desprotegidos por obras que arrancam, param, poluem e vendam sem qualquer proteção do organismo municipal para quem os lisboetas olhão desesperadamente apelando pela sua intervenção. -----

----- E o que recebem? -----

----- Ilusões! -----

----- E se o pensamento sobre a dimensão estática da cidade é um sem-fim de incongruências, o que dizer do pensamento sobre a dimensão dinâmica da cidade? -----

----- A verdade é que também na mobilidade vivíamos numa lentidão. -----

----- Desde logo pelo afamado plano estratégico para a criação de parques de estacionamento dissuasores na cidade de Lisboa. -----

----- Prometiam mais de quatro mil lugares de estacionamento nestes parques, e ainda só está em pleno funcionamento, o primeiro, o da Ameixoeira, desde logo, esteve meses vazio para depois começar a ter ocupações inferiores a metade, aliás, aquele parque é demonstrativo da falta de visão de estratégica nesta matéria. -----

----- Porque senão vejamos. Quem nele quer estacionar vindo de fora de Lisboa, tem de sair do Eixo Norte-Sul e entrar no percurso matinal de acesso à zona da Ameixoeira, um percurso que pode demorar até vinte minutos, o mesmo tempo que se faz para chegar a Sete Rios bem dentro da cidade, a esse ainda se juntam tempos de espera no metro, com carruagens cheias, e insuficientes em hora de ponta. -----

----- Quem pode encarar um parque destes como alternativa? -----

----- Em doze anos de governação socialista Lisboa continua sem esta rede e sem os quatro mil lugares prometidos.-----

----- Ilusões! -----

----- E na mobilidade prometem também uma verdadeira transformação, substituindo automóveis para alternativas de mobilidade suave, ou melhores transportes públicos, e aqui, não estamos a falar de compromissos para quinze ou vinte anos, estamos a falar de uma imposição que este Executivo tem levado a cabo já hoje é o *bullying* ao morador automobilista, esquecendo que o investimento num automóvel em Lisboa não é necessariamente um luxo, mas em muitos casos, na sua grande maioria uma necessidade.-----

----- Uma necessidade, por ausência de transportes públicos funcionais que sejam verdadeira alternativa, por ausência de uma rede de circulação pedonal que encoraja esses trajetos, ao mesmo tempo que se prometem mais lugares estacionamento na hora da cidade de Lisboa, retiram-se lugares estacionamento aos moradores. Como se alguém tivesse condições para abandonar de um dia para o outro um investimento, que em Portugal é feito em média em oito anos, e que não serve apenas para deslocações citadinas, mas também para aceder a outros municípios, ou mesmo como um instrumento de trabalho.-----

----- Alguém já tentou ir de metro ao supermercado fazer compras, e a seguir ir buscar os filhos ao infantário? -----

----- Ou acham que é solução levar um familiar idoso a uma consulta médica utilizando um percurso misto de autocarro e metro? -----

----- Ilusões! -----

----- Um Executivo Municipal em que anuncia uma Carris com mais motoristas, mais autocarros, mais carreiras, tudo para alimentar a capacidade de serviço, porém oculta que pouco mais faz do que cobrir saídas por reforma de motoristas, ou abate de autocarros em fins de vida. -----

----- E para piorar tudo instala-se o verdadeiro caos, e o conflito no espaço público ao permitir de forma desregrada que bicicletas e trotinetes circulem sem um regulamento que disciplina estas formas de mobilidade suave com segurança e tranquilidade para todos. -----

----- Nas trotinetes e a título, de exemplo, cidades como Madrid, Paris, Londres ou Berlim, introduziram regras e estão agora a recuar nos acessos que foram dados inicialmente, Lisboa continua sem aprender estes exemplos. -----

----- Há ações reais com vista a recuperar a segurança de todos quantos confiam nos municípios para garantir a sua segurança no espaço público, e em Lisboa? -----

----- Ilusões! -----

----- E quanto a um regulamento que já está elaborado desde 2015, mas tem conhecido sucessivos atrasos, refiro-me ao regulamento, famoso regulamento para a circulação de *tuk-tuks* na cidade de Lisboa, um regulamento que continha uma das poucas medidas verdadeiramente impactantes na cidade, a imposição de motorização elétrica para os *tuk-tuk*. -----

----- Primeiro era para entrar em vigor em janeiro de 2016, depois passou para setembro de 2019, estamos em outubro, e assim se perdem mais de três anos para nada acontecer e o impacto dos *tuk-tuk* movidos a combustível continua a afetar a nossa cidade.-----

----- Um Executivo Municipal que mesmo quando finalmente parece que vai concretizar algo, a seguir adia.-----

----- Ilusões! -----

----- E não podemos esquecer a principal via de atravessamento da cidade de Lisboa, a 2ª Circular. -----

----- Mais um ano passou e mais uma vez se verifica que a prioridade passou a missão secreta.-----

----- E há algo que mais afeta mobilidade numa cidade do que as cargas e descargas! --

----- A verdade é que em doze anos de governação socialista nada foi feito para alterar esta realidade. As cargas e descargas continuam ser feitas “*sem rei nem roque*”, com critérios da década de oitenta condicionando as vidas de todos os lisboetas, e de todos quantos vêm trabalhar ou passear para Lisboa.-----

----- Uma cidade que querem desbloquear mas que continuam a bloquear com milhares de compromissos incongruentes. -----

----- Ilusões! -----

----- E os bloqueios regulares ao trânsito causados pela total desordenação em cargas e descargas? Só tem rival nas constantes paragens de estacionamento em segunda fila, a mesma segunda fila que em 2007 foi panaceia do executivo e que com elas dizia que iria acabar, já na altura ilusões! -----

----- A maior demonstração da incapacidade de um Executivo municipal é quando este não assegura o empenho dos seus meios, na proteção do normal funcionamento do seu espaço público. -----

----- Hoje a Polícia Municipal tem recursos como nunca teve, viaturas e motos, como nunca teve, um efetivo de mulheres e homens competentes que emanam de uma das melhores polícias da Europa, a Polícia de Segurança Pública, porém nunca tantos se viram tão condicionados a fazer tão pouco.-----

----- Um Presidente de Câmara que sonha com uma Polícia Municipal de Segurança Pública, mas que esquece que dela depende algo fundamental, a proximidade. A proximidade que resulta de esquadras espalhadas pelas Freguesias, mas que o Município não tem. -----

----- Um Presidente de Câmara que depois também esquece a importância da Polícia Municipal para a eficácia da fiscalização do espaço público, e depois qual a capacidade de assumir o controlo de trânsito, qual a capacidade de assegurar o controlo do espaço público?-----

----- Ilusões! -----

----- E não há maior manifestação de desorientação no controlo do espaço público que o desnorte em que se vive na higiene urbana. Uma cidade que viu a produção de resíduos urbanos que cresceu substancialmente nos últimos anos, e que segue uma política de aumento do número de caixotes de lixo para dar resposta. Essa é uma cidade em que, definitivamente não compreenderam uma mudança de paradigma e, por isso vão continuar a acumular lixos, e aumentar indiscriminadamente caixotes na cidade, bloqueando a circulação pedonal e atentando à salubridade pública. -----

----- Continuam os períodos de recolha sem ter em conta as necessidades da cidade, sem articular por exemplo, com a restauração. Não existe um plano global com gestão descentralizada mas orientada por indicadores de desempenho transversais.-----

----- Em suma, na higiene urbana vive-se hoje como se vivia na década de oitenta no Século XX.-----

----- Ilusões! -----

----- Em suma, vivemos numa cidade onde reina a ilusão, a ilusão do fim da precaridade, quando, na realidade se continua a promovê-la, a ilusão das seis mil casas quando só existem cento e vinte, a ilusão das rendas convencionadas onde chegam existir mais quinhentas candidaturas para uma vaga, a ilusão das contas certas quando tudo o que temos certo é a possibilidade de empréstimos, ao BEI. A ilusão dos catorze Centros de Saúde, quando nem um foi ainda construído. A ilusão de urbanismo de “encher o olho” ao serviço da cidade, quando tudo o que realmente vamos tendo é monos e polémicas. A ilusão de quatro mil lugares de estacionamento dissuasores, quando a realidade são políticas dissuasores de lugares de estacionamento. A ilusão da higiene urbana quando o que temos é mais caixotes do lixo na rua. -----

----- Porém, já antecipo o que o Executivo Municipal vai a seguir dizer. -----

----- É que nem tudo é mau na cidade, porque vem aí a fantástica *Web Summit*, um projeto que nas justas palavras de Fernando Medina começou com um empenho decisivo do Governo de Pedro Passos Coelho, e que agora tem sido desenvolvido por este Executivo Municipal. -----

----- Mas o Partido Socialista não se podia ficar com vinda para mais uma ou outra edição que o Governo PSD/CDS lançou, não! -----

----- Queriam ir mais longe, e da maneira que este Executivo já nos habituou, fizeram um acordo para assegurar a *Web Summit* em Lisboa para mais 10 anos. -----

----- Com isto, vieram novos compromissos, um novo investimento importante para Lisboa, que vai expandir o espaço destinado a este evento, e que deveria estar concluído já para a edição deste ano. -----

----- O resultado mais um compromisso não cumprido, e a cidade vai ter de desembolsar mais 4,7 milhões de euros, sendo que, para compensar a falta de expansão prometida pela CML a edição deste ano da maior Conferência da Europa em tecnologias vai ter áreas em tendas ou quiçá barracas, 4,7 milhões de euros que os lisboetas terão de pagar por causa de incapacidade deste Executivo municipal em planear adequadamente os compromissos a que se propõe, porque o estado da cidade

são os compromissos deste Executivo, como o fim da precariedade, as casas prometidas, os centros de saúde, o urbanismo de excelência, os lugares estacionamento, higiene urbana de referência, ilusões! -----

----- Disse! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- E vamos seguir com a próxima intervenção.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada, Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhores e Senhoras Deputadas, Público presente. -----

----- O Debate do Estado da Cidade é um momento importante de reflexão de debate de balanço da governação da cidade, de pensar os problemas e as soluções mais prementes, e de olhar para o futuro e o que queremos enquanto projeto de cidade. -----

----- E com certeza não temos todos e todas as mesmas ideias, nem sequer olhamos para os mesmos temas e os mesmos problemas da mesma maneira. Mas também é isso que faz da Assembleia Municipal um espaço de grande relevância democrático para a tomada de decisão da cidade de Lisboa.-----

----- E indubitavelmente, o grande tema e o grande desafio, durante ainda muitos anos, será, e é a habitação. Aliás, tem sido tema recorrente seja nas intervenções do público, seja nos debates aqui ou nas Comissões, seja no próprio debate público da cidade, e da nossa parte, temo-lo referido quase todas as semanas e temos tido proposta para tentar responder ao problema, sendo certo que a grande questão é ainda a falta de casas disponíveis. -----

----- Ontem mesmo, no jornal Público, saiu um estudo interessante e preocupante sobre valores de rendas e o impacto que o valor da habitação tem para as famílias de Lisboa. A taxa de esforço na cidade de Lisboa estará em 58% para a compra e 67% para arrendamento, portanto, valores muito longe dos 35% recomendados internacionalmente, e que, já agora, também é um valor elevado, se considerarmos as médias salariais portuguesas.-----

----- E há, creio, três problemas que estes números nos ajudam a identificar e que devem ser respondidos com urgência. -----

----- Em primeiro lugar, o valor das casas, tanto para compra como para arrendamento é demasiado elevado. Os dados mostram que em termos absolutos já ultrapassamos grandes cidades francesas, por exemplo, quando outros fatores não são sequer comparáveis. Os valores atualmente praticados são fruto de muitas coisas: atividade turística e alojamento local que colocam uma alta pressão nos valores da habitação; vistos *gold* e residentes não permanentes com vantagens que apenas fomentam a



especulação imobiliária; uma Lei do arrendamento que ainda não sofreu as alterações necessárias para conseguir ser possível regular o mercado de arrendamento, e uma política urbanística que continua a ter como prioridade projetos megalómanos que ajudam à pressão especulativa em vez de a combaterem.-----

----- Em segundo lugar, os salários em Portugal ainda são baixos, e não é novidade para ninguém que há um caminho longo a percorrer nesse sentido, e apesar disso, conseguiu-se, nos últimos quatro anos, inverter a rota que estava a ser seguida até 2015 pelo governo PSD/CDS, mas é notório que a trajetória de subida de salários tem que continuar e tem que aumentar mais rapidamente. Não para que as pessoas possam pagar mais pela habitação, mas para que possam viver condignamente, com uma taxa de esforço reduzida e condições para tudo o resto nas suas vidas. -----

----- E em terceiro lugar, estamos perante uma tendência que tem o risco de se tornar estruturante. Ou seja, para tantos e tantas este era um problema que não era um problema, o mercado livre iria resolver tudo, não era preciso pressionar com habitação pública, as tendências de mercado não se iam manter para sempre. Pois bem, nada disso era verdade. -----

----- O Bloco de Esquerda alertou desde muito cedo para uma tendência que seria dificilmente reversível. Alertamos desde cedo para a necessidade de um parque habitacional público maior, para a necessidade de regular o mercado, e com propostas sucessivamente chumbadas, os dados hoje indicam que na cidade de Lisboa e também, na área metropolitana estamos perante uma tendência que corre o risco sério de ser estruturante e, por isso, de resolução muito mais difícil. Isso significa que a forma como vemos a cidade e a pensamos terá, necessariamente, e obrigatoriamente que mudar. -----

----- Com estes três grandes problemas identificados e com a sua dimensão tão bem identificada, percebemos que só uma política muito corajosa, que não tenha medo de enfrentar grandes interesses económicos, é que consegue alguns resultados. -----

----- Sobre a subida dos salários, o caminho tem sido esse, esperaremos continuar essa trajetória, porque, consideramos quando há melhorias na economia elas têm, necessariamente, que se fazer sentir na vida das pessoas e nos seus salários, e continuamos a trabalhar para que assim seja.-----

----- Sobre a habitação em si, quem já teve que lidar com os problemas com que Lisboa está a lidar agora tem sido muito claro: *“promoção da habitação pública acessível, através da compra de edifícios, especialmente em bairros onde há risco de gentrificação”*, estas são palavras de Josep Maria Montaner, do Município de Barcelona. Mas também em Berlim o caminho foi esse, numa escala diferente, ou em Nova Iorque com a proibição em algumas zonas do alojamento local. -----

----- E portanto, em locais onde a pressão já era insuportável, só as medidas verdadeiramente corajosas tiveram efeito, e podem vir a ter efeito, compra de habitação para um parque público, controlo de rendas, limitação máxima ao alojamento local, a não prossecução de projetos megalómanos que não têm em conta nenhuma das anteriores condições.-----

----- E portanto, é urgente dar fôlego redobrado a programas de renda acessível, nomeadamente no seu pilar público, o PRA público, que, ao contrário do privado, é aquele que responde aos cidadãos, por um lado, e, por outro lado, responde ao próprio Tribunal de Contas.-----

----- Também é preciso efetivamente aumentar o parque público de habitação, porque o país precisa de sair dos 3% de habitação pública para valor muito superiores, e também, porque o grande problema é a falta de casas na parte da oferta.-----

----- Precisamos também, de conseguir controlar os valores de rendas praticados. Temo-lo dito demasiadas vezes: se a habitação é considerada um direito, não pode, não pode de todo, ser mais tratada como uma mera moeda de transação. E se ela é um direito, como admitimos, todos aqueles que aprovámos a Lei da Bases da Habitação, então tratemo-la como tal.-----

----- É urgente também, ter uma política de urbanismo que deixe de depender de uma empresa municipal como a SRU e que responda a uma visão de cidade para as pessoas e não para investimentos que tantas vezes têm o efeito oposto naquilo que se diz querer resolver. A política de urbanismo de uma cidade é cada vez mais fundamental para responder às prioridades dessa cidade, que devem ser habitação, espaço público para usufruto de quem cá mora e trabalha.-----

----- E portanto, só tendo o mesmo foco na habitação e no urbanismo se pode querer começar a inverter a tal tendência estruturante que continua a expulsar pessoas para fora da cidade, provocando problemas de subidas de preços de habitação já nas cidades limítrofes. E para tal, novamente é preciso coragem. Coragem de enfrentar grandes interesses e de questionar projetos como o PUALZE, que graças ao trabalho da Presidente da Assembleia aguarda informações fulcrais para uma tomada de decisão informada.-----

----- E para tal, é preciso um Regulamento do Alojamento Local, como já foi aqui referido, pelo Senhor Presidente, um Regulamento que já vem tarde, porque durante demasiado tempo se dizia que não se sabia que era turismo a mais, no entanto essa coragem veio, e esperemos que Regulamento do Alojamento Local não desproteja eixos fundamentais da cidade onde ainda vive tanta gente, embora sempre com a ameaça da expulsão, por não se querer ver que o problema é mais profundo e ameaça já todos os locais da cidade.-----

----- Senhores deputados, Senhores Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Debater o Estado da Cidade não deve servir apenas para se fazerem balanços do que corre bem, isso é importante e tantos avanços se fizeram em algumas áreas na cidade, onde, naturalmente, importa denotar alguns avanços numa área de trabalho essencial que tem a ver com a área social, em que Lisboa está na linha da frente, é pioneira no país, como por exemplo, nas casas de consumo vigiado, que estão há vinte anos na gaveta no nosso país à espera de concretização, ou na integração das pessoas em situação de sem-abrigo.-----

----- Mas deve servir também para fazer balanços daquilo que precisamos de resolver, daquilo que aflige os cidadãos e cidadãs e que, pelos movimentos sociais, pelas

associações de moradores, associações de bairros, percebemos rapidamente que é a habitação e o urbanismo, porque são as áreas onde se define tanto do viver de uma cidade e em que se define tanto das vidas das pessoas, e portanto, que não percamos a coragem de enfrentar de frente o problema e de combater mesmo com todas as armas todas que temos esse mesmo problema.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Só fazer uma referência, relativamente ao PUALZE, que a Senhora Deputada referiu, eu já dei a notícia em Conferência de Representantes, que o PUALZE está a ser devolvido à Câmara Municipal de Lisboa por não cumprimento das regras legais, nomeadamente, a ausência de parecer obrigatório da CCDR, portanto, não estamos à espera neste momento de mais nenhuma informação, é devolvida à Câmara, e a Câmara fará o destino que entender, sendo certo que ele não pode ser aprovado sem que esta Assembleia o faça. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado, José Leitão do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhores e Senhoras Deputadas, cidadãs e cidadãos. -----

----- Ao longo das últimas décadas, a cidade de Lisboa e a sua Área Metropolitana acumularam disfunções várias no que respeita à mobilidade urbana, fruto dos processos de urbanização desarticulada com os consequentes prejuízos para toda a sociedade, ao nível económico-social e ambiental. -----

----- Tornou-se premente levar a cabo uma nova política de mobilidade assente numa maior integração ao nível das redes de transporte públicos, na disponibilidade de estacionamento periférico e na previsão de infraestruturas adequadas à circulação dedicada aos modos de mobilidade ativa. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem desenvolvido em conjunto com o Governo e com a Área Metropolitana de Lisboa, medidas para potenciar a utilização crescente do transporte público, pela sua importância estruturante no novo paradigma de mobilidade destacamos a implementação do “Passe Navegante”, nas suas várias modalidades, metropolitano, municipal e família. -----

----- É hoje mais que reconhecido que o preço dos transportes baixou significativamente para a generalidade dos utilizadores, concretizando assim uma medida fundamental da equidade, justiça social e coesão territorial. -----

----- Uma família que utilize o Passe Navegante Metropolitano, paga no máximo oitenta euros, enquanto que uma família que utilize o Navegante Municipal, paga sessenta euros, estes valores francamente acessíveis contribuem decisivamente, para a utilização de transporte público, e os efeitos desta medida são bem visíveis. -----

----- Desde abril de 2019 a venda de títulos de transporte aumentou mais de 15% na Área Metropolitana de Lisboa, entre abril e junho, relativamente, ao mesmo período do ano passado.-----

----- No mês de junho, por exemplo, foram vendidos seiscentos e oitenta mil títulos, mais de 24% no período homólogo.-----

----- Comparando a totalidade dos passes vendidos Navegante e outros com o período homólogo de 2018, houve no mês de setembro, um aumento de 25,5%.-----

----- Os números do Instituto de Mobilidade Transportes, mostram também que o número de carros a passar a Ponte 25 de Abril no segundo semestre de 2019, tem sido o mais baixo dos últimos anos. -----

----- No passado mês de junho, passaram cento e quarenta e três mil automóveis por dia em média nos dois sentidos na Ponte, seis mil carros a menos que, em junho de 2018.-----

----- A par com esta descida está o aumento de utilização de comboios e barcos assim, como de parques de estacionamento e estações ferroviárias da margem sul, o que indicia que as populações estão efetivamente a trocar o transporte individual pelo coletivo, traduzindo-se este facto, em menos automóveis a entrar diariamente na cidade de Lisboa.-----

----- A par com estas medidas estruturantes, para tornar mais atrativo o uso de transporte público, a Carris tem vindo igualmente a desenvolver outras medidas. -----

----- Foram adquiridos duzentos novos autocarros, mais modernos e ambientalmente mais eficazes, e foi já lançado o concurso público para a compra de quinze elétricos articulados.-----

----- Desde 2017 foram também já inaugurados, 14 novas carreiras de bairro, que levam os moradores das Freguesias, às infraestruturas mais importantes da zona onde habitam. -----

----- A Carris transportou mais um milhão e duzentos e vinte e sete mil passageiros no mês de agosto de 2019, face ao mesmo período do ano passado, um crescimento de 14,3%.-----

----- Os números provisórios de Setembro, apontam também para um aumento superior a 14%, o crescimento acumulado das viagens validadas a junho de 2019 está em 8,26% com reforço acentuado, desde que entrou em vigor o passe único. -----

----- Entre janeiro e agosto 2019, a oferta da Carris cresceu 11% face a igual período 2017, tendo sido realizados mais 21,5 milhões de quilómetros. -----

----- Uma intervenção igualmente importante no que diz respeito ao estacionamento da cidade, está a ser desenvolvido pela EMEL, com o novo Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública, por forma a garantir a prioridade aos residentes, nomeadamente, estabelecendo a gratuidade do primeiro dístico. -----

----- Registrar ainda a abertura de dois novos parques de estacionamento, para suprir necessidades quer de residentes, quer de visitantes localizados no Areeiro, e em Campo de Ourique. -----

----- Relativamente, à infraestrutura ciclável é de sublinhar a implementação já efetuado de cerca de oitocentos estacionamentos distribuídos por trezentos locais.-----

----- Relativamente aos transportes públicos, a Câmara Municipal de Lisboa prevê ainda um investimento total de trinta e um e um milhão de euros na Carris em 2020, este montante vai permitir em todos os pontos, dar resposta ao aumento da procura, melhorar a qualidade e frequência dos transportes, alargar a oferta nos dias úteis, fins de semana e noites, prolongando horários e carreiras, e lançar novas carreiras de bairro.-----

----- Na cidade de Lisboa prevê-se assim um aumento de 40% nos transportes públicos, para um total de 693 autocarros já no próximo ano com mais carreiras de bairro e novas faixas *Bus*.-----

----- Uma outra área central nas nossas preocupações, diz respeito ao acesso à habitação em Lisboa.-----

----- Um estudo recente comprova a elevada taxa de esforço a que estão submetidos as famílias, quer no caso de aquisição de casa própria, quer no que se refere ao mercado de arrendamento, em onze dos dezoito concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, taxa de esforço que atinge valores mais elevados em Lisboa.-----

----- A falta de casa a preços acessíveis foi provocada pela subida exponencial das rendas, a precarização de vínculos contratuais, as alterações de natureza do alojamento local, que passou a retirar mais casas do mercado de arrendamento, e as baixas taxas de juro que em Lisboa, como em Berlim e em Paris, levaram muitos capitais e fundos a deslocar-se para o investimento imobiliário urbano, contribuindo para grandes subidas nos preços das casas.-----

----- O Município está a procurar responder a esta situação, mobilizando todos os meios ao seu alcance, a Câmara Municipal de Lisboa cumprindo o que propôs na estratégia local de habitação, e alicerçada no plano local de habitação que esta Assembleia aprovou, têm enfrentado de forma positiva o problema da falta de casa a preços acessíveis que afetam uma percentagem elevada da população da cidade de Lisboa.-----

----- A resposta, do Município de Lisboa em habitação abrange já cerca de vinte e cinco mil famílias mais 15% da população da cidade. É a maior do país como atestam ser diversificadas em função das novas necessidades da população e que tem, neste momento, três instrumentos principais: a renda apoiada atribuída em função da carência económica das famílias candidatas, a renda acessível para classes de rendimentos intermédios com três vertentes, cem por cento pública, com o investimento privado prevendo renda acessível com concessões com o sector cooperativo cujo programa está a ser preparado, e o subsídio municipal ao arrendamento, programa de apoio ao arrendamento através subsídios atribuídos às famílias.-----

----- No Programa de Renda Acessível do Município de Lisboa estabeleceu como objetivo central a colocação de seis mil novas casas no mercado de arrendamento, destinados a famílias com rendimentos intermédios intervindo de forma massiva na oferta de forma a regular o mercado, e a possibilitar a fixação de novas famílias na cidade.-----

----- Para isto, adquiriu já ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, onze edifícios todos eles localizados em zonas centrais da cidade, que estão já em processo de reabilitação, e que entrarão no mercado de renda acessível a curto prazo, contribuindo com mais de duzentos e cinquenta fogos e duzentos e vinte e seis quartos para estudantes, também a operação em curso na Freguesia da Ajuda, onde se encontram também já em construção, vinte fogos. -----

----- Juntamente com cem fogos do património municipal a ser intervencionado, vão constituir a primeira bolsa, do Programa de Renda Acessível, a abrir já em outubro no portal da habitação. -----

----- Outra vertente da estratégia municipal destacarei o Programa Habitar o Centro Histórico, desenvolvido pelo Município para conter o abandono das populações dos bairros históricos, conta já com duas edições, a primeira com as Freguesias Santa Maria Maior, Misericórdia, Santo António e São Vicente, Freguesias às quais se juntaram, Arroios e Estrela na segunda edição, no total são mais cinquenta habitações usadas para evitar a saída de famílias, que estão em risco de perder a sua casa. -----

----- Foi também celebrado o acordo de colaboração ao abrigo do Programa Primeiro Direito, que visa financiar quatro mil e quinhentas habitações destinadas a famílias com menores recursos financeiros, quer na vertente reabilitação do edificado, quer no do apoio ao arrendamento, o que envolve um investimento de cerca de duzentos e quarenta milhões, dos quais oitenta e um milhão de euros são provenientes da compra de participação a fundo perdido. -----

----- Para 2020, o orçamento municipal prevê 99 milhões de euros para investimento em habitação, cerca de 10% do orçamento total da Câmara, este investimento vai ser distribuído pelas várias vertentes citadas, desde rendas acessíveis à reabilitação de imóveis públicos. -----

----- Outra componente prevista passa pela reabilitação e construção do património público. -----

----- Para o próximo ano estão previstos setecentos e oitenta e um fogos, e para o ano de 2020, dois mil e duzentos e oitenta e sete fogos. -----

----- O ano 2020 vai ficar marcado pela entrada em vigor do novo Regulamento Municipal do direito à habitação, instrumento fundamental de enquadramento no acesso justo à habitação. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa sob a liderança de Fernando Medina, está a responder de forma exemplar ao desafio de assegurar o direito à mobilidade dos cidadãos, e a construir novas respostas com imaginação e determinação, para assegurar o acesso à habitação, não apenas das populações socialmente mais vulneráveis, mas das classes médias que se confrontam com a dificuldade de encontrar casas a preços acessíveis. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigada Senhora Presidente da Assembleia.-----  
----- Senhores Secretárias, Senhor Presidente, Caros Vereadores, Caros Deputados, Caro Público, Jornalistas.-----  
----- O debate anual sobre o estado da cidade é a ocasião para propormos uma viagem por Lisboa, pela cidade onde e como sempre os defensores do Executivo deram nota da obra realizada, e oposição realçará o que falta fazer. -----  
----- Na soma das intervenções encontraremos o ponto idílico, poderia ser um último estado da democracia, não de convergência de ideias, mas do pragmatismo que beneficiaram aqueles para quem trabalhamos, enquanto fazemos, ou não esse caminho as considerações do CDS versam sobre algumas matérias, que não sendo inéditas aumentam por isso mesmo, o estado de preocupação com as mesmas.-----  
----- São abundantes os temas de competências do Município sobre os quais nos podíamos debruçar, mas hoje e neste Fórum, daremos especial enfoque aos que entendemos serem estruturantes, e que importa dar uma resposta estruturada e abrangente e que, no nosso entender, serão problemas que poderão intensificar num futuro se não agirmos.-----  
----- Somos uma cidade global disse o Senhor Presidente, e sim, temos projeção internacional, mas o funcionamento da cidade acompanha? -----  
----- Começemos pelo ambiente e sustentabilidade. -----  
----- Mais do que está na moda de falar de ambiente e sustentabilidade ambiental é uma necessidade e um objetivo imperioso para uma cidade que quer ter futuro, é uma área que nos últimos anos, temos aprofundado os problemas que Lisboa padece.-----  
----- Do lado da Câmara com o propósito de cumprir metas ambientais e diretivas europeias, e à Assembleia que tem colocado especial pendor na procura da resolução de problemas do quotidiano de quem aqui vive trabalha, estuda ou visita. -----  
----- As Zonas de emissões reduzidas são um bom exemplo.-----  
----- Os níveis de poluição em particular no centro histórico da cidade, e na Avenida Liberdade, levaram que há uns anos fossem implementadas estas zonas. A verdade é que olhando para os dados referentes ao número de infrações ao longo dos anos é alarmante ausência de fiscalização, o que invariavelmente terá repercussões graves para a saúde dos lisboetas.-----  
----- A ultrapassagem dos valores limite de diversos poluentes no centro de Lisboa causado pelo tráfego rodoviário, principalmente de dióxido de azoto, mas também, em partículas inaláveis mostra que são necessárias medidas adicionais, com muito maior impacto e expressão de forma a salvaguardar a saúde de quem vive ou trabalha em Lisboa.-----  
----- Esta preocupação leva-nos a outra que tem vindo a discussão, seja através de petições, ou de propostas dos Grupos Municipais, o ruído. -----  
----- Da existência de um aeroporto dentro da cidade, ao volume excessivo de viaturas em circulação, até o conflito entre os direitos constitucionais de reunião

*versus* descanso animação noturna, o ruído é talvez um dos problemas com maior dificuldade de resolução, e essa dificuldade advém de um primeiro plano pela necessidade maior de sensibilização, e formação cívica, nas variadas fontes de emissão, mas também da ausência de ação por parte do Município e entidades competentes.-----

----- O planeamento está feito, a carta e mapa de ruído são claríssimos, quanto às fontes, mas os planos de ação são cumpridos? Se as medidas para atenuar o ruído noturno em zonas de animação são positivas, enquanto tal, para quando devemos esperar ações concretas de intervenção no pavimento em zonas como a 2ª Circular, ou a Conde de Almoester? Ou para quando uma verdadeira intervenção concertada que saia do papel entre Câmara, Infraestruturas de Portugal, e CP sobre o ruído ferroviário?-----

----- Na mesma forma que o mapa de ruído gerou consenso há que repensar na forma de gerir e reduzir o ruído na cidade num debate amplo. -----

----- No que respeita à higiene urbana, o estado da cidade é sobejamente conhecido e não necessita ser relatado. -----

----- O impacto do crescimento exponencial do turismo na cidade não foi acautelado pelo Município, o que trouxe à tona as fragilidades de um sistema de limpeza, e de gestão já de si deficitário perante as adversidades. -----

----- Nos contratos de delegação de competências que a Câmara celebrou com as Juntas de Freguesia, houve um acréscimo muito significativo da verba transferida para as Juntas neste âmbito, contudo, se algumas Juntas conseguiram erguer serviços ágeis e presentes na resposta às várias situações, não substanciou numa melhoria significativa na lavagem de ruas, na recolha de resíduos em redor dos ecopontos subterrâneos e de superfícies, vidrões e papeleiras, e neste ponto já ultrapassámos o apelo à sensibilização pela necessidade de fiscalização efetiva, seja para estes casos ou para dejetos caninos, beatas e pastilhas. -----

----- Sem fiscalização, a tendência de prevaricar intensifica-se. -----

----- Podem soar a problemas menores, mas não são! São queixas diárias e constantes dos cidadãos, e que afetam as suas vidas e a saúde pública, a que importa responder com ações e medidas concretas. -----

----- Nesse sentido, a utilização das verbas da taxa turística que têm sido importantes no reforço dos meios técnicos e financeiros para as Freguesias, mas ficam aquém das necessidades de aplicação.-----

----- Dou um exemplo paradigmático relativo à usual queixa da pressão turística no centro da cidade, e as suas consequências em matéria de salubridade e sem uma resposta eficaz. -----

----- Uma necessidade básica, veja-se a criação de instalações sanitárias proposta pelo CDS aprovada nesta casa há quatro anos, desde então, ouvimos promessas e mais promessas do Executivo para a concretização da mesma, mas até à data nada. -----

----- Queixam-se os comerciantes pelo abuso das suas instalações, queixam-se as entidades representantes pela sobrecarga destes, a situação piorou, mas a Câmara não resolve. -----



----- Algo tão simples para o qual o Executivo tem verbas, mas misteriosamente teima em não resolver. Culpa do turismo? Não! Ausência de ação e do compromisso da Câmara.-----

----- Por fim, salientamos a importância de levar a cabo o relançamento da campanha de comunicação do Projeto Lisboa a Compostar, como aqui já apresentámos, e que foi aprovado de modo a que os quatro mil compositores domésticos cheguem a quem os possa utilizar, contribuindo assim para a melhoria da sustentabilidade urbana.-----

----- Não basta afirmar, querer ser Capital Europeia Verde 2020 é preciso agir.-----

----- Temos a certeza que resolvendo os problemas básicos no quotidiano da nossa cidade, será o passo essencial no caminho da sustentabilidade.-----

----- Outra área que consideramos essencial para o funcionamento da cidade é a mobilidade.-----

----- Julgamos que é entendimento transversal que o planeamento e gestão da mobilidade em Lisboa, deva ter um enquadramento metropolitano, apesar de na visão estratégica para a mobilidade, que já nos já nos chegou, se focar muito no local e menos na abrangência territorial de medidas e ações.-----

----- No âmbito deste documento é também notória a parca referência ao Metropolitano de Lisboa, transporte pesado de passageiros da nossa cidade, e um dos principais meios de combate a utilização da viatura particular, e não adianta lançar anátemas sobre quem pensa diferente com por vezes, faz o Executivo, a crítica política às vossas medidas não faz de nós acérrimos defensores do uso da viatura particular, já não cola e ninguém acredita nesta tentativa de querer dizer o contrário daquilo que é.-----

----- As diferenças de medidas a tomar para chegar a metas consensuais são salutares porque, enriquecem o debate, e as decisões finais e nesse sentido, a par das metas ambientais, o caminho deverá passar também pela procura da melhoria da qualidade de vida dos lisboetas, e de quem circula na cidade, sem qualquer tentativa de impor o uso de transporte público em detrimento de outras vias até porque, como já referi, essa realidade não se impõe, deve ser construída até que os transportes públicos sejam uma verdadeira alternativa ao uso do transporte individual.-----

----- E como estão, ainda não são!-----

----- Assim todas as medidas nesse sentido são positivas, mas sem extremismos.-----

----- A nossa posição sobre o Metro de Lisboa, e o aumento da rede é conhecido, bem como as suas prioridades, ao contrário do Governo e do Executivo municipal socialista, entendemos que a prioridade de investimento na rede devia ter como ponto central a zona ocidental, e seguidamente a ligação do Campo Grande ao Aeroporto, e a expansão para fora dos limites do concelho.-----

----- Só assim poderemos combater a entrada de mais carros na cidade, criando parques dissuasores fora, e com uma boa rede de transportes integrados.-----

----- Nesse sentido, o aumento das carreiras da Carris é essencial, e a criação dos passes sociais foi um passo importante, de resto mais não faria o Executivo de cumprir os planos pormenor e urbanização, que submete a votação e posteriormente

são aprovados, nestes a evolução urbanística segue o seu caminho, a vertente de mobilidade e, em particular transportes fica sempre para trás. -----

----- Um bom planeamento exige que ambos caminhem ao mesmo ritmo, de modo a que o desenvolvimento de determinada área da cidade seja efetiva, mas não é o que se sucede. -----

----- Sobretudo, preocupa-nos a circulação na cidade que continua congestionada, os últimos anos foram pautados por inúmeras intervenções no espaço público que trouxeram inevitavelmente alterações à circulação viária, e seguramente, a necessidade de redefinição dos níveis hierárquicos de cada via. -----

----- Há quatro anos defendemos um estudo de reordenamento de tráfego, que tenha em conta esta realidade, e há quatro anos que recebemos promessas do agora ex. Vereador Manuel Salgado, entre o que está a ser elaborado, os técnicos que estão em processo de elaboração e alteração, daqui a seis meses, teremos o trabalho, pronto, a apresentar já esgotámos de tudo passaram quatro anos, e nada! Passaram quatro anos e a Câmara apresenta-nos uma visão estratégica para a cidade, e para a mobilidade sem ter este documento estratégico, essencial ao planeamento da cidade e devia ser prévia esta mesma visão. -----

----- O que podemos fazer mais para que a Câmara cumpra com as suas promessas e com aquilo que é decidido nesta Assembleia? -----

----- E já que estamos no campo das promessas não esqueçamos os longos debates em Plenário e Comissões sobre o papel da EMEL. -----

----- De resto continuamos a defender uma empresa amiga dos lisboetas, ou seja que diferencia positivamente os lisboetas, em detrimento de quem vem de fora. -----

----- O espaço público existente impede frequentemente a criação de soluções que respondam às necessidades de quem mora na cidade, e tem a necessidade, mas também o direito a ter uma viatura. -----

----- Esperemos que a futura discussão do Regulamento Municipal de Estacionamento na via pública possa ser melhorado nesse sentido, e para o qual já apresentámos contributos que são públicos. -----

----- Independentemente dos conflitos que colocam moradores e Autarquia e EMEL em campos opostos, há dois fatores que nos parecem claros, os debates públicos sobre estacionamento nas zonas da cidade devem ser mais amplos e participativos, e devem também, ser alvo de ponderação de contributos a tornar públicos. -----

----- Por outro a solução da criação de lugares reservados a residentes traduz no engodo quando não é acompanhado por fiscalização, uma vez mais constata-se a falta de fiscalização numa área essencial à gestão da cidade. E nessa gestão, ação e fiscalização, ou da sua ausência efetiva, prolonga-se no processo das trotinetas e bicicletas, mas também, no facto de não existir de não querer resolver e clarificar as regras previstos na animação turística da cidade. -----

----- Passaram quatro anos e duas propostas de regulamento metidas na gaveta, a parte de promessas ao setor e à cidade, e até quando? -----

----- Da parte do CDS, demos contributos válidos uns, aliás, até seguidos por operadores para ajudar a resolverem esta problemática. -----

----- Por fim, a área que define uma cidade, e as suas políticas de planeamento, a gestão urbanística e a habitação.-----

----- Criticamos muitas vezes a forma como o Plano Diretor Municipal foi construído, uma manta de retalhos de cinquenta e dois planos pormenor e de urbanização, e a criação de créditos de construção que nos últimos casos conhecidos reforçam as nossas dúvidas sobre a sua correta aplicabilidade.-----

----- Se é certo que o regime do arrendamento urbano veio trazer uma nova realidade em Lisboa, a verdade é que a cidade se viu obrigada a crescer e evoluir, o centro histórico reabilitou-se, o comércio revitalizou-se numa zona em que as apostas comerciais não esperavam, a economia como já foi aqui dito na intervenção inicial do Senhor Presidente, teve uma dinâmica como nunca, e atrás de si mais receita para o Município, designadamente através do turismo e, portanto, esta é, foi e é uma oportunidade para que Lisboa possa criar políticas públicas de habitação, e acima de tudo uma política de planeamento mais coerente e eficaz. -----

----- Após a extinção da EPUL, Lisboa não teve um único programa de políticas municipais de habitação a não ser o falhado “Reabilita primeiro paga depois”, e mais recentemente, o Programa da Renda Acessível, que mal saiu do papel.-----

----- Foram doze anos sem investimento real, dir-se-á que o mercado não foi favorável? -----

----- Mas o que fez o Executivo com o seu património municipal e a respetiva afetação para habitação em doze anos?-----

----- E já que falamos património convinha perguntar novamente à Câmara onde é que está parado o Regulamento Municipal de Património? Porque que aqui ainda não chegou. -----

----- O recente acordo com a Segurança Social e a aposta em residência universitárias são positivos, mas faltam políticas municipais de habitação claras e de futuro.-----

----- Na habitação social a situação é conhecida, muitas pessoas em lista de espera, poucas casas para atribuir, e mil e seiscentas estima-se fechadas sem obras.-----

----- Continuamos a defender à semelhança do papel da EPUL na cidade, que as políticas municipais de habitação passem por criar ofertas a preços acessíveis, que as frações devolutas nos bairros sociais sejam reabilitadas, e entregues a quem precisa, e que essa oferta contemple o vasto património municipal existente na cidade, e não a tentação já manifestada por alguns, alguns até nesta sala de obrigar privados a suportar quotas de fogos acessíveis quando o Estado, quer o Estado central, quer a Câmara não dão o exemplo. -----

----- A Câmara não consegue colocar no mercado habitação mais do que 1400 fogos, ao ano, daquilo que são os números que nos foram dados nas várias Informações Escritas e, entretanto, segundo os números divulgados tem mais 6000 fogos de privados à espera de licenciamentos e, portanto, Senhor Presidente neste âmbito da Câmara, espera-se que liberte e facilite os processos de licenciamento de operações urbanísticas.-----

----- Quanto mais casas no mercado maior oferta e menor o preço.-----

----- Senhor Presidente, já disse aqui na sua intervenção inicial que iria diminuir o prazo destas operações, falta saber como, porque o que nos disse, é muito pouco.-----

----- Falou dos idosos e falou de acessibilidades, mas há processos destes para colocação por exemplo de corrimão, também demoram um ano a serem licenciados na Câmara, e a estes sim, em primeiro lugar no caso das acessibilidades que têm que ser efetivamente resolvidos.-----

----- No que concerne ao planeamento urbanístico da cidade, as opções camarárias têm colocado várias vezes, muitas até, a população contra a Câmara.-----

----- A ausência de debates promovidos pelo Executivo ajudaram a agudizar preocupações, dúvidas e críticas, muitos têm sido os projetos contestados pela cidade, por cidadãos, por especialistas, por urbanistas. Da estética, ao impacto visual da impermeabilização dos solos, à utilização de créditos, das cérceas, aos incumprimentos.-----

----- Da Câmara exigia-se que fosse a vanguarda na propositura de debates públicos e que não andasse a reboque da contestação pública, mas a regra é outra e empobrecedora, quando há contestação pública e com impacto mediático, então a Câmara reage e lá se lembra de fazer um debate.-----

----- Não pode nem deve ser assim, e neste campo o papel da Assembleia Municipal e de algumas Juntas de Freguesia tem sido essencial na defesa da cidade, e no fomento do debate público e participativo.-----

----- Em vários casos obrigando a que a Câmara recue em processos praticamente fechados, em projetos que não passam pelo crivo da Câmara apenas nos serviços da Vereação, mas que faça ao impacto na comunidade exigem debates amplos e aprofundados.-----

----- São os casos do Miradouro de Santa Catarina, da Torre Portugália ou da Praça Martim Moniz a título de exemplos.-----

----- A cidade faz com os Eleitos e para as pessoas, mas será certamente melhor se foi feita com as pessoas, e acho que esta Assembleia Municipal, tem dado prova disso mesmo.-----

----- Estas são apenas algumas das áreas essenciais à vida, e funcionamento da cidade que quisemos destacar neste debate, e que esperamos que ultrapasse a mera troca de críticas e de argumentos, e é por isso, Senhor Presidente que terminamos com um repto para uma matéria que foi transversal à minha intervenção, e à intervenção do CDS, e que acaba por bloquear todas e quaisquer regulamentações e intervenções, e que é efetivamente a ausência de fiscalização para garante dos direitos das pessoas e das empresas.-----

----- Fiscalização do estacionamento de residentes no período noturno, no espaço público, na higiene urbana, no ruído, nas atividades económicas, nos eventos, na ocupação de via pública em obras, tantas áreas.-----

----- Em suma, estas são algumas das áreas vitais funcionamento da cidade e, por isso, esta é, parece-nos a nós uma matéria importante.-----

----- Entendemos que faltam recursos humanos, e consecutivamente ação fiscalizadora na cidade pelo que deixamos o repto ao Município e que olhe, para este problema de forma estruturada, pensada com as Juntas e articulada com as várias instâncias. -----

----- Não é uma questão de somenos é uma ação estruturante ao bom funcionamento da cidade.-----

----- Para terminar, dizia Cesário Verde, e escrevia Cesário Verde, “O Sentimento Dum Ocidental” -----

----- *“Nas nossas ruas, ao anoitecer, há tal soturnidade, há tal melancolia, que as sombras, o bulício, o Tejo, a maresia, despertam-me um desejo absurdo de sofrer”* ----

----- Senhor Presidente ajude a contrariar o poeta, há muito que Lisboa já não é soturna, e o Senhor também tem responsabilidade nisso, mas parece que o desejo absurdo de sofrer perante algumas limitações quotidianas, poderia facilmente ser evitado. -----

----- Lisboa ande ter sempre problemas, e a função, e obrigação da Câmara é trabalhar na sua resolução, assim como a Assembleia tem o papel de fiscalizar, mas também, de propor de incentivar e de potenciar soluções para a cidade. -----

----- Senhor Presidente, poupo-nos à melancolia de estamos sempre a apontar ao mesmo sendo, principalmente, aqui que se nota a ausência de intervenção eficaz da Câmara, não se entende o adiar de algumas soluções, nem se compreende que ano após ano se agravem de forma crónica algumas das que acabámos de elencar, e se mesmo assim, não conseguirem resolver, digam, também estamos aqui para ajudar a resolver. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caro Público.-----

----- Lisboa é uma cidade complexa dinâmica, energética, um conjunto de intrincados de pessoas, tradições, atividades económicas, espaços sociais, como o são todas as capitais do mundo.-----

----- Fazer um balanço ao seu estado é uma obrigação permanente dos que como nós fomos Eleitos, e participamos ativamente no poder local democrático. -----

----- Nesta sua complexidade, existem em Lisboa, os mais diversos aspetos que podem ser abordados, sendo indispensável focar os principais problemas e desafios que persistem os traços que marca o quotidiano da cidade e de quem cá vive.-----

----- No plano social intensifica-se a desertificação e gentrificação do tecido urbano, a famigerada Lei das rendas que o Governo PSD/CDS fez, e o PS insiste em manter, e que pode, e deve ser revogada o mais rapidamente possível, aliada à especulação

imobiliária que transforma casas e edifícios de habitação permanente, em unidades hoteleiras e de alojamento local, confluem em numerosos e muitas vezes dolorosos despejos e a um aumento das rendas para níveis inoportáveis, é a negação do direito à habitação.-----

----- Pode-se afirmar que esta análise é fatalista, mas a realidade ilustra tristemente o fenómeno e muitos dados estatísticos corroboram-no. -----

----- O estudo ontem divulgado e já aqui hoje referido, diz que a taxa de esforço das famílias da cidade de Lisboa a pagar a renda era de 67%, para as casas compradas a taxa de esforço era de 58%, mais de metade do rendimento no caso do arrendamento são dois terços do rendimento familiar, para garantir um teto.-----

----- É a negação do direito à habitação para milhares de pessoas. -----

----- E estes dados são do final de 2018 daí para cá, mantém-se a sucessão de anúncios de novos hotéis, veja-se o Quartel da Graça, Monumento Nacional, que irá dá lugar a um hotel com 120 quartos, crescem os projetos de condomínios privados e habitação de luxo. -----

----- Este mesmo estudo feito pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, afirma que esta tendência de subida do peso da despesa em habitação no orçamento familiar, pode originar e estou a citar *“uma fragmentação e segregação nas cidades que ficam impedidas de fazer a renovação geracional e de diversidade que lhe são fundamentais”*, fim de citação, da FCSH não do PCP. -----

----- E há quem defenda que estes processos valem a pena, e que em nome da reabilitação urbana, Lisboa vai-se transformando, mas essa reabilitação urbana não é neutra do ponto de vista dos interesses que serve, e das suas consequências sociais não resultando como podia e devia numa melhoria das condições e do acesso à habitação, pelo contrário. -----

----- São milhares de pessoas que vão viver para outros concelhos e temos o tal do mercado, aquele que se deve deixar funcionar para que tudo corra lindamente a abrir perspetivas de residência para muito poucos, mas que garantem muito lucro, a quem vai avançando nesta reabilitação privada que temos do edificado. -----

----- Ainda na questão da habitação é fundamental abordar os bairros de gestão municipal, onde se calcula que vivam mais de sessenta mil lisboetas.-----

----- Estes bairros habitados por população de mais baixo rendimento e inúmeras vulnerabilidades, enfrentam um dia a dia em casas deterioradas, sem condições de habitabilidade, tipologias desfasadas das necessidades das famílias, prédios com espaços comuns degradados e sem manutenção, lojas abandonadas, um espaço público muitas vezes sujo e destruído, onde faltam equipamentos para crianças e idosos e espaços verdes, onde falta segurança e tranquilidade, atividades de lazer, cultura e desporto, onde faltam transportes, centros de saúde, farmácias ou simplesmente, uma mercearia ou um multibanco. -----

----- Bairros onde as poucas obras que se vão realizando, pecam por tardias, longe das necessidades há muito identificadas e não poucas vezes mal executadas. -----

----- A gestão do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda na cidade, opta por uma política que concentra os meios e o investimento na manutenção de algumas zonas

nobres da cidade para a promoção do turismo como único eixo de desenvolvimento económico, prejudicando e amputando a nossa diversidade económica, nomeadamente, ao nível do setor produtivo.-----

----- Essa opção é feita em detrimento das pessoas das zonas habitacionais dos bairros históricos e municipais, e de uma real política de planificação do espaço urbano, visando o bem-estar e o desenvolvimento económico-social e ambiental. -----

----- E se mais uma vez nos pretendem acusar de exagero e fatalismo, basta ouvir as muitas dezenas de munícipes que passam por esta Assembleia Municipal, apresentando sistematicamente problemas com habitação, e em grande parte com a habitação municipal.-----

----- Ainda hoje ouvimos a Dona Isabel da Freguesia de Marvila, que aqui veio falar sobre várias questões dessa Freguesia. -----

----- Os Senhores Vereadores não ouviram porque não estavam cá, exceção feita ao Vereador do PCP que estava cá e ouviu. -----

----- Para o PCP é uma exigência cumprir e efetivar o direito à habitação, um direito constitucionalmente consagrado, e em Lisboa afastamo-nos cada vez mais do cumprimento desse direito. -----

----- Outra vertente fundamental da vida numa cidade não só para quem vive mas também para quem todos os dias para cá se desloca, é a acessibilidade, a mobilidade e os transportes públicos. -----

----- O PCP valoriza a importância do alargamento do passe social intermodal, e não podemos deixar de sublinhar o papel central que o PCP e a luta dos utentes e trabalhadores desempenharam para este avanço, mas nestes tempos em que todas as forças políticas se esmeram em valorizar uma proposta que o PCP apresenta e defende desde 1997 e que até 2016 encontrou oposição do PS, PSD e CDS e abstenção do Bloco de Esquerda. É importante frisar que este avanço pode ser posto em causa se não se concretizar em conjunto de outras medidas que ampliem oferta e alarguem a redução tarifária a todo o distrito. -----

----- Durante 20 anos, disseram-nos que era impossível pôr de acordo de todos os Municípios e todos os operadores de transporte, era impossível até ser feito, agora é indispensável que se avance, nomeadamente, com um investimento necessário para garantir um verdadeiro acesso ao transporte público. -----

----- Outra questão fundamental para o futuro e a acessibilidade na cidade é a nova linha do Metropolitano. -----

----- Com a linha circular, pretende-se unir as linhas amarela e verde no Campo Grande e Cais Sodré com duas novas estações, em Santos e Estrela, o que na nossa opinião, transformará a atual linha amarela num ramal de Telheiras a Odivelas. -----

----- Este projeto que vai custar centenas de milhões de euros e provocar transtorno gigantescos durante a fase de obras, implica a redução da oferta na zona norte de Lisboa, em Odivelas e Loures, bem como o adiamento de outros investimentos, estes sim, úteis, como a expansão da rede à zona ocidental da cidade e a Loures. -----

----- A população de Telheiras é prejudicada com fim da sua ligação direta à linha verde, e as do Lumiar, Ameixoeira e Charneca com a perda da ligação à linha amarela. -----

----- Sem ligação direta à linha amarela fica também a população de Odivelas, seriamente prejudicada, enquanto a de Loures continuará à espera de ver o Metro chegar ao seu concelho. -----

----- As populações de Alcântara, Ajuda e Belém também veem adiada, ou mesmo comprometida, a expansão da rede do Metropolitano para a zona ocidental da cidade. -----

----- Já os moradores de Oeiras e Cascais serão prejudicados com os transtornos que a construção da linha circular vai provocar à linha ferroviária de Cascais, e ficariam a ganhar com uma ligação de Alcântara, à linha vermelha do Metropolitano.-----

----- Todos somos prejudicados quando se desviam centenas de milhões de euros para esta opção, recursos necessários para colocar o Metropolitano a funcionar melhor contratando os trabalhadores que continuam em falta fazendo uma efetiva manutenção de escadas e elevadores, concluindo as obras do Areeiro, e efetuando as de Arroios apenas para dar alguns exemplos, e para construir as urgentes expansões a Loures, Alcântara, Ajuda e Belém.-----

----- A linha circular é uma opção que só beneficia os interesses especulativos imobiliários na zona das novas estações, e serve mais e mais, a monocultura do turismo em detrimento da população da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Ainda há tempo para travar o desbaratar de recursos, são 210 milhões de euros na linha circular do Metro. -----

----- A Assembleia da República em 5 de julho passado, rejeitou este projeto e dessa deliberação resultou uma resolução, na qual se recomenda ao Governo a suspensão do mesmo. -----

----- Nesse sentido na quinta-feira dia 24 de outubro, moradores, utentes, trabalhadores e autarcas concentram-se às 16 horas junto à estação do Campo Grande, numa ação de protesto contra a linha circular.-----

----- É necessário uma aposta na qualidade e na acessibilidade do transporte público, cobrindo toda a extensão da cidade, mas com uma visão integrada dos diferentes modos de transporte à escala metropolitana.-----

----- Mas falar do estado da cidade também é falar do futuro, da aposta na qualificação, no compromisso com as novas gerações. -----

----- O ponto de situação na educação em Lisboa evoluiu de mau para péssimo, perspetivando-se caótica a curto prazo, se não vejamos.-----

----- Tínhamos um conjunto de escolas são da responsabilidade da Câmara de Lisboa que se foram degradando durante anos, com as queixas de pais e trabalhadores e sucessivas interpelações no plano institucional, o PCP apresentou dezenas de requerimentos sobre situações concretas graves e urgentes, oscilando entre a desvalorização perante os problemas apresentados e as respostas de que tudo estava a ser resolvido, assistimos a situações agigantarem-se a ganharem dimensões, cada vez mais surreais e complicadas de resolver. -----



----- A sistemática ausência de manutenção e reparação, levou alguns edificados há quase insolvência do ponto de vista arquitetónico, a repetida falta de equipamentos, de medidas de segurança, de pessoal, de material de apoio, coloca outros equipamentos na mira de pais e trabalhadores que não se conformam com falta de respostas.-----

----- Temos trazido aqui estes exemplos flagrantes de falta de investimento na educação nas crianças da cidade, e para que não nos acusem do recorrente que apresentamos uma realidade que não existe de uma Lisboa que não é esta em que estamos e vivemos, relembro apenas algumas das escolas cujos problemas levantámos aqui, e também na Câmara Municipal e nas Assembleias de Freguesia, e nas próprias escolas em visitas ou em solidariedade com protestos. -----

----- A Escola Básica Professor Oliveira Marques na Calçada das Lages, a Escola, Fernanda de Castro, na Tapada das Necessidades, a Escola Básica Alexandre Rodrigues Ferreira na Ajuda, a Escola Eurico Gonçalves em Santa Clara, a Escola EB-1 Teixeira Pascoais em Alvalade, a Escola EB-1 de Telheiras no Lumiar, só para lembrar algumas das escolas. -----

----- No início do ano letivo o Senhor Presidente partilhou com esta Assembleia a satisfação com a evolução positiva no domínio da educação, inaugurar sete escolas na semana de abertura do ano letivo e a duas semanas das eleições legislativas é, de facto positivo para as crianças, pais e professores dessas sete escolas, mas o que dizer aos das outras 30 ou 40 escolas que têm problemas graves e antigos para os resolver, e que o relatório de avaliação do estado de conservação de jardim-de-infância, escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do LNEC tão claramente traçou. -----

----- Para essas escolas, para essas crianças continuam a existir soluções adiadas e silêncios ensurdecedores. -----

----- O Vereador Manuel Grilo em resposta recente a um requerimento do PCP apresentou, e cito, *”as necessidades de intervenção de carácter urgente e inadiável”*, fim de citação, em estabelecimentos escolares do 1º Ciclo que começam na Páscoa e continuam no verão de 2020.-----

----- Se tivessem começado estas obras ontem era tarde, mas não, é para o ano. -----

----- Mas este quadro traça-se para o ensino básico da cidade, que dizer sobre as novas competências que emanam do acordo feito por PS e PSD, e que a maioria desta Câmara tão alegremente abraçou, mesmo sem conhecer o estado dessas escolas, nem estarem definidos os montantes para a sua gestão.-----

----- Aceitar, receber fazer inclusive a festa como aconteceu na intervenção sobre o início do ano letivo aqui, e depois, bem depois logo se vê.-----

----- Mais uma vez, reafirmamos a gravidade desta transferência de competências e alertamos para as consequências, são crianças, são estabelecimentos de ensino, são milhares de pessoas envolvidas e muito, mas mesmo muito poucas soluções à vista para tantos problemas e dificuldades.-----

----- O programa de requalificação das Escolas do 2º e 3º Ciclo apresentado, e que fez parangonas nos jornais no dia seguinte à intervenção do Senhor Presidente aqui, seria interessante se não fosse totalmente desfasado da falta de capacidade da Câmara demonstrada no estado e funcionamento das escolas que já estão sob a sua gestão.-----

----- E os problemas não são apenas de edificado e de condições físicas funcionamento, nos últimos dias foram várias as escolas do nosso concelho que tiveram protestos, reduções de horário e mesmo encerramentos por faltas de pessoal não docente.-----

----- Nas Escolas do Agrupamento Fernando Pessoa, nas Escolas do Agrupamento Vergílio Ferreira, na Escola Manuel da Maia, sucederam-se protestos de pais, alunos e pessoal não docente.-----

----- São situações limite, insustentáveis, escolas que até podem cumprir os rácios pessoal não docente, número de alunos já de si insuficiente estes rácios, e que era importante perceber o que tem feito a Câmara para pressionar o Governo para alterar o que está previsto na Lei, mas ignorando os trabalhadores que estão de baixa ou em horários reduzidos, escolas que tem uma única funcionária para tomar conta de vários laboratórios, mais a galeria de artes, e ainda uma sala de ensino especial.-----

----- Escolas em que a mesma funcionária faz a portaria e a limpeza, e que nenhuma das tarefas é cumprida na sua hora de almoço, porque não há mais ninguém.-----

----- Escolas que partilham funcionários que fazem parte do seu horário num estabelecimento de ensino e o restante noutra.-----

----- O PCP esteve ao lado destes trabalhadores e dos pais e alunos, conhece esta realidade, mas mesmo quem insiste em aligeirar o quadro e, acusar de dramatismo quem o traça, não pode ignorar a repercussão mediática da situação vivida nas nossas escolas.-----

----- Os trabalhadores não docentes destas escolas de Lisboa, infelizmente, não são exceção, este é o cenário por todo o país agravado pela promessa feita pelo Governo em fevereiro, de reforço com mais mil contratações, mas que não foi cumprida, como dizia os trabalhadores não docentes são poucos, sobrecarregados, desvalorizados e encontram-se neste momento na pior situação laboral, já não são do Ministério da Educação e ainda não são da Câmara de Lisboa.-----

----- Ambas as entidades lavam as mãos e descartam responsabilidades nesta situação, os problemas vão manter-se e agravar-se se não forem tomadas medidas urgentes, as movimentações e as lutas, seguramente também irão manter-se.-----

----- A Câmara de Lisboa, a cidade com esta transferência de competências, herdou um problema gravíssimo, como pretende o Bloco de Esquerda responsável político deste Pelouro, resolver o subfinanciamento crónico para estas escolas e onde encontrará a capacidade de intervenção, e resolução de problemas para todos os graus de ensino, que tão duramente tem faltado para apenas o 1º Ciclo.-----

----- As questões da habitação, os transportes e mobilidade, a educação têm que ganhar centralidade no debate sobre a cidade que temos, e a cidade que queremos atualmente.-----

----- Uma cidade que deixe de ser um produto de consumo em si mesma, mas que seja pensada e construída, principalmente para os que a habitam e para os que da cidade dependem por que aqui trabalham.-----

----- Uma cidade que preserve a sua matriz identitária, que valorize as atividades humanas nas suas mais variadas expressões, trabalho, relações sociais e afetivas, cultura e memória que são a base e o fundamento da densidade da Lisboa. -----

----- Uma cidade que promova a igualdade na sua fruição e fortaleça o exercício de direitos, o direito à habitação, ao emprego, à mobilidade, à cultura e ao lazer, uma cidade mais justa, mais desenvolvida e mais próxima dos seus bairros e populações, e essa cidade que queremos e a que temos direito só é possível com uma outra política.--

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Em primeiro lugar uma palavra muito especial de sincero agradecimento para a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pela sua dedicação a esta Casa da Cidadania e às condições prestadas ou garantidas aos Grupos Municipais.-----

----- Anualmente esta Assembleia promove um debate sobre o ‘Estado da Cidade’, constatando-se, porém, que algumas das questões elencadas em anteriores sessões persistem nos dias de hoje, quando seria expectável que a autarquia priorizasse a defesa dos fatores com maior relevância para os seus munícipes, bem como a melhoria dos indicadores de qualidade de vida das famílias que aqui vivem e trabalham, o que nem sempre vem acontecendo. -----

----- Por exemplo, a questão da saúde.-----

----- Como todos deverão estar recordados, em 14 de março de 2017 foi rubricado um acordo de colaboração entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Lisboa, denominado Programa ‘Lisboa, SNS Mais Próximo’.---

----- Nos termos deste acordo, a sua cláusula 1ª estipulava ter “*por objeto estabelecer as condições de cooperação entre a ARSLVT e o Município, com vista à construção e requalificação global das Infraestruturas e Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Lisboa até ao ano 2020*”. -----

----- Lisboa iria ter 14 novos Centros de Saúde, 11 em espaços construídos de raiz e outros 3 em edifícios reabilitados para o efeito, como forma de acabar com a prestação de serviços de saúde em prédios de habitação, sem espaços adequados para os cuidados médicos e de enfermagem, e por vezes sem condições de acessibilidade, havendo casos de cadeiras de rodas sem conseguir aceder ao elevador dos edifícios. ---

----- Na altura afirmava o Senhor Presidente da Câmara, que não está a ouvir, que este protocolo seria o programa mais ambicioso em décadas para o reforço dos cuidados primários de saúde na capital, ganhando novos serviços, mais meios complementares de diagnóstico e nova capacidade para um atendimento de qualidade, para que os 14

novos centros de saúde pudessem servir mais de 300 mil lisboetas num investimento superior a 30 milhões de euros assegurados pelo Município. -----

----- Ora, a facilidade e comodidade no acesso aos equipamentos públicos têm de ser elementos centrais na definição das políticas urbanas, onde uma saúde mais próxima deve ser meio caminho andado para uma cidade mais humana. -----

----- Porém, estamos na antecâmara do anunciado ano de 2020 e não se vislumbra nem a fase das obras, quanto mais previsão de qualquer anúncio de inauguração, continuando os lisboetas a aceder a centros de saúde a funcionar em edifícios há muito deficientemente adaptados a essa função. -----

----- Até que em março do corrente ano, acabámos por saber que o executivo se propunha revogar os concursos públicos para construção de centros de saúde, a fim de reponderar a fixação dos preços base, pois a Câmara ter-se-ia deparado com um número significativo de concursos públicos de empreitadas desertas. -----

----- Quando consultamos todas as Informações Escritas do Senhor Presidente neste ano de 2019 constata-se que os serviços veem arrastando a fase de processo de análise e regularização, do cadastro, patrimonial dos terrenos onde serão implementados os novos centros de saúde. E deste doentio estado da saúde na cidade não saímos! -----

----- A constatação óbvia é que os preços já derraparam e os prazos anunciados estão a ser remetidos para as calendas gregas, perante o desespero dos profissionais de saúde e dos utentes dos serviços. -----

----- Quanto à questão da mobilidade e transportes, muitas bandeiras têm sido agitadas no horizonte: -----

----- Apesar dos inúmeros cidadãos que vivem na Grande Lisboa acederem à capital usando comboio e Metro, há um ano alertava-se que o peso do automóvel na cidade era cada vez maior, com mais de 370 mil veículos a entrarem diariamente em Lisboa, por todos os lados, requerendo-se o reforço da oferta de transportes públicos e a urgência da criação de parques realmente dissuasores junto a interfaces de transportes. -----

----- De acordo com o INE, a distribuição do número de deslocações por meio de transporte na Área Metropolitana de Lisboa nos dias úteis, em 2017, apontava para 59% em automóvel, 8,8% em autocarro, 3,2% em comboio e 3,1% por Metro. E segundo dados recolhidos pela Câmara, os concelhos à volta da cidade de onde veem menos carros são precisamente aqueles que dispõem de transporte ferroviário: metropolitano e comboio. -----

----- Foi para combater esta prevalência do veículo individual que os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa propuseram ao Governo uma descida drástica dos passes sociais, a financiar pelo Orçamento do Estado. -----

----- Mas como é que se reduz o volume de tráfego automóvel na cidade? Parece simples de dizer: proporcionando alternativas e melhorando a oferta. -----

----- Todavia, o Executivo ainda não conseguiu alcançar uma política integrada de mobilidade assente na redução do número de viaturas a circular na capital, com o aumento da frequência dos transportes públicos e, em paralelo, com a oferta de parques dissuasores junto a interfaces nos limítrofes da cidade. -----

----- Com o número de transportes em circulação e a qualidade da sua oferta a continuarem reduzidos, acontece que no espaço de um ano, os novos parques inaugurados pela EMEL foram na Graça, em Campolide, ao Areeiro, ou em Campo de Ourique, todos dentro da cidade, incluindo os ainda previstos construir, de acordo com a página *web* da empresa.-----

----- Aliás, é o próprio Presidente da EMEL quem revela em entrevista, “*que os parques dissuasores apenas se destinam a “evitar que (se) entre no casco urbano”, e que têm por finalidade “proporcionar, a quem vem de fora de Lisboa, uma alternativa de estacionamento”*”.-----

----- Nesta perspetiva, os parques funcionam como atrativo para a continuação da entrada e estacionamento na capital. E porquê esta opção? Porque assim a moedinha tilinta nos parçómetros do Município. E porque Lisboa não pretende abrir mão desta “*cesta de ovos de ouro*”.-----

----- Por isso “Os Verdes” perguntam: Tenciona ou não o Executivo contribuir para a redução das emissões de partículas nocivas? Vão ou não ser implementados novos corredores dedicados ao transporte público? Porque faltam transportes em quantidade e com qualidade mínima na cidade? Então porque não são reabilitados os autocarros de 2 pisos? Tem ou não havido diálogo com os concelhos vizinhos? Se sim, para quando uma rede integrada de parques dissuasores junto a interfaces de transportes nos limítrofes da capital?-----

----- Quanto a algumas carreiras de bairro, em algumas delas, nem se está a obter a eficácia da utilização esperada, quer porque os percursos escolhidos não terão sido os mais adequados, quer por os seus horários poucas vantagens oferecerem aos utentes. --

----- Há percursos desajustados por circularem onde já passavam várias outras carreiras, deixando áreas da Freguesia sem serem contempladas. Há novas carreiras que circulam apenas com intervalos de três quatro de hora ao longo do dia e terminam às 20h05.-----

----- Pergunta-se: haverá utente com paciência para ficar a aguardar 45 minutos pela passagem do próximo veículo ou opta por se ir embora a pé? Então para quê investir em novas carreiras se não estiverem adaptadas às necessidades de mobilidade dos passageiros?-----

----- Outra das controvérsias tem residido na Vereação da Cultura, com as suas indefinições de estratégia ou até tentativas de imposição de políticas avulsas à revelia do debate democrático.-----

----- Cedem-se espaços a interesses imobiliários, desde o Palácio do Machadinho, com a apressada reinstalação da Direção Municipal de Cultura no Complexo da Boavista, à recente autorização de demolição do velho Cinema Imperial-*Pathé* para dar lugar a um hotel. Poderíamos chamar à colação o afunilamento da oferta cultural, o processo do Teatro Municipal Maria Matos, encerrado há mais de um ano, ou as frequentes alterações nos horários das bibliotecas, por escassez de pessoal técnico.-----

----- O Executivo vem também adiando uma solução condigna para o Arquivo Municipal de Lisboa, que passe por transferir os fundos documentais, não para um espaço de habitação, mas antes para um edifício que siga não apenas as

recomendações internacionais para a construção de edifícios de arquivo, como a própria promessa da Vereação de que estaria à procura de um espaço unificado. -----

----- É que, para os técnicos, a solução equilibrada passaria por “*encontrar, num curto prazo, um edifício digno de um arquivo, de utilização única, construído de raiz ou requalificado, numa zona central, segura e de fácil acesso, que garanta as condições de salvaguarda do seu património, fundamental para o registo da história e da memória da cidade*”. -----

----- Porque tarda a Vereação a confirmar este conselho tão óbvio? E o mais caricato é que até o próprio procedimento concursal para fornecimento e montagem de estantes compactas tem vindo a ser sucessivamente suspenso e reaberto. -----

----- E temos o paradigma da Biblioteca Galveias, que após encerrar em 2015 para obras de requalificação e ampliação, reabriu a 10 de junho de 2017. -----

----- Decorridos dois anos, para além da enorme carência de técnicos e de pessoal de segurança, persistem problemas a nível de saúde, segurança e higiene, tanto para os mais de 800 leitores diários, como para os trabalhadores. -----

----- Ainda a semana passada as queixas reportavam deficiências a nível da iluminação, climatização e ventilação, além de infiltrações, ser comum o encerramento das instalações sanitárias, já de si em número insuficiente, constata-se a deterioração dos frescos e a queda de estuque, os alarmes de incêndio que, para além de avariados, também não possuem ligação aos bombeiros, colocando em risco os utentes e o espólio de cerca de 64 mil livros. -----

----- A Vereação bem pode apontar responsabilidades à empresa que realizou as obras. Mas no essencial deparamo-nos com um constrangedor quadro argumentativo, senão mesmo exasperante, face a soluções que deveriam ter sido acauteladas. Ou será que a Câmara não procedeu à fiscalização e vistorias antes da receção da obra? -----

----- O desempenho deste Pelouro aparenta ser uma sucessão de desastres políticos. -----

----- As polémicas do urbanismo também não ficam atrás. -----

----- Não esquecendo o continuado apoio à especulação imobiliária, outra das recorrentes contestações tem sido atribuída aos critérios para o desenvolvimento urbanístico e para a recuperação do edificado. -----

----- Para “Os Verdes”, não é por haver agora substituição de Vereador que os munícipes poderão augurar mudanças de paradigma, se se mantiverem os mesmos princípios políticos de gestão. -----

----- Porque o relevante é a mudança de políticas e não apenas dos seus atores. -----

----- Na capital, uma cidade com os seus cerca de 547 mil habitantes povoando um território de 84,9 km<sup>2</sup>, os meios e o investimento não podem ser apenas direcionados para algumas zonas da cidade ou para o turismo, que também é importante obviamente, mas que jamais poderá apresentar-se como o único eixo de desenvolvimento económico, em detrimento das pessoas. -----

----- Para “Os Verdes”, Lisboa não pode ser só para quem visita a cidade e para clientes de hotéis de charme. Lisboa tem de ser uma cidade para os que cá habitam, trabalham e estudam. Lisboa deve ser de todos e para todos. -----

----- Em suma, Lisboa, que dispõe de um imenso potencial e onde é possível construir uma cidade mais justa, mais desenvolvida, sustentável e mais próxima dos seus bairros e das populações, tem-se deparado, ao longo dos últimos anos, com uma política autárquica adiada e desviante, e que nem sempre tem encontrado as soluções mais justas para que o poder local esteja ao serviço das populações, dando a justa prioridade à resolução dos seus problemas concretos. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada nós, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores boa tarde.---

----- O debate de hoje versa sobre o estado da cidade. -----

----- Devido à recente saída do Senhor Vereador Manuel Salgado do Executivo, após doze anos de governação socialista consecutiva à frente dos destinos urbanísticos lisboetas achamos por bem, dedicar o nosso tempo sobre este ponto específico. -----

----- É um importante ciclo que se encerra, embora, como sabemos, não é muito claro o conceito de fecho de ciclo para alguns.-----

----- De qualquer forma, pareceu-nos pertinente dirigir algumas palavras nesta Assembleia, neste debate, à sua marca não querendo deixar passar esta oportunidade.--

----- Se existe alguém que não precisa de apresentações da Câmara é o Senhor Arquitecto Manuel Salgado, a sua influência é reconhecida abdicando da qualidade de Vice-Presidente no passado, porém, essa aparente despromoção, nunca foi acompanhada sequer beliscada de perda de poder. -----

----- Ainda há pouco tempo foi apelidado de o senhor que manda em Lisboa, e já o compararam ao Marquês de Pombal. -----

----- Sebastião José de Carvalho e Melo fez coisas terríveis, é verdade, mas penso que, mesmo assim, não merecia tal comparação relativamente, ao traçado da outrora Capital do Império. -----

----- Desculpe, Senhor Presidente, sei que deve estar traumatizado, pois em menos de dois anos de mandatos, esta é a sua terceira baixa no plantel. Primeiro Robles, o então trazido pela mão do BE, elevado pelo monstro da especulação, depois o seu querido Vice-Presidente Duarte Cordeiro levado pela mão de António Costa para o Governo, e agora Manuel Salgado abandona-o. -----

----- Aguardamos com expectativa esta vinda do Senhor Vereador Ricardo Veludo, para falarmos entre outras coisas, do seu Programa de Renda Acessível, sim, aquele que o Tribunal de Contas ainda não emitiu parecer favorável.-----

----- A verdade é que com 75 anos de idade, Manuel Salgado surpreendeu muitos com a sua saída de funções, surpreendeu pelo *timing*, que muitos consideraram tardio, e

não me estou a referir apenas ao Senhor ex. Vereador e ex. Deputado Municipal Nunes da Silva, foi lamentada por alguns dos que trabalham com ele no Executivo, nomeadamente pelo simpático *tweet* do Senhor Vereador Manuel Grilo a exigir que saísse também da SRU, ou como quem diz já vai tarde. -----

----- Debrucei-me sobre algumas contradições nos seus 12 anos na Autarquia de Lisboa e, de facto, apesar de ter sido o responsável pela extinção da EPUL, com argumento de internalização da sua atividade nos serviços, hoje preside pelo menos, por enquanto a outra empresa municipal, a Lisboa Ocidental SRU, que se viu reforçada com a recente alteração dos estatutos, as suas competências e envelope financeiro. -----

----- Bom, ainda preside, embora isto seja polémico foi para lá para ser Vereador do Urbanismo, mas agora mantém-se mesmo sendo um cargo que, supostamente pela mesma ordem de ideias que justificavam acumular funções, deveria ser ocupado pelo novo Vereador deste Pelouro. -----

----- Manuel Salgado divide os lisboetas, para aqueles que julgam que a Lisboa moderna deverá ser uma selva de altos caixotes, com bastante vidro e ferro minimalista, incaracterística e de gosto duvidoso, Salgado e um deus, para os que gostam da Lisboa tradicional de uma arquitetura especial, e que está cada vez mais perdida e a desaparecer Salgado é detestável, de qualquer forma não se lhe fica indiferente. -----

----- As polémicas do trajeto e da história de Manuel Salgado foram muitas, mas só destacamos aqui algumas por falta de tempo para toda a exaustiva lista. -----

----- A tentativa de extinção da estação ferroviária de Lisboa de Santa Apolónia para lá colocaram Jardim, as obras da 2ª Circular anunciadas pomposamente e que não avançaram, aliás, citando as suas próprias palavras que subscrevemos tratou-se de um verdadeiro *flop*, a destruição de um recém-construído quartel de bombeiros para lá colocar um hospital quando o poderia ter feito em outro lado, a controversa questão dos terrenos da Feira Popular e a tentativa, felizmente evitada da construção do Mono do Rato, pois no Rato já nos basta a sede do PS. -----

----- Recentemente, a desistência, no projeto Martim Moniz que ainda tem tapumes, e complicações, e o arrependimento à aprovação do Hospital da CUF em Alcântara juntam-se a este rol. -----

----- Foi visível que por pouco mais de uma década e por seu intermédio, houve venda significativa do património, transformação da cidade em cidade hoteleira, desregulação confessa em matéria de alojamento local, e aprovação de projetos que, no mínimo serão de gosto polémico para os lisboetas. -----

----- É do PDM da autoria de Manuel Salgado que nascem prédios, cada vez com mais altura e que o impacto visual na cidade como, por exemplo, acontece na Torre de Picoas, e como no que se prevê acontecer no Quarteirão da Portugália. -----

----- O homem sai mas obra fica, e acredito que algum do seu legado lhe poderá dar Senhor Presidente algumas dores de cabeça no futuro. -----

----- A saída de Manuel Salgado foi previamente acordada consigo, segundo o próprio, mas a sua permanência à frente da SRU não teve pelos vistos o acordo BE, e



agora o Senhor Presidente procura convencer outras forças políticas dos méritos e das vantagens de o manter à frente dos destinos dessa empresa ou seja, não é mais o Vereador do Urbanismo na Câmara, mas continua a mandar no urbanismo na cidade. --  
 ----- Assim, como compreende Senhor Presidente, não poderíamos de deixar de assinalar este momento, e apesar do Senhor ex. Vereador não se ter despedido de nós o que nos deixa irrecuperavelmente tristes, resolvemos-lhe prestar uma singela homenagem com uma pequena versão de uma música que julgo apropriada ao momento.-----  
 ----- Peço, contudo, a vossa complacência para a minha má interpretação e falta de jeito o adaptar a letra, mas a comoção da despedida não ajudou para mais. -----  
 ----- Além disso, só há lugar no meu partido para um cantor e esse lugar já foi ocupado, por isso não se preocupem não irei cantar, mas declamar, apenas uma advertência por liberdade na adaptação da letra tratamos o Senhor ex. Vereador na segunda pessoa, o que não é com nenhuma intenção desrespeitosa mas carinhosa aliás, nada nesta interpretação tem qualquer má intenção.-----  
 ----- Quis saber quem ele foi. -----  
 ----- O que fez aqui, porque nos abandonou, de quem não me despedi, perguntei por ti Manuel, quis saber de nós, mas o mar salgado e a SRU, não trarão mais a tua voz.-----  
 ----- Em silêncio e ardor, em tristeza, é este o fim?-----  
 ----- Neste jardim és flor, e eu que sofro em mim. -----  
 ----- Lembro sempre aqui, partir é morrer. -----  
 ----- Como amar, governar ou mandar?-----  
 ----- É ganhar e perder. -----  
 ----- Há doze anos tu vieste em flor. -----  
 ----- Não t'elogiei. -----  
 ----- Deste-te todo em amor.-----  
 ----- Mas em ti eu nunca votei.-----  
 ----- Em teu corpo de vereador. -----  
 ----- Eu não resisti.-----  
 ----- Sofri com ele, sofremos tantos de nós.-----  
 ----- E Lisboa descaracterizou-se, que eu vi.-----  
 ----- E depois deste amor.-----  
 ----- E depois de tudo o que quiseste fazer de nós.-----  
 ----- O dizer-nos adeus. -----  
 ----- Será, realmente ficarmos sós?-----  
 ----- Teu lugar, na SRU e a tua ausência aqui.-----  
 ----- Perdeste a paciência meu rapaz. -----  
 ----- Com a TVI, que eu percebi. -----  
 ----- Mas ficas na SRU, qual flor. -----  
 ----- Da Teresa Leal ao PS, enfim... -----  
 ----- E depois deste amor.-----  
 ----- Depois de nós. -----  
 ----- DDT, querido, fica o adeus. -----

----- O chorar por Lisboa.-----  
 ----- E pelo que aí vem, meu Deus.-----  
 ----- Adeus, Manuel Salgado. -----  
 ----- Muito obrigado.”-----  
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
 ----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----  
 ----- Tenho aqui uma chamada de atenção do Senhor Presidente da Câmara, vou-lhe dar a palavra não quis interromper a Senhora Deputada, que utilizou um estilo irónico como todos vimos, o Senhor Presidente da Câmara está desconfortável com isso, faça favor, Senhor Presidente.”-----  
 ----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -  
 ----- “Senhora Presidente, para manifestar o meu protesto e o meu desagrado, acho que filmes cómicos e números de circo não são compagináveis com órgãos soberanos do poder local e com as suas reuniões. -----  
 ----- Sobre as matérias de substância que consegui retirar da apreciação da Senhora Deputada, responderei depois no momento próprio, nas respostas a todos os Deputados.-----  
 ----- Muito obrigado.”-----  
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
 ----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----  
 ----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
 ----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN”-----  
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
 ----- “Muito boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Colegas Deputados e Deputadas Municipais, restante Público na plateia e Comunicação Social.-----  
 ----- Neste debate sobre o Estado da Cidade e depois de alguma animação, alguns balanços que devemos fazer sobretudo neste encerramento deste ciclo. -----  
 ----- Apesar dos avanços que têm sido feitos quer nas políticas nacionais, quer nas políticas locais, a até mesmo nas recentes eleições legislativas que nos levaram a alguma reflexão sobre a abstenção, temos ainda um longo caminho a percorrer quando continuamos a ter níveis de pobreza elevados, desigualdades abissais, ou falta de segurança e bem-estar para a generalidade da população, em particular daquela mais vulneráveis, como crianças, jovens e idosos, e Lisboa não é alheia a todo este fenómeno.-----  
 ----- A estes fatores, acrescentamos também, os constantes casos de alegada corrupção e abuso de poder que, com demasiada frequência, surgem na agenda mediática, e

casos destes que defraudam a confiança naquilo que deve ser um sistema político salutar.-----

----- Não nos podemos esquecer que ainda recente na campanha eleitoral, esta foi marcada, quer a nível nacional, pelo caso de Tancos e, em Lisboa, por notícias que envolveram a Vereação do Urbanismo e o Vereador Manuel Salgado, já aqui falado hoje, e as opções urbanísticas acima de tudo, que têm sido contestadas pela cidade, que não tem sido ouvida, e também, pelas diferentes forças políticas. -----

----- Tudo isto se traduz em nosso entender em desconfiança das portuguesas e portugueses nas instituições nacionais e locais, como o governo, o parlamento e as autarquias.-----

----- Acreditamos que com políticas adequadas às reais necessidades e com uma aproximação das instituições à população, conseguiremos demonstrar às pessoas que a sua vontade e o seu voto contam efetivamente. -----

----- Foi por isso, e para incentivar uma democracia mais participativa, que o Grupo Municipal do PAN apresentou em abril do ano passado apresentou uma proposta nesta Assembleia Municipal para se procedesse ao mínimo de quatro sessões descentralizadas por ano, por esta Assembleia. -----

----- No entanto esta proposta foi rejeitada, quando temos ao nível global um elevado número de abstenção, com votos contra, não podemos deixar de referir do PS, do PSD e do PCP, sem conseguirmos perceber o motivo pelo qual estes partidos não concordaram com a criação de ferramentas para que mais pessoas possam participar de forma plena, inclusiva e informada, nas decisões da sua própria cidade. -----

----- Considerando também, a descentralização de poderes em curso no nosso país que redistribui o poder entre o centro tradicional do governo e a periferia, neste caso, as autarquias locais, não nos podemos esquecer que os órgãos autárquicos têm cada mais responsabilidade, atribuições e maiores esferas de influência, mas que acima de tudo deveremos acentuar a tónica na palavra responsabilidade, que é aquilo que nos cabe a todas e a todos nós, enquanto Eleitos. -----

----- Ninguém melhor do que nós, por isso mesmo, nos órgãos autárquicos, que partilhamos o território com a população, poderá credibilizar novamente a política. Mas essa credibilização torna-se difícil quando as forças políticas abraçam causas simplesmente porque assim ganham votos, ou quando permitem a perpetuação de vícios, ou de poderes, ou interesses instalados.-----

----- Ora, não podemos deixar assim de assinalar da forma como os diferentes partidos, ainda que de forma bastante positiva, da esquerda, ou à direita, passaram a abraçar a causa ambiental.-----

----- Embora seja obviamente, uma boa notícia para o planeta, torna-se deveras estranho quando foi chumbada nesta Assembleia pelo próprio Partido Socialista, pelo PSD, a proposta do Grupo Municipal do PAN para que se reconheça a "emergência climática" e para que se recomende à Câmara Municipal de Lisboa que declare a "emergência climática" e que esta se comprometa a fazer de tudo ao seu alcance para tornar Lisboa uma cidade neutra em carbono até 2030. Como se não bastasse, assistimos ainda em plena campanha, ao Doutor Rui Rio a afirmar, como se fosse

Primeiro-ministro, que iria declarar a “emergência climática”, e mais, vimos também, o Senhor Presidente, ainda com agrado obviamente, da Câmara Municipal de Lisboa, a declarar há poucos dias na Dinamarca, junto com outras cidades de todo o mundo, a emergência climática global e a comprometer-se a tomar medidas para reduzir significativamente as emissões poluentes na próxima década.-----

----- Ora, temos aqui dois PS a dois ritmos, um na Camara Municipal e na Assembleia Municipal, o que de facto tem marcado este mandato, e que não compreendemos. -----

----- Apesar destas excelentes intenções, apresentadas de forma proclamatória, salientamos que não só temos de alterar o modelo económico vigente extractivista como também de alterar comportamentos, criar medidas de incentivo para essa mudança e educar para esta realidade, e isso sim, temos que o fazer também ao nível local!-----

----- Veja-se desde logo que o relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas divulgado no final de setembro foi claro: Portugal está entre as regiões potencialmente afetadas, sobretudo quando se registam marés altas e tempestades intensas. Os oceanos estão a ressentir-se de serem “esponjas de calor”: até 2100 aquecerão até 4 vezes mais do que hoje, haverá a subida do mar, a redução do oxigénio e muitos ecossistemas deixarão de existir muito antes dessa data. -----

----- E em Lisboa vamos sofrer também essas consequências quer no território, quer nas atividades económicas, enquanto paralelamente vivemos já uma enorme fragilidade no tecido social. -----

----- Contrariando até os prémios de turismo, como já aqui dissemos posteriormente, em Lisboa não está tudo bem! -----

----- Veja se o relatório apresentado pelo Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa: temos uma população envelhecida, com um desemprego que subiu aproximadamente 50%, com uma clara especialização em áreas como Chelas e Vale de Chelas, Alto do Lumiar e na orla do Parque Florestal de Monsanto, quando a remuneração mensal média diminuiu em 2017 relativamente a 2010, o que se reflete na dificuldade para pagar despesas como as relacionadas com compra ou arrendamento de uma habitação, as despesas básicas com a habitações, ou outras necessidades dos agregados familiares.-----

----- E sendo que aqui muito aquém do que foi prometido, inclusive por este Executivo em matéria, quer de arrendamento acessível, ou de mais respostas, por exemplo para o alojamento para as pessoas em situação de sem-abrigo.-----

----- O Grupo Municipal do PAN, desde o início deste mandato, que tem visitado diversas associações da nossa cidade e verificámos que, embora muitas se substituam às obrigações do Estado e da Autarquia, sentem dificuldade em encontrar um interlocutor na Câmara acessível e com poder decisório. -----

----- Visitámos várias associações implementadas em territórios distintos e com áreas de intervenção tão diversas como o apoio a crianças, em situação de especial vulnerabilidade social, a receção e empregabilidade de migrantes ou refugiados ou o garante de mais condições para as pessoas vulneráveis como as que se encontram em situação de sem-abrigo. -----

----- Muitas destas associações não têm qualquer apoio da autarquia e sobrevivem com candidaturas a fundos, de 2 em 2 anos, vivendo quer o corpo técnico quer os projetos essenciais para a nossa comunidade um enorme grau de incerteza quanto à continuidade de ordenados e de financiamento.-----

----- Estivemos, por exemplo, com crianças afro descendentes que desde muito cedo têm pouca esperança no seu futuro, por um lado porque vivem no ambiente familiar e escolar situações de exclusão e, não raras vezes, de pobreza, por outro, refletem as baixas expectativas que a sociedade também tem para elas, nomeadamente para combater o absentismo escolar.-----

----- Como é que associações que dão um espaço e apoio a crianças para estas não estarem sozinhas e na rua não têm apoio autárquico, quando sobretudo a OCDE aponta a conciliação trabalho-família e as políticas de apoio à natalidade como um dos importantes desafios para o nosso país? Numa cidade onde 17% tem no máximo o 1º ciclo do Ensino Básico?-----

----- E porque não podemos dissociar as questões: relembremos que as estatísticas estimam que só 1% dos professores tem menos de 30 anos. E que precisamente os professores têm passado os últimos anos a reivindicar mais estabilidade na sua vida profissional, financeira e familiar, num sistema de ensino que sabemos estar desajustado com as reais necessidades das nossas crianças, e como já aqui também foi falado às próprias características e degradação do próprio parque escolar, que está hoje também entregue às Autarquias Locais.-----

----- Ora, tudo junto não pode dar um bom resultado e esta é uma situação que urge alterar!-----

----- Não é longe daqui! É precisamente na nossa cidade em Lisboa, nas nossas escolas!-----

----- Mas vejamos também, ainda bem perto o Bairro Portugal Novo, onde várias pessoas nos têm contado o quanto se sentem abandonadas, esquecidas e sem saber o que se vai passar, e qual vai ser o futuro daquele bairro. Que se sentem tristes por ouvir dizer mal do local onde pacificamente vivem, e os quão rejeitados se sentem por a sua opinião não ser pedida nem considerada na tomada de decisão.-----

----- Apesar de bem sabermos que existi uma responsabilidade partilhada com outras entidades, aqui não podemos deixar de salientar a falta de uma incisiva intervenção da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Sabemos que os edifícios não são da Autarquia mas estamos em território do Município, e a Câmara tem aqui um importante papel a desempenhar. Não vai ser fácil mas não vale a pena esperar que se resolva sozinho!-----

----- Estivemos também com uma associação onde, entre outras dificuldades que enfrentam, nos explicaram como as obras recentemente realizadas na via pública dificultam o acesso às suas instalações, instalações essas onde se realizam por exemplo, consultas de fisioterapia especializada essenciais para a saúde dos seus associados.-----

----- Onde nos explicaram que com as próteses que utilizam, sensíveis ao tipo de pavimento, é-lhes impossível andar na calçada à portuguesa, mas que os projetos de

espaços públicos exteriores de Lisboa não têm isso em conta, embora já tenham exposto a situação por diversas vezes, e inclusivamente, nem sequer meios de acalmia têm sido colocados. -----

----- Nem falando sequer no problema do estacionamento abusivo transversal a várias zonas da cidade sem que exista uma fiscalização eficaz. E até lá quem tem mobilidade condicionada terá que caminhar nas mesmas estradas que os automóveis, ou então ficar retido em casa e à exclusão social. -----

----- Veja-se também por exemplo, o nosso Parque Florestal de Monsanto, o nosso pulmão verde da cidade, algo que deveríamos orgulhar, e ser de facto um desidrato a proteger. -----

----- Em apenas uma hora a visitarmos o Parque, procurámos fazer uma ação de recolha de lixo, somos capazes de recolher sacos e sacos de lixo! Sim, no Parque Florestal de Monsanto há de tudo: desde papel higiénico a beatas, a ferros e restos de obras, a fitas de marcação, inclusiva algumas levadas a cabo pela própria Autarquia, e pela própria Polícia Municipal! Num local ventoso como os caixotes de lixo que lá estão que estão colocados, estão afetos, alguns não têm sequer tampa, o que de facto, vem resultar em mais lixo espalhado pelo parque, e não falando ainda sequer na ausência total de ecopontos que permitam fazer uma separação de resíduos. -----

----- Ora, em junho deste ano apresentámos aqui nesta Assembleia, uma recomendação que visava precisamente a necessidade de inverter a fraca adesão da população à separação seletiva de lixo, a qual nos impede de irmos ao encontro das novas metas comunitárias. -----

----- Recordamos que propúnhamos, nessa altura, a realização de campanhas de sensibilização para diminuir as elevadas taxas de separação incorreta, mas também, e não menos importante, campanhas de sensibilização da população para a redução do consumo e para o consumo consciente que privilegie a aquisição a granel e as marcas que embalam com menor utilização de materiais ou que utilizam materiais "amigos do ambiente", bem como a disseminação do conceito de Economia Circular. -----

----- E, por termos sentido esta necessidade anteriormente, propusemos ainda o aumento da oferta de ecopontos ou eco ilhas junto a jardins, parques urbanos e parques de merendas, como por exemplo os do Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Só que nada aconteceu! E continua igual. -----

----- Outro local que visitámos foi a Feira do Relógio. Ali podemos presenciar sempre que existe dia de feira, os resultados da falta de uma política de resíduos corretos, nomeadamente plásticos e cartões. No final de feira podemos dizer que é verdadeiramente uma vergonha para a nossa cidade, a dita Capital Verde 2020! -----

----- Parece que a Autarquia ainda não reparou na necessidade de criar uma forma e de locais que não fiquem cheios de plásticos e detritos. É certo que a seguir aparece logo uma equipa de limpeza. Mas não basta ir limpar a seguir, sobretudo porque não há qualquer condição para um posterior tratamento destes resíduos! É preciso sensibilizar e educar para a mudança! E criar condições para que os resíduos sejam devidamente separados, mas acima de tudo para que seja evitada a sua própria produção. -----

----- Numa outra matéria, não podemos ainda deixar de referir que dia 4 de outubro, se celebrou o Dia Mundial do Animal.-----

----- É com muita tristeza que alertamos para o facto da Casa dos Animais continuar sem capacidade para dar respostas às necessidades de tantas pessoas que lhe pedem apoio: quer devido às colónias de gatos para esterilização, quer para dar abrigo ou tratamento aos animais errantes.-----

----- Chegam até nós constantes relatos de situações em que quem solicita apoio se sente completamente desconsiderado pelo sistema, devido à falta de respostas. E tudo isto porquê? Só podemos concluir que não há vontade política no investimento adequado, a áreas chave, como a prevenção, a realização de campanhas de sensibilização contra o abandono, e também obviamente, controlo da própria população, nomeadamente, para evitar a produção de não planificada de animais de companhia, a par obviamente, da necessidade de capacidade de recolha e alojamento, algo tão basilar nas competências da Autarquia.-----

----- É óbvia a necessidade de conseguirmos uma verdadeira articulação entre as necessidades e as respostas, bem como criarmos formas de diálogo com a população, impulsionando a maior participação cidadã no desenho das políticas e na adesão às mesmas.-----

----- Para isso, é preciso aproximação, é preciso sabermos ouvir as pessoas, e não basta para isso termos petições, darmos este tipo de ferramentas, e não avaliarmos depois quantas petições são efetivamente consequentes. Quantas vezes damos de facto razão, vamos ao encontro do que a população nos pede, quando aqui chegam a esta Assembleia.-----

----- São necessárias medidas que apoiem as pessoas no seu quotidiano, sempre utilizando a maior clareza e transparência nas tomadas de decisão.-----

----- Agora, com o novo desenho das forças na Assembleia da República, e também aqui, na Assembleia Municipal de Lisboa, continuamos com tantos desafios pela frente, sejam elas alterações climáticas, o combate à pobreza, à exclusão, às desigualdades, à solidão, o planear, à habitação, o planeamento urbanístico, a segurança, os transportes, a educação, entre tantas outras matérias, para as quais diariamente somos convocados.-----

----- Queremos acreditar que as promessas para com o Planeta e para com as pessoas e a palavra “sustentabilidade” não se desvanecem já este mês, pois como temos vindo a apelar há muito tempo precisamos de todas e de todos, e o tempo é urgente para agir!--

----- Cabe-nos dar provas que merecemos a confiança dos munícipes e assegurar que o mandato e o exercício da democracia sai sempre reforçado.-----

----- Neste Debate, o Estado da Cidade, não podemos deixar ainda de assinalar a saída da Senhora Presidente desta Assembleia Municipal.-----

----- Gostar-lhe-íamos de transmitir uma palavra de apreço, uma vez que a partir do final deste mês, vai abraçar outros desafios, e em todas as áreas onde nos tocou, deixar a referência que a Arquiteta Helena Roseta deixou a sua marca.-----

----- Distinguiu-se ainda por ser das poucas mulheres que em Portugal a ocupar elevados cargos na política, bem sabendo a dificuldade que as mulheres têm em aceder e a chegarem aos cargos de poder.-----

----- A personalidade da Arquiteta Helena Roseta deu, a todos os cargos que exerceu, uma renovada dinâmica e relevo.-----

----- E caberá a todas e todos nós enquanto Eleitos assegurar o mesmo dinamismo que até aqui foi empregue à figura da Presidente da Assembleia Municipal, e a esta Assembleia Municipal.-----

----- Por todo o trabalho que dedicou à vida pública, em particular a esta Assembleia Municipal, em nome do Grupo Municipal do PAN, deixamos o nosso muito obrigado.

----- Boa tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Vamos prosseguir o debate.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Faria do MPT”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social presente.-----

----- As minhas primeiras palavras são para Vossa Excelência Senhora Presidente, como não poderia deixar de ser, para lhe reconhecer todos estes anos de serviço público e dedicação à cidade de Lisboa e aos lisboetas.-----

----- Não me alongarei muito, já vi que a Senhora Presidente está ocupada, apenas umas breves palavras para lhe dizer que o legado que Vossa Excelência deixa à cidade de Lisboa, e aos lisboetas é de uma cidade mais democrática e inclusiva e, por isso, direi com toda a propriedade que haverá, seguramente um momento determinante para a nossa cidade, haverá um antes e um depois de Helena Roseta.-----

----- Senhora Presidente, muito obrigado pela sua dedicação a esta cidade que é de todos.-----

----- Estejam descansados que não venho para aqui cantar nem declamar, mas debater este Estado da Cidade, que marca também o fim da primeira metade do Mandato em vigor, dois anos se passaram desde o processo eleitoral que determina a constituição desta Assembleia, mas também desde que o atual Executivo tomou posse.-----

----- Metade de um Mandato que merecia séria reflexão por parte de todos os presentes.-----

----- Senhor Presidente, não comungamos da sua visão de que Lisboa é hoje uma cidade global, moderna e muito menos fraterna e inclusive, Senhor Presidente, é tudo menos isso.-----



----- E assim a pergunta que se me oferece, fazer é o que foi feito pela cidade de Lisboa nestes dois anos?-----

----- Que tipo de cidade é que temos hoje?-----

----- E como hoje é dia de refletirmos sobre o Estado da Cidade de Lisboa, o que me ocorre dizer é que Lisboa foi abandonada. Abandonada involuntariamente por quem a habitava, abandonada voluntariamente por um Executivo que preferiu entregá-la a quem, dizem os números começam agora a abandoná-la também.-----

----- Refiro-me particularmente ao Maná do turismo que parece ter abrandado.-----

----- Mas sobre essa fuga falarei mais adiante.-----

----- Hoje o que verificamos é que Lisboa é uma cidade entregue ao lixo, a pragas ao desleixo, mais recentemente, Lisboa entregou-se às trotinetes, que ironia das ironias são também abandonadas sem regra, ou respeito, entregues até vejam bem ao rio Tejo.

----- É no entanto, com outro tipo de abandono que o Executivo tem estado preocupado, e pretende a partir de janeiro, tornar obrigatória em todas as esplanadas do Município, a presença de cinzeiros que acolhem as beatas, e com espírito visionário ainda antes da aprovação do projeto de Lei apresentado pelo PAN em junho na Assembleia da República, anunciou a intenção de cobrar uma coima a quem deitar resíduos cigarro no chão.-----

----- Meus Senhores, todos concordamos com a luta, mas seguramente, o que todos questionamos são os meios.-----

----- Se o Executivo pretende-se, de facto, resolver o problema das milhares de beatas que são incorretamente descartadas, seguramente que o que se esperaria como, aliás, é o que os municípios da nossa Lisboa esperam, seria um reforço dos cinzeiros disponibilizados na via pública.-----

----- Obrigar estabelecimentos públicos a terem cinzeiros sem assumir a responsabilidade do aumento da oferta pública de cinzeiros, e ameaçar com coimas não nos parece ser um plano eficaz, e muito menos justo.-----

----- Questiono-me ainda, se Executivo terá ponderado sobre os mecanismos de fiscalização do cumprimento desta medida, mas o historial, de falta de fiscalização da CML é tão vasto, que partirei do princípio que este será apenas mais um assunto que cairá por terra sem resposta, ou solução à vista.-----

----- No Partido da Terra defendemos ainda que a preocupação do Executivo deveria estender-se também na colaboração com a Direção-Geral de Saúde, a uma campanha séria de combate ao tabaco e aos seus consumidores.-----

----- Sempre dissemos que devemos ter um Município preventivo e não punitivo.-----

----- E já que estamos a falar de planos e ações ineficazes, o que dizer do caos criado pela urgência em pôr em prática um passe social a custo reduzido para os munícipes, sem qualquer preparação lógica prévia.-----

----- As más-línguas dirão que o Partido Socialista se precipitou na corrida de uma maioria absoluta, consciente de que as consequências da queda para o precipício sobriariam para os utentes dos transportes públicos, e se formos a ver ao mesmo tempo que se anunciavam passes mais baratos, mantinha-se a mesma frota envelhecida e

ineficiente, e só passados seis meses e que se anunciava o reforço da frota da Carris em 95 veículos, ou seja meio ano depois do novo passe social entrar em vigor. -----  
----- E a realidade esteve aí para todos testemunharem, a frota da Carris foi reforçada como disse, seis meses depois do número de utentes disparar. -----  
----- Foram seis meses a proporcionar a novos clientes, um serviço que passou de mau ao péssimo. Péssimo em tempo de espera, péssimo em condições de conforto e segurança, péssimo por não ter passado de uma ferramenta para a campanha eleitoral de que não se importa verdadeiramente com as pessoas. -----  
----- Caros Colegas, não digo que o Mandato da equipa constituída e, por vezes, reconstituída pelo Senhor Presidente, seja marcada apenas por planos falhados. -----  
----- Este Executivo prima também pelos planos indefinidamente suspensos, ora, vejamos a Praça do Martim Moniz tem o seu destino pendente há largos meses, a verdade é que depois de muita contestação o plano posto em marcha pelo ex. Vereador Manuel Salgado foi por fim abandonado em julho do ano corrente, e abandonado é ou novamente a palavra acertada. Foi abandonada a obra iniciada em janeiro deste ano, bem como os tapumes aí colocados para o efeito, e um contentor modelo do projeto cancelado, tudo ao bom um estilo do ex. Vereador Manuel Salgado. -----  
----- E assim Caros Colegas, este Executivo criou as condições ideais para que a Praça do Martim Moniz tornar-se palco de vandalismo, intensificação do tráfico de droga, prostituição e uma latrina a céu aberto. -----  
----- Ao que parece Senhor Presidente, garante que a situação deverá ser solucionada brevemente, e que os tapumes serão de seguida, retirados assim que se reúnam as condições negociadas adequadas e nós acreditamos. -----  
----- O Senhor Presidente garantiu ainda que será lançado um concurso de ideias para o futuro da praça e mais uma vez, continuamos a acreditar, mas a experiência diz-nos que a espera será longa, muito longa, e senão vejamos alguns exemplos. -----  
----- Em Carnide, espera-se a construção do Parque Verde de 20 hectares cuja inauguração foi anunciada para o início 2018, e adiada mais tarde para o final desse mesmo ano, estamos agora a caminho do fim do ano 2019 e o Parque Verde de Carnide nem vê-lo, a realidade é que o projeto ainda não saiu do papel, e 20 hectares de terreno são hoje hectares cheios de palha, e paredes meias com o Bairro Padre Cruz, o maior bairro camarário da Península Ibérica. -----  
----- Já quanto à inauguração, à data da inauguração da Feira Popular, essa sim, e ao contrariamente ao que disse aqui o Senhor Presidente, está mergulhada numa névoa tão densa, que julgo que não poderá ser deslumbrada pelo Executivo tão cedo, quanto mais pelos munícipes que vêm constantemente os planos prometidos para a sua cidade eternamente adiados. -----  
----- Mas as falhas deste Executivo, não passam apenas por planos futuros falhados, como já disse, este Executivo falha e muita na manutenção do passado, na identidade da cidade de Lisboa, e vou dar apenas alguns exemplos disso. -----

----- Todos sabem que, desde o Programa Lojas com História, foi lançado em 2015 já fecharam mais 120 lojas, tendo muitas delas dado lugar a loja de *souvenirs* baratos, de acordo com a União de Associações de Comércio.-----

----- Nas últimas semanas, veio a público mais um encerramento de uma loja com história, a Casa Pereira no Chiado.-----

----- A Casa Pereira pertencia à primeira lista de sessenta e três estabelecimentos comerciais incluídos no programa da CML, dessa mesma lista fecharam ainda outras lojas emblemáticas, como a Ourivesaria e Joalheria Barreto e Gonçalves, a Casa Frazão, a Camisaria Pitta, a Aníbal Gravador e a Livraria Aillaud e Lellos.-----

----- Infelizmente há que assumir que o Programa Lojas com História não garante a continuidade destes estabelecimentos comerciais, sendo um programa mais direcionado para arrendatários não tendo tido o processo que se pretendia.-----

----- Outro marco importante deste Executivo e ainda a título, de exemplo, foi encerramento do Teatro Maria Matos que, precisamente hoje celebraria os 50 anos da sua existência, caso este Executivo não o tivesse encerrado.-----

----- A título de curiosidade, gostaria de mencionar que a peça escolhida para a noite inaugural nos idos anos de 1969 foi por ironia do destino “O Tombo no Inferno” parece que o diretor artístico de altura que apresentam esta peça de Aquilino Ribeiro, o Francisco Igrejas Caeiro que, aliás, a Senhora Presidente Helena Roseta, conheceu muito bem, era um verdadeiro visionário, pois sabia que 47 anos depois viriam outros que se encarregariam de trazer a ficção à realidade.-----

----- Não foi o inferno que o Teatro Maria Matos desceu, mas sim, ao limbo do purgatório.-----

----- Regresso como prometido ao turismo e ao início de uma fuga há muito anunciada.-----

----- Caros Colegas, a verdade é que os números mostram uma estagnação do crescimento do turismo em Lisboa, e consigo imaginar este Executivo a estremecer, perante a possibilidade deste negócio que foi “galinha de ovos de ouro” para a CML nos últimos anos, vir a desaparecer.-----

----- Todos recordamos que este Executivo camarário foi desde 2014, apelidado como o cobrador das taxas e das taxinhas, e para falar das taxas, cumpre lembrar que 80% das verbas utilizadas para melhorar os serviços de higiene urbana no Município, tiveram origem na cobrança da taxa municipal turística de dormidas.-----

----- Se por um lado o turismo foi causa da falta de limpeza, por outro lado, surgiu como o salvador da higiene urbana, promovendo a dotação, este Departamento de mais meios de atuação.-----

----- Por isso todos sabemos que existe mais dinheiro, sabemos que existem mais funcionários, sabemos que existem mais meios, mas ainda assim, as ruas da cidade não se o melhor cartão-de-visita desta nossa Lisboa.-----

----- Lisboa é, repito, uma cidade entregue ao lixo, às pragas e ao desleixo.-----

----- A verdade é que Lisboa está cada vez mais suja, e verificando-se a tendência, a taxa turística não servirá para colmatar as falhas por muito mais tempo.-----

----- Se bem se recordarão o MPT apresentou há duas semanas atrás, uma recomendação denominada, “Regulação da venda de copos reutilizáveis de eventos públicos na cidade de Lisboa”, que foi bem recebido por todos os Grupos Municipais, exceto pelo Grupo Municipal do PS que, sob o argumento de que a reutilização de copos produzidos para esse fim em todos o evento organizados pela CML poderiam originar problemas de saúde pública, se recusou a alinhar com esta medida ambientalista. -----

----- Não deixa de ser irónico que, volvidos uma semana nesta mesma Assembleia tenham sido distribuídos por uma Junta de Freguesia socialista, um saco com quatro copos reutilizáveis nos quais se podia ler “reutiliza-me as vezes que quiser, estou cá para isso”. -----

----- Pergunta-se agora à bancada socialista se irão fazer bom uso dos copos que foram distribuídos? -----

----- E se a resposta for afirmativa então quando como se lê nos referidos copos, podemos finalmente dizer aos colegas socialistas, obrigada por cuidares do ambiente. -

----- Senhor Presidente, não é só em Lisboa que se vai decidir a luta contra as alterações climáticas como disse na sua intervenção, mas é com medidas como estas que mostraremos o verdadeiro empenho de todos nós, na sustentabilidade de uma cidade com futuro. -----

----- Caros Colegas muito mais, haveria a dizer, mas o tempo das intervenções é muito curto, não quero, no entanto, terminar sem dizer que o MPT continuará nesta Assembleia a cumprir o Mandato que lhe foi conferido pelos lisboetas, o de fiscalizar a ação deste Executivo em todas as suas áreas de atuação. -----

----- Termino como comecei. -----

----- O que foi feito pela cidade de Lisboa nestes dois anos, afinal, a que tipo de cidade é que temos hoje? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Eu gostaria de dizer que me senti com mais esperança, no último debate sobre o Estado da Cidade. Tínhamos, de facto, um Presidente da Câmara Municipal combativo, um Presidente da Câmara Municipal que afirmava que viriam aí novas políticas e grandes medidas, e lembro-me na altura ter alertado o Presidente Fernando

Medina, para os riscos do discurso que tinha, e se na mobilidade afirmava aqui há um ano que era uma aposta ganha, na habitação disse-lhe que os riscos eram imensos. -----  
----- E olhando para aquilo que é o programa do governo da Cidade, e olhando para o acordo que o PS assinou com o Bloco de Esquerda em matéria de governação da cidade, no que respeita à habitação o incumprimento é manifesto e é claro. -----  
----- E esse incumprimento pela opção, enfim, de um modelo que era duvidoso, continuamos a aguardar resultados, mas os meses passam e os lisboetas continuam com dificuldades no acesso à habitação. Talvez em função desta inação o problema acaba por se resolver, naturalmente, com um abaixamento da pressão do mercado, como, por exemplo, já se começa a haver um pouco no alojamento local.-----  
----- Mas também o alojamento local é lamentável que não esteja ainda aprovado e submetido a esta Assembleia, um regulamento visto que as medidas caducaram muito em breve, e esta Assembleia não terá espaço para o debate democrático que tem que ter sobre medidas desta natureza e desta importância estratégica.-----  
----- Senhor Presidente, eu diria que podíamos resumir este ano e o Debate do Estado da Nação este ano há aquela velha anedota sobre a União Soviética, perdoar-me-á o Partido Comunista, em que o Lenine e no transiberiano, o transiberiano avariou e o Lenine arregaçou as mangas e pôs o transiberiano em marcha. Mais tarde com Estaline, passou-se o mesmo e o Estaline puniu severamente, os responsáveis pela linha. Por fim no tempo de Brejnev, dizia Brejnev aos seus camaradas, “*camaradas abanem-se, abanem-se para termos a sensação que vamos em andamento*”. -----  
----- E eu sei, e eu sei, Senhor Presidente chegado a este último estado, concluirei, tendo chegado a este último estado, sei que tem capacidade para fazer melhor, talvez tenha de vencer em algumas resistências suas, e da sua equipa e lançar mãos à obra que ainda vai a tempo. -----  
----- Disse!” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----  
----- Nós estamos a seguir o critério de dois minutos e cinquenta, por cada Deputado Independente, dentro do tempo global e, portanto, haverá tempo, mas é este o tempo que foi combinado, poderá haver acordos entre eles, como tem havido até agora, enquanto não houver outra regra regimental. -----  
----- Terminámos a primeira ronda, falaram todos os Grupos Municipais, e falou um Senhor Deputado Independente. -----  
----- Agora vamos começar a segunda ronda temos três Grupos Municipais inscritos com uma segunda intervenção, e uma Senhora Deputado Independente, e depois teremos uma terceira ronda, onde temos dois Grupos Municipais inscritos para uma terceira intervenção, e dois Senhores Deputados Independentes, e depois teremos a resposta da Câmara que está prevista, portanto, isto é para gerirem os vossos tempos, e saberem como é que estamos.-----  
----- Portanto, agora a Segunda Senhora Secretária vai dar a palavra à primeira pessoa da segunda ronda.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhores e Senhoras Deputadas, Público Presente.-----

----- Se há área que eu posso dizer bem, Senhor Presidente é reconhecer o avanço na cidade, em termos da mobilidade, e por isso, aqui estou eu aqui em cima a dizer bem. -

----- É mesmo verdade! -----

----- Lisboa mudou muito nos últimos anos e em termos de mobilidade, e mobilidade não é só mobilidade, mobilidade é combate aos combustíveis fósseis, mobilidade é combate à poluição, mobilidade é uma questão de saúde pública, mobilidade é combate às alterações climáticas.-----

----- Ainda há 4 anos atrás a direita tinha deixado as empresas de transportes desmanteladas e prontas para serem vendidas em prejuízo do serviço público, e passados apenas quatro anos, muito mudou, e em Lisboa já estão a circular muitos dos 250 autocarros prometidos para a Carris. -----

----- Houve um reforço do 727 e do 778, outras 16 carreiras foram reforçadas, foi reaberto o elétrico 24. O plano de mobilidade para a Zona Ocidental, que era uma emergência já foi implementado. -----

----- O sistema de bicicletas partilhadas GIRA é uma aposta forte que está a ser reforçado, apesar de alguns erros iniciais, e fez-se uma grande mudança. -----

----- E fez-se também uma enorme mudança com a redução do preço dos passes que foi uma verdadeira revolução que se fez à esquerda, e os números falam por si: mais de 26% de aumento de passageiros, mais do dobro do estimado inicialmente.-----

----- Como sabem, falta também investimento. Falta investimento no Metro, falta investimento na CP, e infelizmente, essa falta de investimento pode deitar por terra alguns desses avanços. -----

----- E se Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhores, não falamos de avanços, eu ainda tenho aqui o papel em que também não deixo de notar as insuficiências. -----

----- E queria vos falar de uma enorme insuficiência na cidade de Lisboa, há falta de assistentes operacionais e assistentes técnicos nas escolas de Lisboa. -----

----- Em muitas escolas encontram-se estes assistentes operacionais encontram-se a trabalhar em situações que não garantem a segurança dos alunos e em muitas secretarias há o caos está instalado. Aliás, a situação seria muito pior se professores, diretores e técnicos não dessem tudo de si para trabalharem em prol dos alunos. -----

----- Damos um exemplo, na Escola Básica Infante D. Henrique há apenas 1 funcionária para 6 turmas e a escola está hoje a encerrar todos os dias à 1 da tarde, porque não há forma de assegurar o restante horário. -----

----- Imagine-se o peso dos pais e das mães que têm de ir buscar os seus filhos à 1 da tarde, e imagine-se como ficam as crianças prejudicadas por este facto. -----

----- Há outras escolas da cidade de Lisboa, que todos os dias estão a fechar às três da tarde, e outras que só não fecham quase por magia. -----

----- Os concursos que o Ministério de Educação autorizou estão atrasados e não são suficientes sequer para cumprir os rácios, não há sequer mecanismo para tentar substituir os trabalhadores não docentes que estão doentes. -----

----- Os funcionários encontram-se em sobrecarga, e já são tão poucos que têm que fazer o trabalho de muitos sozinhos, -----

----- Para além disso, o cálculo do rácio é insuficiente e não foi pensado para escolas que têm vários pisos, ou que têm edifícios dispersos, como acontece com tantas escolas da Parque Escolar. -----

----- Recordamos, Senhor Presidente, que o Senhor decidiu aceitar a descentralização das competências do estado central em matéria de educação, apesar dos avisos de prudência do Bloco de Esquerda e até do Senhor Vereador da Educação. -----

----- Mas isso quer dizer que dentro de pouco tempo a falta de assistentes operacionais será um problema da Autarquia de Lisboa, e é preciso conhecer as diligências que a Direção Municipal de Recursos Humanos está a fazer para resolver esse problema quando chegar à Câmara Municipal, e finalmente, é preciso garantir que as escolas não fechem à uma da tarde por falta de funcionários, porque não é seguro e não tem sentido. -----

----- É uma situação insustentável, e por isso a Câmara Municipal de Lisboa deve-se por em campo para exigir uma resolução do problema em nome das escolas, dos alunos, das famílias que merecem que existam funcionários suficientes para manter estas escolas em funcionamento como devem estar. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado, vamos prosseguir” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Drummond do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Quero começar a minha intervenção por falar sobre este Debate do Estado da Cidade e por repudiar a forma, o conteúdo e a forma de mão número de circo que assistimos aqui nesta Assembleia Municipal, um local que deve ser debate de ideias, de propostas e não de ataques gratuitos entre Eleitos. -----

----- Nos últimos tempos, temos assistido a formas menos próprias e pouco dignificantes de alguns Deputados naquilo que deve presidir ao seu o uso da palavra, parece aqui um concurso de *Got Talent*, e isto é completamente inaceitável, lamento que a Senhora Deputada Aline, não esteja presente para ouvir as respostas do Senhor Presidente à sua intervenção...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, eu peço desculpa eu tenho que a interromper para dizer uma coisa, é que a Senhora Deputada veio agora aqui mesmo dizer-me que tinha o pai para ser operado de urgência neste momento a entrar no hospital, portanto, é essa a razão para a qual não está presente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Lamento, obviamente que sejam esses os motivos de qualquer forma, gostaria que estivesse aqui presente para ouvir este nosso reparo do Partido Socialista que, de facto, achamos que não pode continuar. Esta Casa e os cidadãos merecem o respeito dos seus Eleitos, e portanto, também apelar à Mesa que intervenções desta natureza sejam desencorajadas, porque efetivamente não respeitam esta instituição e esta instituição merece-nos o maior respeito. -----

----- Senhores Deputados neste balanço do Estado da Cidade, resolvemos dar prioridade a um aspeto que consideramos estruturantes e marcante para o futuro da cidade refiro-me a Lisboa Capital Verde Europeia 2020.-----

----- Um evento que consagrou a nossa cidade ao nível das melhores em matéria de sustentabilidade ambiental, mais que isso ser Capital Verde, não é sermos a capital mais verde da Europa, nem o galardão pretende ser uma taça para nos sentirmos confortáveis com o que tem sido feito, mas é um reconhecimento pela consistente mudança em vários indicadores de sustentabilidade.-----

----- Trata-se de um reconhecimento e de um trabalho consistente, de doze anos em políticas de sustentabilidade, nem sempre fáceis, nem sempre implementadas em cenários favoráveis, economicamente, nem sempre compreendidas à primeira, até muitas vezes incompreendidas numa primeira abordagem, não foi, nem tem sido o caminho fácil, na hora de celebrar o galardão, celebramos também esta capacidade de gerar consensos que permitam afinal, conseguir fazer avançar a cidade.-----

----- Foram 12 anos em que se reverteu paradigma de uma cidade que se ouvia mais construção, mais carro, mais betão e menos verde, para outro projeto que se tem consolidado em torno de aliar o ambiente não como um fim em si mesmo, mas, como uma forma de alavancar a cidade, um modelo de cidade onde a inclusão social, a economia em crescimento, a segurança, o bem-estar, a cidadania, a tolerância e direito à cidade estão em sintonia. -----

----- O ambiente no fundo, é isto, qualidade de vida, verdadeira e completa qualidade de vida suportada na sustentabilidade ambiental, e porque estamos a menos de três meses de 2020, queremos aqui hoje assinalar Lisboa Capital Verde Europeia 2020, sobretudo, não pelo que será, mas por este percurso doze anos.-----

----- Destacamos uma cidade que mudou o seu PDM para apostar na qualificação urbana e na criação de uma estrutura ecológica em toda a cidade, um programa com nove corredores verdes, cinco já construídos e quatro em obra, que permitiram até agora mais 350 hectares de novas zonas verdes, mais de 15% de zonas verdes do que quando partimos para esta aventura. -----



----- Corredores verdes muito definidos, há décadas, viram a luz apenas nos últimos anos, em 2012, o primeiro Monsanto, Parque Eduardo VII, sete pontos ciclo ou pedonais, e agora a oitava sobre a Calçada de Carriche a caminho.-----

----- Está para breve a abertura de parte do corredor verde Alcântara até à Quinta da Bela Flor, e também o Parque Ribeirinho Oriente que está com a obra praticamente concluída. -----

----- Prosseguem agora a bom ritmo as obras no Parque Verde da Feira Popular a que se somarão os Parques Urbanos do Vale do Forno com a obra em 2020, e a ligação aos Alcoutins ao Vale da Ameixoeira pela ponte sobre a Calçada de Carriche no corredor verde periférico.-----

----- No próximo ano abrirá a segunda fase do Parque Urbano Verde da Montanha, e mais cedo ainda o Parque Urbano do Vale Fundão, que está atualmente em obra. -----

----- De realçar ainda matéria de estrutura verde dois projetos: a abertura de todo o corredor verde do vale de Alcântara, com a qualificação da Avenida de Ceuta, e um novo parque na Praça de Espanha, um projeto emblemático da Lisboa Capital Verde 2020, que transformará um cruzamento rodoviário num parque urbano, uma obra é verdadeiramente impressionante.-----

----- Lisboa é hoje uma Cidade Verde que trouxe as pessoas para os parques, com dezenas de novos parques infantis, quiosques, elementos de água a funcionar, parques caninos e mais de 650 talhões de hortas urbanas em duas dezenas de parques hortícolas, sendo que estão para abrir mais quatro parques hortícolas, chegando-se assim aos mil talhões de hortas, tornando Lisboa numa das cidades com maior presença de hortas urbanas na Europa. -----

----- O Parque Florestal de Monsanto recebeu há dois anos a certificação de gestão florestal, certificação essa que foi renovada após várias exigentes auditorias, permitindo articular de uma forma notável as exigências de se conseguir ter um parque florestal mais resiliente aos fogos, com práticas sustentáveis em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade, controlando os combustíveis de forma criteriosa sem comprometer a riqueza do seu ecossistema.-----

----- Lisboa é uma cidade que abriu espaço para uma nova perspetiva de mobilidade, passámos de uma cidade onde só o carro ocupava as prioridades de investimento, para uma cidade que aprovou e implementa a bom ritmo, passeios e passadeiras acessíveis, e uma rede de ciclovias de mais de 90 quilómetros, que era uma utopia, e que hoje atraem cada vez mais ciclistas para as suas deslocações para o trabalho, ou para a escola, numa imagem que muitos julgavam jamais ser possível.-----

----- Mas um grande sinal para a Capital Verde é termos Lisboa orgulhosamente a puxar pela mobilidade metropolitana, investindo de forma integrada na Carris, na sua mobilidade elétrica e por conseguinte catapultar uma das medidas mais emblemáticas e mais promissoras de uma mudança de mobilidade, o passe único.-----

----- Um euro por dia para circular em Lisboa, uma medida que aumentou a procura do transporte público em mais de 25% no ano anterior. -----

----- Lisboa está hoje firme também na luta climática, que em muitas cidades passa pela redução de emissões, e pelo aumento de energias renováveis. Lisboa superou as

metas previstas de redução de emissões entre 2012 e 2020 que eram de 20%, sendo que em 2016 já tinha atingido os 42%, pelo que as metas para 2030, que são de 60% de redução estão agora muito mais perto, uma estratégia que lembro foi discutida e aprovada nesta Assembleia. -----

----- Será também em 2020 que o Município abrirá a central solar em Carnide, será aliar as energias renováveis à economia circular, à inovação, e à mobilidade com a energia produzida na central a ser utilizada no abastecimento de frota elétrica. -----

----- Já em 2009 será também lançada a plataforma Solis uma ferramenta de apoio à implementação de energias renováveis no edificado. -----

----- O Município tem a nível da economia circular dado grandes passos para o cumprimento das reduções de emissão, é neste domínio que se saúdam os valores de redução de mais de 30% de reciclagem, um crescimento de 6% ao ano de reciclagem de papel, vidro, metais, deixando apenas para aterro 1%. -----

----- Em 2020 não serão permitidos eventos públicos com plástico descartável, situação já está a ser implementada por antecipação em 2019. -----

----- Lisboa está ainda empenhada em desenvolver uma boa estratégia de resiliência às alterações climáticas, o plano de adaptação climática foca-se sobretudo em responder a aspetos de drenagem e das ondas de calor, cujos impactos na saúde e na vida das pessoas têm que ser acautelados. -----

----- É por isso que na gestão do arvoredo é crucial, que tínhamos sombra para reduzir o aquecimento dos materiais e baixar os vários graus a temperatura ambiente e também por isso poupar energia, e é certo com a plantação de mais de vinte mil árvores e arbustos ao ano, que temos aumentado a olhos vistos a sombra na cidade, e no ano de 2020 será certamente decisivo a este nível com a plantação de ainda mais árvores. -----

----- No que respeita ao plano de drenagem com um investimento de 230 milhões de euros em 2020 as obras de um dos túneis que está em curso, mas são quase dez os parques onde decorrem intervenções para aumentar a drenagem natural a infiltração de águas, duas das principais baías de retenção estão concluídas, e várias outras de menor dimensão seguem-se em inúmeras bacias. -----

----- Lisboa pretende assumir-se como cidade inspiradora, pois é essencial que as cidades se tornem protagonistas na resposta aos desafios ambientais, e em Lisboa, a água é um desses desafios. -----

----- Lisboa tem de dar o exemplo, através da poupança e reutilização de água. -----

----- Lisboa conseguiu aumentar o número de elementos de água e em 15% das zonas verdes conseguiu também a redução em 49% dos consumos só entre em 2014 e 2018 aliando inovação, sensorização e estratégia de atuação. -----

----- Com efeito, a cidade gere cada vez melhor este recurso precioso infinito, estando a realizar um investimento até 2025 de 16 milhões de euros, na criação de uma rede dedicada de água reciclada para regas e lavagens, cujo primeiro troço ficou concluído em julho passado, e que serve parte central da zona ribeirinha. -----

----- Este é o Estado da Cidade em matéria de sustentabilidade ambiental que, apesar do trabalho e dos desafios que temos pela frente, a todos deve orgulhar e a todos deve mobilizar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Depois desta Senhora Deputada é a Senhora Deputada Teresa Craveiro e terminamos a segunda ronda. -----

----- **A Senhora Deputada Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Senhor Presidente, ouvimos com atenção o balanço que fez e, como estamos aqui para debater o Estado da Cidade, é precisamente isso que “Os Verdes” farão, trazendo aquela outra cidade que o Senhor Presidente não quer ver. E este debate não se confina às quatro paredes da Assembleia Municipal, deve refletir o sentimento e a opinião das populações acerca do estado da sua cidade. -----

----- Importa relembrar que esta discussão ocorre a meio do Mandato, mas também após 12 anos de gestão PS na Câmara Municipal. Portanto, mais do que tempo suficiente para resolver muitos dos problemas que persistem. -----

----- Lisboa, pela mão do PS, continua a ser desenvolvida para promotores privados, é hoje uma cidade para poucos, que expulsa os que cá nasceram e cresceram, tornando-se o seu centro apenas destinado aos negócios e ao turismo. E isto já começa a ser transversal a toda a cidade. -----

----- Nos últimos anos, uma grande parte da reabilitação tem sido para a transformação dos edifícios em hotéis, e quando não é para hotéis, é para habitação a preços proibitivos para os lisboetas, direcionada aos mercados estrangeiros. -----

----- Mas a especulação imobiliária não caiu do céu de um dia para outro. Começamos pelo PDM, aprovado pelo PS e com abstenção do PSD que permitiu que avançasse, que veio liberalizar a alteração de usos e tornou os solos uma fonte de lucro e não um recurso a preservar, a colocar ao serviço da qualidade de vida das populações, que permitiu e facilitou a especulação imobiliária completamente virada para o lucro, sem qualquer estudo ou sustentabilidade.-----

----- Mas o PDM fez mais, trouxe consigo os créditos de construção, uma moeda de troca para os promotores que se comprometem a criar contrapartidas, por exemplo, estacionamento para residentes ou sistemas de iluminação pública mais eficientes que,

por princípio, já deviam fazer parte dos projetos. Mas são incluídas porque o Município permite construir mais. -----

----- É por isso que vemos crescer torres com volumetrias descontroladas e densidades que agravam as condições de vida e de circulação.-----

----- Podemos dar o exemplo da Torre das Picoas ou do projeto para a Torre da Portugália, que previa mais seis mil metros quadrados, estando inicialmente previstos mais de 11 mil metros quadrados.-----

----- Claro que falar de especulação imobiliária é falar também da revisão do Novo Regime de Arrendamento Urbano levada a cabo pelo anterior governo PSD/CDS, que veio facilitar o despejo de milhares de famílias e de comércio tradicional, através do aumento brutal das rendas.-----

----- De facto, são preocupantes as tendências de segregação habitacional, nomeadamente resultantes da expulsão da população com menores rendimentos da cidade de Lisboa para os concelhos periféricos. A taxa de esforço para comprar ou arrendar casa é insuportável, face ao rendimento médio das famílias, ultrapassando largamente o limite máximo recomendado internacionalmente de 35%.-----

----- Para enfrentar este problema precisamos que os programas saiam efetivamente do papel. A teoria nunca resolveu os problemas das populações e não é agora que o vai fazer.-----

----- “Os Verdes” valorizam, como é óbvio, todos os esforços para que a habitação se torne mais acessível e mais justa, nomeadamente através de programas específicos, salvaguardando a nossa oposição em relação ao investimento privado. Mas o que tem sido feito, além de tardio, peca pela insuficiência de resposta perante um problema tão grande. É preciso dar corpo a políticas robustas de habitação porque não vamos lá com pequenos remendos.-----

----- Reconhecemos e valorizamos os passos dados, que têm que ser continuados e aprofundados. Nisso, e noutras medidas positivas podem contar com “Os Verdes.”-----

----- Mas falar do Estado da Cidade é falar também do turismo que, mais uma vez reforçamos que traz benefícios, mas também incómodos. Lisboa está a sofrer grandes alterações e de forma muito rápida e é preciso, urgentemente, encontrar o ponto de equilíbrio entre habitação e turismo. Os hotéis, alojamentos locais e outros espaços dedicados ao sector nascem como cogumelos.-----

----- Há cidades europeias que estão a dar resposta a esse fenómeno. Lisboa está à espera do quê? Não podemos aceitar mais um mercado sem regras, porque além de estar em risco o direito à habitação, é o próprio direito à cidade que é ameaçado.-----

----- Mas o Executivo entende prosseguir com um Regulamento Municipal que não proíbe o Alojamento Local na Baixa, na Av. da Liberdade e na Av. Almirante Reis, e em que prevalecem as exceções às proibições.-----

----- Temos Freguesias inteiras a serem engolidas pelo alojamento local. Nem Monsanto escapou a esta praga. Pode ler-se agora nos *sites* de reserva sobre a Casa do Presidente: “*Um local único no pulmão da cidade de Lisboa. Viva uns dias de sonho num palacete cheio de história*”.-----

----- Não pode haver mais alienações, concessões, privatizações ou utilizações que ameacem este parque florestal. O que nos leva ao Festival Iminente, realizado no edifício Panorâmico, que originou este ano várias denúncias relacionadas com um esgoto a céu aberto. Situação que motivou, de imediato, um requerimento de “Os Verdes”, sobre o qual aguardamos os devidos esclarecimentos e envio de documentação, nomeadamente o relatório dos serviços de saneamento e os resultados das análises aos solos que foram afetados e aos lençóis freáticos. -----

----- Mas convém recordar que esta Assembleia aprovou uma deliberação no sentido de não serem permitidos eventos que comprometam o equilíbrio ecológico deste parque. O Executivo cumpriu? Não! -----

----- Relembramos também que continuamos a aguardar a concretização da proposta de “Os Verdes” para a criação da área protegida de Monsanto, porque, até hoje, ainda não saiu do papel. -----

----- Depois também temos também uma Autarquia que destrói o quartel mais moderno e o museu dos bombeiros, para a ampliação de um hospital privado. É caso para perguntar com quem está preocupada esta Câmara? Claro que depois o Executivo nos diz que estamos presos ao passado e que é preciso seguir em frente. Então pois bem, que alternativa arranjou este mesmo Executivo para o Quartel de Benfica, o tal que não tinha condições, mas para onde os bombeiros regressaram porque o quartel do Colombo deixou de existir? -----

----- Uma cidade cuja Autarquia decide que o Fundo de Desenvolvimento Turístico não deve ser gerido por si, mas pela Associação de Turismo de Lisboa, o que apenas veio comprovar que a Taxa Turística serve para financiar projetos privados, através de subsídios decididos por entidades externas ao Município, em vez de melhorias na cidade. Sem esquecer que a sustentabilidade ambiental, nomeadamente ao nível da limpeza urbana, viu a sua verba ser reduzida a metade. Qual a razão para a execução dos projetos não ser uma competência da Câmara? -----

----- No mesmo sentido, uma Autarquia que tem na manga uma proposta para aumentar a comparticipação financeira da *Web Summit* em 4,7 milhões de euros oferecidos pela Câmara a fins privados, em vez de investir em áreas absolutamente prioritárias. Lisboa tem a *Web Summit* com o alto patrocínio da Câmara mas permite que a população continue a ser expulsa. -----

----- Continua a ser evidente a opção de desmembramento e esvaziamento de serviços municipais, resultando no recurso a privados, na destruição do emprego público e no aumento dos encargos para a Câmara e para as Juntas de Freguesia. Um exemplo muito claro são os contratos de milhões para a manutenção dos espaços verdes. -----

----- Mas, sem pestanejar, o Executivo apressou-se a viabilizar a transferência de competências nas mais variadas áreas: educação, saúde, justiça, habitação. Sem os meios adequados, numa clara desresponsabilização da Administração Central e fragilização de funções sociais. Foi uma irresponsabilidade da Autarquia, e até o próprio Vereador da Educação alertou para isso. -----

----- Por fim, Lisboa será a Capital Verde Europeia em 2020. Mas onde está a sustentabilidade numa cidade suja, poluída, ruidosa e em que mais facilmente se

abatem árvores do que se alteram projetos urbanísticos? Lisboa vai ser Capital Verde mas também é a sexta cidade europeia mais poluída pelos navios de cruzeiro e em que a qualidade do ar piora. Também os solos contaminados e o amianto continuam a ser graves problemas por resolver. -----

----- Senhor Presidente, precisamos de uma cidade que não seja verde de fachada. -----  
----- Em suma, estas são apenas algumas das situações que “Os Verdes” não acompanham na orientação e na gestão prosseguida pelo Partido Socialista, muitas vezes com o apoio do PSD e neste Mandato também pelo BE, fruto do acordo estabelecido em 2017. -----

----- Os problemas de Lisboa não se resolvem com uma Câmara que anseia por andar de promoção em promoção de eventos. A vida da cidade não se faz só de eventos. -----

----- Por parte do PEV, continuaremos a apresentar propostas que ajudem a criar uma cidade mais sustentável, ecologicamente equilibrada, mais humanizada e para todos. Continuaremos a apoiar e a viabilizar propostas que sejam positivas para a cidade e para as populações, assim como continuaremos a rejeitar medidas prejudiciais. -----

----- Lisboa tem espaço e capacidade para tudo, basta que haja bom senso e preocupação com as pessoas, que continuam a ser o grande ex-libris da nossa cidade. --

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, Independente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tenho mais dois Senhores Independentes, o tempo dos Independentes ainda é extenso, e portanto, a Senhora Deputada usará um pouco mais do que os dois minutos e cinquenta, e há disponibilidade por isso.”-----

----- **A Senhora Deputada Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente da Mesa, Senhor Presidente, Vereadores, Deputados, Público. -----

----- Efetivamente o Movimento dos Cidadãos ouviu o Estado da Cidade e, acima de tudo percebeu e entendeu que a cidade é global, e nós sabemos-lo que ela global, mas, como qualquer ponto forte em estratégia traz também uma debilidade, e isso já lá iremos, portanto, só é possível fazer desafio-os de dois anos de Mandato com mudanças e alterações no Executivo, se fizermos um balanço. -----

----- Eu iria fazer uma viagem muito sumária sobre a importância que Lisboa teve em planeamento estratégico da cidade, e que em 2010 vertido no PDM no nosso ponto de vista, ele está parado enquanto visão global, porque depois se fragmentou, e muitas destas matérias que aqui vão sendo colocadas mostram-no isso, ou seja, temos um plano estratégico de Lisboa em 92, que curiosamente, diz efetivamente que é preciso

que a cidade de Lisboa seja competitiva nas cidades europeias, mas também diz um *slogan* “que é fazer de Lisboa, uma cidade atrativa para viver e trabalhar”, portanto, é preciso que ela seja atrativa para viver.-----

----- Depois tivemos uma visão estratégica em 2002, no entanto, com cidade de bairros onde tivemos uma perceção que era preciso que os bairros se equipassem com equipamentos, e veio a carta estratégica vertida para o PDM, para o número o artigo número 2 do PDM, onde tem agora esta matéria efetivamente da cidade que tem que se identificar que ser global, mas, ao mesmo tempo é esse o desafio de debilidade. ----

----- Como rejuvenescer a cidade e como a equilibrar socialmente, como é que eu posso construir a cidade interclassista? Como é que eu posso incrementar rapidamente essa matéria?-----

----- Estamos de acordo que a mobilidade deu um salto de acessibilidade para todos, no entanto, pensamos que o plano pedonal tem que se fazer um relatório, uma avaliação, relativamente às outras matérias, sabendo que se duplicou o andar a pé e quando a cidade que ela envelhecida e tem um terço da população envelhecida, portanto, é fundamental para a cidade saudável a questão do plano pedonal, e ele tem que ser revitalizado e falado e articulado com o Pelouro da Mobilidade, e acima tudo o que eu salientava é que 2008 graças à Vereadora Helena Roseta, o planeamento estratégico foi vertido para o planeamento sectorial, e foi em boa hora, tivemos o PLH, o Programa Local de Habitação com habitat onde todos os equipamentos que hoje se falam estão ligados a esse plano, tivemos depois o plano ligado à questão do desenvolvimento social, trabalhando com uma rede que hoje tem quinhentos parceiros, e o plano de saúde que tarda, não sei se virá, aqui, porque se fala ainda que a saúde não é do Município! Não é o Senhor Presidente, o Senhor Presidente ter respondido várias vezes que o é, até porque a legislação desde 2013 dizia que a saúde e a cidade saudável, ela tem que estar, de facto, disponibilizada com um plano de saúde que que seja transversal.-----

----- Agora com a Capital Verde, ao mesmo tempo com a Mobilidade e, ao mesmo tempo também que os equipamentos, se não é tudo isto um fragmento, fala-se de uma coisa, fala-se de outra, mas onde é que está a visão construída explicitada e monitorizada no Plano Diretor? Aí desafiava, enfim, o novo Vereador ligado, com experiência de planeamento e urbanismo, nós sabemos, os urbanistas, que a nova Carta de Atenas diz que não é possível haver sustentabilidade sem a questão de planeamento estratégico e urbanismo, não é a mesma coisa, o urbanismo não é uma ciência exata, é por isso que nós temos aqui Petições, temos matérias, porque ela não é exata, não agrada a todos os parceiros, mas queremos um Urbanismo participado e democrático! E nisso desafiamos o Senhor Vereador a construir ou reconstruir o Conselho Estratégico da Cidade, um Conselho Estratégico da Cidade com parceiros, associações, com Juntas de Freguesia, comunidades que possamos discutir a montante as soluções, e mais, monitorizar o que aconteceu, porque se várias petições, elas surgem, é porque alguma coisa está mal, e nós sabemos sempre isso em Urbanismo. -----

----- A melhor resposta é que são as pessoas que se apropriam de Urbanismo que nós construímos com os políticos! -----

----- E por último também dizer que exatamente o desafio da globalização, que é muito interessante, ela precisa que a habitação rapidamente cresça e se incremente para que os dois objetivos do PDM que visem rejuvenescer e equilibrar a Cidade se compadeça com a questão da globalização e, portanto, agradecer à Senhora Presidente da Assembleia que permitiu, na altura, que a equipa de planeamento estratégico não tivesse desaparecido e tivesse conseguido trabalhar sectorialmente em vários projetos e só agora a Nova Lei de Bases, que fala do habitat, enquanto Lisboa fez todos os equipamentos e as várias cartas de equipamentos e transformou as cartas de equipamentos em projetos estratégicos para a Cidade e para a qualidade de vida.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Vamos passar à terceira e última ronda, já temos apenas quatro oradores inscritos e, naturalmente, a resposta do Senhor Presidente da Câmara no fim.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados. -----

----- Ficámos durante a sua intervenção, que foram cerca de 40 minutos, admirados porque houve uma questão que não foi abordada e tem a ver com a cultura na cidade de Lisboa. -----

----- E hoje mesmo o Teatro Maria Matos faz hoje cinquenta anos mas as suas portas estão fechadas, cinquenta anos com muita história e alguns momentos difíceis mas poucos momentos tão surpreendentes quanto este: um palco fechado que nem sequer a sua história pode contar. -----

----- Foi há menos de dois anos que a Vereadora da Cultura anunciou que iria concessionar o teatro. Nada o fazia prever nem nenhuma razão forte o justificava. O teatro funcionou bem sob gestão pública, democratizou o acesso à cultura e assim podia ter continuado. Um amplo movimento cidadão incluindo o Bloco levantou-se contra esta decisão e tínhamos razão mas, o Partido Socialista e a direita insistiram que não havia alternativa. Dois anos depois, o teatro está fechado numa guerra que se prolonga nos tribunais. -----

----- A vergonha de ter um teatro público fechado devia fazer o Partido Socialista refletir e anular esta concessão falhada. A sua manutenção sob gestão pública seria um poderoso instrumento de diversificação de públicos face aos alertas de afunilamento da oferta cultural devido à turistificação da cidade, alertas que o próprio plano estratégico municipal lança de forma insistente porque coloca, e bem, as políticas culturais no centro do combate às desigualdades sociais. -----

----- A concessão do Teatro Maria Matos fechou um ciclo de reforço dos serviços públicos que se tinha iniciado com a estratégia municipal de cultura de 2009, violando



todas as recomendações do plano que em nenhum momento aponta para a concessão de serviços públicos como solução. E esse fecho de ciclo também se nota noutros serviços públicos, nomeadamente nos arquivos e bibliotecas municipais. -----

----- Dois anos depois das obras de remodelação da Biblioteca Palácio Galveias temos falhas estruturais no equipamento, desde infiltrações a falhas do sistema de segurança em caso de incêndio, ou falta de vigilantes e recursos humanos insuficientes para garantir um horário alargado para o acesso do público. A Biblioteca Municipal Central de Lisboa não consegue cumprir a sua missão. -----

----- Também no Arquivo Municipal encontramos problemas que se acumulam. Somos das cidades com maior acervo histórico com relevância nacional e internacional, 14 mil quilómetros de documentação, muita dela por tratar e toda ela dividida por várias instalações, nenhuma das quais com as condições exigidas para albergar o seu espólio devido a infiltrações, falta de espaço e problemas de segurança do edificado. Mesmo nas instalações requalificadas para a sua centralização, nas torres do alto da eira, fomos alertados há poucos meses para infiltrações graves e salas alagadas, confirmando o que os profissionais que trabalham no arquivo municipal já repetidamente tinham dito: estas instalações não servem. -----

----- Esta Vereação da Cultura considera realmente que está garantido e cumprido o acesso universal à cultura na cidade? O Plano Estratégico para a Cultura em Lisboa diz que não. Os arquivos, bibliotecas e o Teatro Maria Matos deixam claro que não.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, vamos continuar então.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado David Amado, do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal David Amado (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados. -----

----- A análise daquelas que são as políticas públicas de gestão de uma grande cidade como Lisboa pode ser feita por diversos prismas. Na ótica dos serviços e comunidades que presta aos seus munícipes, na ótica financeira de gestão e otimização dos seus recursos, na expectativa que cria nos residentes quanto à resolução de problemas e questões que surgem, e é nesta perspetiva que gostava de me centrar. -----

----- Hoje Lisboa cria expectativas nos seus residentes, e cria expectativas porque conseguiu nos últimos anos responder a muitos dos seus anseios e desejos da sua população. A Câmara Municipal de Lisboa tem, de forma faseada, estruturada e consistente vindo a intervir sobre áreas que durante anos se pensava impossível atuar, na revolução de espaços públicos lisboetas, com a criação de zonas de lazer dentro da malha urbana que paulatinamente substituem o espaço durante tantos anos deixado à mercê do estacionamento não autorizado e abusivo, com a criação de corredores verdes, de redes de ciclovias e com a promoção de meios leves de locomoção que

permite e que o meio de transporte da cidade não seja exclusivamente o automóvel, tudo isto articulado com uma política efetiva de expansão da oferta da Carris, com mais autocarros, mais percursos e uma melhor cobertura da cidade. -----

----- A forma como olhamos para a cidade e para a sua gestão é hoje marcada pela proximidade, e este conceito é essencial para percebermos os objetivos das políticas públicas. Na mesma medida que as Juntas de Freguesia assumiram as suas competências com esse objetivo, é de saudar que a Câmara Municipal tenha procurado fazer o mesmo no âmbito dos seus programas, todos sentimos existir a procura de soluções que vão de encontro aos desejos e às necessidades das pessoas, a cada uma delas, enquanto residente, trabalhador, estudante, ou turista, ou seja, Lisboa em todas as suas dimensões. -----

----- Enquanto dono de uma viatura que tem de estacionar, enquanto ciclista ou alguém que passeia pela cidade de trotinete, enquanto dono de um animal de estimação que o quer levar um parque canino, ou simplesmente enquanto pai, que quer levar os seus filhos a um parque infantil.-----

----- Na promoção de projetos públicos deixados à consideração dos lisboetas, com processos de tomada decisão completamente descentralizados que apelam e fomentam a cidadania de cada um de nós e de todos os nossos vizinhos, com fundos destinados a intervenção social de carácter local que se suportam nas redes locais já criadas com instituições que há muitos anos trabalham no terreno e que são quem melhor conhece as carências e as lacunas dos grupos mais fragilizados.-----

----- Este conceito de proximidade é particularmente visível naquilo que tem sido a política pública relativa à Higiene Urbana, sendo uma área tão sensível para a maioria dos lisboetas, tanto pela visibilidade que tem, como pelos desafios que apresenta, não podia deixar de saudar a Câmara Municipal de Lisboa pela estratégia que está a desenvolver da continuação do mandato anterior. -----

----- A contratação de mais recursos e a aquisição de novas viaturas para a remoção de resíduos vão de encontro àquilo que são as necessidades de uma sociedade que evoluiu de forma exponencial na última década, mas há muito mais, o alargamento do sistema de contentorização comunitária a todos bairros de remoção por saco, o alargamento da rede de contentorização subterrâneo de suporte, a gestão eletrónica da recolha com a colocação de sensores em todas as eco ilhas subterrâneas, a introdução da recolha bilateral nos bairros municipais, com início previsto na Freguesia de Marvila em janeiro de 2020. -----

----- Quando cada vez mais o ambiente é uma preocupação não posso deixar de saudar o Plano Municipal de Gestão de Resíduos 2020/2025, que contempla a implementação da compostagem de resíduos orgânicos em habitações com jardins em Lisboa, bem como compositores comunitários com o objetivo de diminuir a produção total de resíduos e de resíduos biodegradáveis na Cidade, mas serão provavelmente os contratos inter administrativos e os contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, num total de mais de 10 milhões de euros que indiciam a importância das políticas públicas de proximidade, sendo hoje assumido por todas as

partes que as Juntas de Freguesia são parte essencial na gestão e no garante da qualidade de vida da Cidade.-----

----- Com a criação das condições necessárias a uma eficiente gestão dos resíduos por parte dos cidadãos e das empresas, julgo estarem criadas as condições para o aumento das ações de fiscalização que combatam as más práticas e, felizmente, em muitos casos ainda enraizadas. -----

-----A Cidade é de todos! De quem cá mora, estuda ou trabalha, passeia ou se diverte na noite Lisboa, este sentimento de inclusão e de utilização da Cidade levou durante muitos anos a desafios na articulação daquilo que são as expectativas de cada um destes grupos, a vivência noturna da Cidade trouxe aos residentes nas zonas de divertimento noturno questões muito importantes naquilo que são as suas exigências, nomeadamente, no seu direito ao descanso.-----

----- Já em janeiro de 2015 com a liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, entendeu a Câmara Municipal de Lisboa que liberalizar totalmente os horários de funcionamento no que concerne à Cidade de Lisboa podia levar ao agudizar de um conjunto de situações de incomodidade já identificadas fruto da experiência da aplicação do anterior Regulamento Municipal de Horários, nomeadamente, o ruído provocado pelos estabelecimentos devido à música com som elevado, audível da via pública e nas habitações circundantes, aos mesmos, bem como à aglomeração de cidadãos na via pública. Esta situação era gravemente penalizadora para o descanso dos moradores, um reflexo assinalável na diminuição da qualidade de vida pessoal e familiar.-----

----- Com vista a combater esta realidade o Município aprovou um novo Regulamento com o horário de funcionamento de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviço no Concelho de Lisboa, tendo o mesmo entrado em vigor a 8 de novembro de 2016. Com base neste novo Regulamento, que foi acompanhado de uma fiscalização efetiva dos estabelecimentos e com a aplicação das coimas aos estabelecimentos que não funcionam em conformidade, verificou-se uma diminuição significativa das queixas por ruído, sobretudo das relacionadas com os estabelecimentos de diversão noturna, ainda assim, tenho de salientar o lançamento da campanha de sensibilização sobre o ruído noturno no passado dia 25 de setembro, decorrente de uma proposta vencedora do Orçamento Participativo na Cidade, pela Associação de Moradores Aqui Mora Gente, esta ação teve já o seu início e contou com uma ampla cobertura mediática.-----

----- No âmbito dos direitos sociais pela relevância e identificação coletiva de necessidades muito concretas, importa dar seguimento ao Plano Municipal para a Economia e Empregabilidade, aprovado a 23 de março de 2016, nomeadamente, aos projetos de apoio à empregabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, como seja o Espaço Porta Aberta, dirigido à inclusão profissional de pessoas em situação de sem-abrigo.-----

----- Dar continuidade ao Plano Municipal de Integração de Imigrantes 2015/2017, que foi aprovado em setembro de 2015.-----

----- Dar continuidade ao Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, aprovado também em janeiro de 2015, e dar também continuidade ao Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e de Género 2014/2017, que foi aprovado em fevereiro de 2014, nomeadamente no Centro previsto de 24 horas para vítimas de violência doméstica.-----

----- Para terminar sinto que devo aqui referenciar o Projeto Radar, é impossível falar de proximidade na Cidade sem referenciar o que está a ser feito nas Freguesias de Lisboa. O Projeto Radar resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa, as Freguesias de Lisboa, a PSP, a Segurança Social e a ARS, é uma das dimensões da operacionalização do Programa Lisboa Cidade de Todas as Idades, o objetivo é o de conhecer e acompanhar pessoas com mais de 65 anos, que estejam em situação de isolamento ou acompanhadas por alguém do mesmo escalão etário, sejam acompanhadas ou não por alguma instituição, pertinente é edificar as suas necessidades, expectativas e potencialidades para que com a estreita colaboração com uma ampla rede de parceiros, possam ser agilizados as respostas mais céleres e assertivas aos desafios da longevidade.-----

----- Com base nas respostas obtidas e através de um modelo consensualizado por todos os parceiros, a ficha do Projeto Radar, centralizando a informação num único local, a plataforma digital Projeto Radar, e fazendo uso da existência de parcerias ao nível de intervenção social entre comunidades e as instituições, pretende-se responder de forma integrada com maior proximidade, rapidez e eficiência às situações que manifestam maior exigência e responsabilidade.-----

----- Procura-se desta forma alterar o paradigma instituído promovendo o trabalho em rede, impulsionado por pessoas, com pessoas e para pessoas, através de visitas domiciliárias exaustivas, que já resultam na sua aplicação em mais de quinze mil entrevistas, foi feito um levantamento exaustivo da realidade de uma franja da população tão venerável como são os mais sénior. -----

----- Termino com este exemplo, pois como referi, este é o espelho de uma política de proximidade, mesmo numa grande cidade como Lisboa, e esta é a política combate o isolamento e a segregação dos mais frágeis, e esta é a política que como deve ser aumenta em muito as expectativas que cada um dos lisboetas tem, para com o seu Município. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, vamos caminhando rapidamente para o fim, a Senhora Segunda secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Lisboa adquiriu nos últimos anos o estatuto de verdadeira cidade global e cosmopolita, o que traz várias oportunidades, mas também vários desafios e perigos. ----

----- Lisboa tem hoje a responsabilidade de liderar, não só a nível metropolitano e nacional mas também mundial, naqueles que são os grandes desafios do nosso século: a crise ambiental e o combate às desigualdades, ao ódio e à discriminação.-----

----- Na área ambiental os avanços são vários e reconhecimento disso mesmo foi a atribuição à cidade da distinção de capital verde europeia no próximo ano. -----

----- Mas há ainda muito por fazer num tempo que é cada vez mais escasso. -----

----- Desde logo a questão do aeroporto e do transporte aéreo é hoje central. -----

----- No estuário do Tejo prepara-se um atentado ambiental com a construção do novo aeroporto do Montijo. Lisboa é a única capital europeia que tem a poucos quilómetros uma área protegida classificada à escala nacional, europeia e internacional - a Reserva Natural do Estuário do Tejo. Quando falamos de diversificação de polos de turismo, e em particular do ecoturismo, que cresce todos os anos, devemos olhar também para aqui e pensar à escala metropolitana, com ambição e visão de longo prazo. -----

----- Mas também o aeroporto Humberto Delgado, cuja extensão deveria ser sujeita a um estudo de impacto ambiental, que não está neste momento sequer previsto, continua a ser uma fonte de risco para a qualidade de vida na cidade, tanto pela poluição atmosférica e redução da qualidade do ar, como pelo ruído que traz à cidade.---

----- Por outro lado, continuamos a ser uma cidade pensada, construída e vivida em função do automóvel. Temos hoje uma rede de transportes públicos que é mais acessível financeiramente mas que continua a não cobrir a cidade e a área metropolitana de forma igual e continua a ter falhas de serviço e qualidade graves. -----

----- A descida do preço dos passes sociais foi uma excelente medida mas é preciso continuar o investimento na Carris e exigir do governo maior investimento na ferrovia, no transporte fluvial e no metro.-----

----- Também a habitação tem sido um foco de preocupações dos lisboetas. -----

----- Num estudo realizado por investigadores da faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa divulgado ontem esta preocupação é ilustrada de uma forma clara: a taxa de esforço em Lisboa para arrendar casa é de 67% e para comprar é de 58%, uma subida drástica de 20 pontos percentuais face a 2016, valores que excedem em muito o valor máximo internacionalmente recomendando para a “taxa de esforço” que é de 35%. -----

----- Estes números demonstram a tendência que se tem acentuado cada vez mais nos últimos anos, da divisão entre os que têm capacidade económica para viver em Lisboa e os que não têm e são empurrados para a periferia.-----

----- O Governo tem falhado nesta matéria, após anos de desinvestimento e desinteresse em políticas públicas de habitação, mas as respostas prometidas pela Câmara têm também tardado em produzir efeitos.-----

----- Vemos com grande expectativa as alterações no pelouro do urbanismo e desejamos o maior sucesso ao Senhor Vereador Ricardo Veludo. Entendemos ser

fundamental que a política municipal na área do urbanismo tome um novo rumo, com maior transparência e participação. Os Lisboaetas são hoje muito mais exigentes e esperam dos órgãos municipais o seu envolvimento na tomada de decisões importantes. Exemplo disto é o movimento pelo jardim do Martim Moniz ou a contestação à construção da Torre da Portugália. -----

----- Por fim, uma palavra de agradecimento à Senhora Presidente Helena Roseta que anunciou irá renunciar à Presidência da Assembleia e ao cargo de deputada municipal. --

----- Durante a sua Presidência a Assembleia Municipal reforçou o seu poder de escrutínio democrático do trabalho da Câmara Municipal e abriu portas à cidadania. -----

----- Esperamos que este trabalho de abertura à cidade continue e se aprofunde na sua ausência. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Discutimos hoje o Estado da Cidade a meio do nosso mandato, é tempo pois de fazermos o ponto de situação de algumas matérias importantes. -----

----- Neste Debate gostava de falar de saúde em Lisboa, mas não posso, dos 14 de centros de saúde anunciados há mais de 2 anos e meio, não há um que tenha visto a luz do dia. -----

----- Gostava de falar também da Feira Popular e do Parque Verde, mas não posso, prometidos há mais de 2 anos e meio, o projeto do Parque Verde e da nova Feira Popular não passam disso mesmo, um projeto que não há meio de nascer. -----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Deputados, gostava ainda também de falar de habitação e de renda acessível, mas não posso, o famoso projeto de renda acessível anunciada há mais de 3 anos continua hoje parado no Tribunal de Contas em discussões jurídicas que adiam a resolução deste grave problema que Lisboa tem.-----

----- Mas também gostava de falar da gestão do património habitacional da Câmara, mas não posso, não temos nesta Assembleia qualquer informação sobre o estado desse património, apesar de sucessivos pedidos, requerimentos e propostas aprovadas nesta Assembleia, a Câmara faz o que bem entende e não presta contas ao Parlamento da Cidade. -----

----- Gostava ainda de poder falar da *Web Summit*, mas não posso, um contrato assinado há quase um ano, e continua sem ser disponibilizado à Assembleia Municipal, estamos a falar de verbas camarárias na ordem dos 30 milhões de euros em 10 anos, recentemente ficámos a saber, mais uma vez pela comunicação social, que há

atrasos e que há mais custos, mais 4,7 milhões de euros, milhão atrás de milhão e esta Assembleia sem informação.-----

----- Também gostava de falar de Cultura, e da promessa de o Museu dos Descobrimentos, mas infelizmente não posso, perdido entre desvios de verbas para auxiliar o Governo PS e a guerrilha promovida pela extrema-esquerda apostada em apagar ou reescrever a história, descobrimos hoje que os Descobrimentos de outrora não vão ter museu!-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, este é o estado das principais promessas deste Executivo Camarário, um conjunto de intenções com muito poucas concretizações. O tempo vai passando e o Estado da Cidade vai-se agravando, temos hoje um Executivo Camarário, cansado e desgastado, mergulhado em quezílias internas entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, repetidamente visíveis na comunicação social nos últimos tempos, a polémica à volta da nova SRU é apenas mais uma, e a prova disso mesmo.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tempo vai passando, o Estado da Cidade vai-se agravando e o Executivo Camarário vai-se degradando! Lisboa precisa de muito mais, Lisboa precisa de muito melhor! Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados vamos dar a palavra agora ao Senhor Presidente para encerrar o Debate, chamo a vossa atenção que a Câmara tem os seus 6 minutos que sobraram, o Partido Socialista pode fazer cedência de tempo e já comunicou à Mesa que o fará, é um terço daquele tempo que ali está, e os Independentes também farão cedência de tempo e é um terço daquele tempo que ali está, portanto, o Senhor Presidente beneficiará cerca de 5 minutos, um pouco menos, dos Independentes e de mais uns quantos minutos, está ali o total, dá 15 minutos para o Senhor Presidente poder responder. Se faz favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:---

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu acho que este Debate é bem ilustrativo do estado das várias forças políticas e do Executivo na Cidade de Lisboa.-----

----- Tenho dúvidas, aliás, mesmo que se fizéssemos hoje aqui uma contagem, seríamos mesmo o quórum das oposições, para debater com o Executivo o Estado da Cidade.-----

----- É este o estado de desânimo, de descrédito, de falta de vigor até na própria crítica política, porque se recuperarmos muito do que aqui foi dito, aliás, poderíamos pegar em intervenções feitas há 1, 2, 3, 4 anos, porque a crítica era a mesma, o tema era o mesmo, o caso particular era o mesmo e a atitude de desistência era exatamente a mesma!-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton não está aqui, mas não lhe farei a desfeita de não lhe responder. Eu estava a ouvir a intervenção do Deputado Luís Newton e estava-me a lembrar do filme que passou há uns anos atrás nos cinemas, que era o

filme “Eu sou a lenda”, o filme “Eu sou a lenda “era um filme cujo protagonista, Will Smith, era um cientista que subitamente se via transformado para uma cidade de Nova Iorque deserta, e em que ele percorria as ruas da cidade desertas à espera de tentar encontrar algum sobrevivente de uma epidemia que tinha morto quase todos os habitantes de Nova Iorque, ao ouvi-lo descrever o Estado da Cidade parecia que estávamos a ver Lisboa nesse estado, sem escolas arranjadas, sem centros de saúde a fazer, os bairros a não existir, toda uma realidade que claramente entra em completo e absoluto confronto, o que por isso descredibiliza por completo a intervenção, com aquilo que se vê e se constata e se percebe que é hoje a realidade da cidade de Lisboa! Como é que é possível olhar hoje para a realidade da cidade de Lisboa e fazer uma intervenção, como se não houvesse vida, como se não houvesse obra, como se não houvesse ação, como se não houvesse tensões, como se não houvesse contradições, como se não houvesse problemas, como se houvesse desafios, acima de tudo como se não houvesse vida na cidade de Lisboa!-----

----- Senhor Deputado, não está aqui para ouvir, mas não acertou e nada do que aquilo que disse, em nada do que aquilo que disse. O Programa Escola Nova, o Programa Escola Nova foi um dos programas mais ambiciosos lançados pelo Partido Socialista desde o primeiro mandato do Presidente António Costa, e que nós agora prosseguirmos. -----

----- No Programa Escola Nova já foram alvo de intervenção 88 escolas, num total de 72 milhões de euros, estão nove intervenções em curso no total de 16 milhões, e estão quinze obras para concurso no total de 71 milhões. Ora um Programa que está a investir na sua totalidade até agora 160 milhões na recuperação integral do parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, e dizer que isto não existe, Senhores Deputados, é não perceber nada do que é que está a acontecer na revolução das obras num serviço fundamental. -----

----- Segue o Senhor Deputado e diz “mas não se entregaram casas”, “o Executivo não entregou casas, não há casas entregues”, mas como é que é possível dizer-se isto quando neste mandato, precisamente neste mandato, é um mandato em que o Executivo que mais está a fazer na reabilitação do património Municipal, mais casas está a entregar, mais rápido está a recuperar aquilo que tem, mais rápido estamos a adquirir novas para colocar ao serviço da população, mais estamos a fazer em matéria de política de habitação! Senhor Deputado, eu digo os números, nós no ano de 2017 entregámos 431 casas, no ano de 2018 entregámos 631 casas, no ano de 2019 vamos terminar com 800 casas. Significa isto 1862 casas!-----

----- Sabem os Senhores Deputados, o que é que isto significa? Significa em média que quase 6000 lisboetas têm hoje casa graças à ação determinada do Executivo da Câmara Municipal de Lisboa!-----

----- Dizem outros, bom, mas isto não chega, não é suficiente, o mercado está muito agressivo! É verdade, é verdade e por isso é que não desistimos, não desistimos e sem nenhum preconceito ideológico sobre o tipo de instrumentos, estamos a tentar, todos os que podemos, com a iniciativa direta, sim, com os custos hoje e com as dificuldades hoje de lançar programas de promoção direta, também com promoção de



apoios a privados e aguardaremos que um dia, quem sabe, do alto da sua sapiência, já um ano depois do processo ter sido entregue o Tribunal de Contas se lembre de qualquer “pronunciamentozinho” que seja, relativamente ao processo em causa, mas criando novas iniciativas, novos projetos, comparando as casas da Segurança Social e reabilitando, continuando a negociar com o Estado para novos imóveis serem reabilitados e colocados, negociando e procurando que no Parlamento e dando a força à Presidente Helena Roseta para negociar e aprovar uma Lei de Bases com novos instrumentos, que nos vai permitir sim, Deputado Diogo Moura, a grande diferença que nos separa sobre isto, sim, que nos vai permitir pela primeira vez, colocarmos uma quota para que nos empreendimentos privados haja promoção de habitação acessível por determinação do Município, sim! -----

----- A falta que nós tínhamos deste instrumento que vai ser possível de utilizar, nós não abdicamos de nenhum, porque este é, de facto, um desafio central! Agora Senhores Deputados, eu peço meças, nós pedimos meças do que estamos a fazer em matéria de acesso do direito à habitação, porque aquilo que estamos a fazer não tem paralelo com nenhum outro período da história da cidade de Lisboa recente, naturalmente, excluindo tudo aquilo que foi feito na construção daquilo que de extraordinário foi feito na construção do parque habitacional, nos mandatos de Jorge Sampaio e de João Soares, relativamente aos públicos mais vulneráveis.-----

----- Quero frisar o seguinte, não se trata de classificar os programas e dizendo que há zero na renda acessível, porque há muitas dezenas e centenas da renda convencional, a questão que eu quero chamar a atenção é o seguinte, a parte principal destas habitações colocaram-se no regime de renda apoiada, porque esta foi a opção política do Município, porque foi a opção política do Município neste contexto continuar a canalizar uma parte importante do seu parque habitacional para aqueles que tem mais carência! Tem também hoje as classes médias, sim tem, vamos alargar essa oferta, mas isso não significa que vamos deixar de cumprir a nossa obrigação, porque não há ninguém que possa substituir e aí não há mercado nenhum que lhes valha, àqueles que tem os mais baixos rendimentos de todos, na sociedade portuguesa, que têm que ter prioridade no regime da renda apoiada! -----

----- Agora o volume daquilo que é o nosso esforço financeiro de empenho político e determinação mede-se da seguinte forma, quase seis mil pessoas, quase seis mil lisboetas têm hoje casa graças à ação da Câmara de Lisboa, isto é, se não fosse a ação da Câmara Municipal de Lisboa não teriam habitação e um teto na nossa cidade, para aqui viver, e da mesma forma que temos feito um trabalho muito intenso na requalificação dos vários Bairros Municipais, um trabalho que lhe e que atinge, que atinge hoje mais de vinte e seis mil residentes dos Bairros Municipais, isto é, o que estamos a fazer relativamente à reconversão, à melhoria das coberturas, à melhoria do espaço público, à melhoria das fachadas, abrange hoje um total de cerca de um terço de todos aqueles que residem nos Bairros Municipais da cidade de Lisboa, isto é cuidar do direito à habitação, isto é cuidar da dignidade no acesso à habitação, e estamos também a avançar muito na construção nova. -----

----- Estamos a avançar na construção nova de resposta àquilo que eram as situações mais degradadas, com menor dignidade, inaceitáveis do ponto de vista da sua dignidade, que eram as construções das alvenarias do Bairro Padre Cruz e do Bairro da Boavista transformados hoje, aliás, em exemplo do que deve ser a moderna habitação pública, não social, pública e como estamos hoje também a fazer exatamente o mesmo na substituição integral do Bairro da Cruz Vermelha, para o novo bairro onde as casas são hoje exemplo, do que é melhor possível fazer em matéria de construção de iniciativa pública, na arquitetura que é utilizada, nos materiais que são utilizados, na eficiência energética dos edifícios, na utilização de água reutilizada, tudo quanto há de melhor que nós sabemos de tecnologia para colocar numa habitação, estamos a colocá-lo na reconversão da habitação Municipal, neste caso na resolução dos problemas mais críticos que a cidade de Lisboa ainda tem, se isto não é prioridade à habitação, eu não sei o que é prioridade à habitação relativamente a este mandato autárquico! -----

----- Quero também dizer que um ponto seguinte da intervenção do Deputado Luís Newton, e também de outros Deputados, prende-se com a questão dos centros de saúde. Senhor Deputados, sim é verdade, nós temos dificuldades, tivemos dificuldades relativamente aos concursos dos centros de saúde, tivemos, e tivemos porque hoje há uma grande concorrência no mercado pelas empresas e pela capacidade de construção que é hoje mais limitada, hoje o dinamismo da economia privada retira muitas candidaturas de empresas de construção a obras que estão no setor público, e tivemos que repetir os concursos, sim, em algum caso, aliás, já estamos a repetir segunda vez. -----

----- Agora a verdade é que tenho isto para vos dizer, o primeiro centro a abrir, abrirá este ano ainda, que é a conversão, que é a instalação do centro de saúde no edifício atualmente dos Serviços Sociais, o que vai permitir criar um centro de uma qualidade extraordinária, porque a par de um centro de saúde, um centro de saúde vai ser instalado dentro de uma unidade quase de natureza hospitalar, que são os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, onde além de todas as consultas de especialidade, o que haverá são meios complementares de diagnóstico na porta em frente do que é uma rede de cuidados primários! -----

----- Isto abrirá antes do início, antes do final deste ano, e nós neste momento temos adjudicadas duas obras, a Unidade da Alta de Lisboa e a Unidade do Alto dos Moinhos, com prazos de conclusão de cerca de 15 meses cada uma, temos 6 empreitadas em concurso, 2 projetos em revisão e 4 projetos em execução, isto é, entre obras adjudicadas e obras em concurso, temos oito centros de saúde e temos mais seis centros de saúde, que estão em fase de revisão de projeto e em fase de projeto de execução. -----

----- Significa isto que temos em bom ritmo o nosso Programa, temos no ritmo e no tempo que podemos ter, com um grande avanço na concretização do nosso Programa relativamente à Rede de Cuidados Primários. -----

----- Diz ainda o PSD, mas relativamente aos parques dissuasores, não se vê nada, não se fez nada! Peço desculpa, peço desculpa, nós abrimos o Parque do Areeiro com 400

lugares, temos o Parque da Ameixoeira com cerca de 500 lugares, e teremos um parque de 2000 lugares que agora que estão concluídas as negociações com a Câmara da Amadora e com a Câmara de Odivelas vamos poder avançar com esta intervenção onde serão mais de 2000 lugares. Isto é aquilo que nós podemos fazer no Município de Lisboa. -----

----- Dizem alguns, “Bom, mas o Presidente tem que construir uma rede de 15 ou 16 ou 20 parques pela Área Metropolitana, sim, eu posso falar com os meus colegas sobre isso, agora eu, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa não dou ordens de construção de parques de estacionamento dos municípios vizinhos, não dou! Temos que aprofundar a nossa cooperação a nível metropolitano nessa matéria? Sim, mas peço desculpa, não me critiquem por essas obras não arrancarem ou não serem feitas ao ritmo que Lisboa considera absolutamente conveniente. -----

----- Quero ainda são a matéria de educação agradecer a intervenção da Deputada Natacha Amaro, e aquilo que referiu relativamente aos passes, mas quer discordar de si quanto à apreciação que faz sobre as escolas, porque o avanço que fizemos relativamente ao 1º Ciclo, está bem expresso nestes números é muito impressionante, e é por essa razão que nós não temos, que temos a determinação de avançar para o 2º e 3º Ciclo, aliás, a sua intervenção também esclarece-nos bem sobre as nossas diferenças, é que assumir a responsabilidade sobre as escolas do 2º e 3º Ciclo e as Escolas Secundárias, que têm um grave problema relativamente à qualidade das infraestruturas, que têm problemas sérios que são públicos relativamente às questões dos auxiliares e do pessoal afeto ao trabalho nas escolas, como aqui também foi referido pelo Deputado Ricardo Moreira, não nos deve fazer reear a responsabilidade, pelo contrário, deve-nos motivar a resolver o problema! Porque a verdade é que deixar tudo como está nas mãos do Estado Central e ficar de fora a reclamar que os assuntos não são resolvidos é a posição politicamente mais simples, mas é a posição que não resolve o problema a nenhum lisboeta, não resolve o problema a nenhuma família, não resolve o problema nenhuma criança. -----

----- Eu não tenho nenhuma ilusão que ao assumir esta responsabilidade, nós estamos a assumir e estamo-nos a expor à crítica, à exigência, à reclamação, à reivindicação genuína, à frustração das pessoas que estão numa escola que não tem condições adequadas, que veem os seus filhos em sítios que não estão bem, e que nos vão pedir e que nos vão exigir e que nos vão fazer, eu tenho bem consciência disso! Tenho bem consciência de que isto não é uma aventura popular! Agora eu tenho bem a consciência que se nós não assumíssemos essa responsabilidade, nós íamos perpetuar por muito mais tempo aquilo que tem sido a triste realidade e a triste sina das Escolas EB 2-3 e Secundárias que não tiveram intervenção da Parque Escolar, foram as escolas que há muitos e muitos anos estão para trás, porque estão fora dos Fundos Comunitários e não há investimento suficiente da parte da Administração Central para as financiar! Esta que é verdade! É que se nós correremos o resto do país vemos locais em que com mais facilidade as Câmaras arranjam investimento para as EB 2-3, isso não é possível em Lisboa dado o seu número e nada esta circunstância, nós ficamos sem Fundos Comunitários para pagar estas obras, como são pagas na generalidade do

país através dos Fundos Comunitários, ora, o que nós temos que fazer aqui, e é um trabalho que vai demorar muitos anos, é repetirmos aqui aquilo que tivemos a coragem de fazer relativamente à Escola Nova e ao 1º Ciclo, é fazermos um levantamento, um diagnóstico e é depois termos um programa de investimento capaz de responder com prioridade, com sentido, na medida das nossas disponibilidades, mas também com grande convicção às necessidades que temos!-----

----- Eu não tenho medo de daqui para a frente quando os Senhores Deputados, alguns, decidirem atualizar o discurso com as críticas não de há dois anos, mas com as críticas do próximo ano, de me virem perguntar relativamente ao plano de obras. Não tenho receio disso! É para isso mesmo, é por essa razão mesmo que eu sou um fortíssimo apoiante da descentralização, porque eu sei que nós vamos resolver um problema que o Estado Central não consegue resolver *per si*. -----

----- Agora, vamos também ser claros sobre isto, a responsabilidade sobre a situação como as escolas estão hoje, em Lisboa nomeadamente, relativamente aos auxiliares, não é da Câmara Municipal de Lisboa, nem a Câmara Municipal de Lisboa tem hoje o poder para o resolver! Não tem, sejamos claros sobre isso! -----

----- Eu percebo a ansiedade das escolas, dos diretores, dos coordenadores, dos professores, das famílias, a dizer “Bom, mas já que isto vai transitar para a Câmara, a Câmara faça lá qualquer coisinha!”, vamos ser claros, essa responsabilidade ainda não é da Câmara Municipal de Lisboa, quando o for nós resolveremos e teremos a nossa responsabilidade para agir sobre isso, mas volto a referir, agindo com responsabilidade e com confiança e com a convicção de que se não o fizéssemos este problema não se resolveria.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente terminou o tempo, a Mesa tem aqui a indicação que o PSD está disposto a ceder também tempo e o PAN, portanto, haverá mais uns quantos minutos, já vamos e quantos são, são poucos, porque é sempre uma cedência de um terço do tempo, são mais 5 minutos, Senhor Presidente.-----

----- Senhor Presidente, agora agradeceia que realmente tentasse cumprir esse tempo, porque depois disso já não terá mais cedências.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Não está cá já também o Deputado Rui Costa, eu registo, aliás, que continua um observador muito atento e preocupado relativamente à evolução do acordo do Partido Socialista com o Bloco de Esquerda, acho que faz-lhe bem. -----

----- Percebo que ele, aliás, também não aprecie particularmente Bresjnev, como ele próprio também se acha mais próximo, mais próximo, da Perestroika e de Gorbatchov e, por isso, ficaremos com esta diferença. -----

----- Eu gostava de dizer o seguinte, em resposta à Deputada Isabel Pires, eu falei de Cultura, sim, falei de Cultura, sim, e posso-lhe falar mais, eu continuo a achar que aquilo que a Senhora Deputada e o Bloco de Esquerda defenderam nesta matéria está

profundamente errado, aquilo que quiseram criar relativamente ao Teatro Maria Matos é um erro a todos os títulos! Achar que uma companhia privada particular, não tem direito a ter um edifício público de natureza Municipal, acho que é um erro que não tem nenhum paralelo, aliás, na história do que é, do que são os Teatros na Cidade de Lisboa, em que vários equipamentos são geridos e são utilizados exclusivamente por companhias próprias que têm esse equipamento. -----

----- Felizmente que esse processo judicial, que atrasou a abertura do Maria Matos, está resolvido, isso vai poder ser despachado muito em breve, foi a razão, aliás, pela qual esse não abriu, mas gostava, aliás, de a convidar a visitar dois novos espaços, dois novos espaços que, aliás, foram a razão desta abertura, o primeiro é o Teatro para crianças que abriu na Calçada da Ajuda, O Luca, e o segundo, aquela abertura, mais recentemente, que é a do Teatro do Bairro Alto, é porque não vale a pena a Senhora Deputada queixar-se muito e nos Estados da Cidade dos anos pares, clamar contra as dificuldades do turismo e a diversificação do centro histórico, e depois chegar aos anos ímpares e dizer desvalorizar como é que nós adquirimos, como é que nós pomos e abrimos um teatro em pleno centro histórico da cidade de Lisboa, mantendo o património Municipal, o antigo Teatro da Cornucópia com aquilo, colocando-o agora ao dispor da cidade.-----

----- Não percebo, com franqueza, Senhora Deputada, como é que é possível pegar neste tema desvalorizando um ato de conquista e de avanço relativamente aos equipamentos Municipais!-----

----- Quero-lhe também chamar a atenção, aliás, do seguinte, a Senhora Vereadora da Cultura não está aqui hoje, porque está neste momento na abertura de um encontro mundial de cidades, das Cidades Culturais, que Lisboa preside a esse grupo, tendo sido Lisboa considerada a cidade com melhor e maior produção cultural dentro da gama das médias cidades, entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, é esta a razão por que hoje se fala tanto que aqui de Cultura! -----

----- Quero antes de terminar, muito brevemente, o Deputado Diogo Moura, tenho que registar duas notas, registei com um sorriso, registei com agrado e com um sorriso, quando afirmou que os passes sociais foram um passo importante, que bom ouvi-lo dizer isso! Que bom ouvi-lo dizer isso! É tão bom ouvi-lo dizer isso, imaginar quanto há poucos meses atrás o CDS votava contra esta medida no Parlamento Nacional! Que bom ouvi-lo dizer isto! -----

----- E também é bom ouvi-lo dizer que estaremos dispostos a cooperar e a trabalhar! Nós não teremos essa necessidade, mas eu também estou muito exposto a isso, agora deixe-me lembrar-lhe o seguinte, isso é uma alteração profunda do que tem sido a prática política do CDS neste mandato autárquico, é que até agora o CDS a única coisa que fez, a única coisa que tem feito, em matéria de atitude política neste mandato autárquico é tentar criar o máximo das dificuldades políticas a todos os títulos, inclusive relativamente aos *dossiers* que o CDS teve historicamente responsabilidade nos problemas que a cidade hoje tem e, por isso, registo, se isso corresponder, de facto, se calhar nada que um bom resultado nas legislativas para dar uma certa humildade e uma certa vontade de cooperação em conjunto, que também

lhe estendo a mão e digo, tenho vontade disso mesmo, e estaremos cá para isso mesmo. -----

----- Permitam-me Senhoras Deputados, antes de terminar, uma resposta ao Deputado do MPT, relativamente à crítica que faz ao Passe Único, dizendo, aliás, uma coisa perfeitamente peregrina, que é depois do Passe Único, seis meses depois, estamos a tratar da frota, Senhor Deputado, o Senhor Deputado pode fazer o favor de ir ler o plano aprovado em 2017, dois anos antes, dois anos antes de haver Passe Único, ainda não se sonhava que houvesse Passe Único, em que aqui mesmo, no debate que tivemos sobre a Carris, depois da saída do decreto da Carris apresentamos, aliás, as dez medidas centrais para a Carris, onde estava a aquisição dos autocarros, que foram adquiridos, que começaram a chegar, e quando o Passe Único entrou, nós já tínhamos muito melhores condições para responder à procura e ao aumento da procura, nós batemo-nos na diminuição... Não, não, que eles não estavam no papel, eles já andavam na rua! Só o Senhor Deputado é que acha que se anuncia em abril passam-se seis meses, o Presidente estala os dedos e os autocarros circulam na rua! Oh, Senhor Deputado, não é assim, isto não funciona assim, eles já estavam encomendados há muito há muito tempo e, por isso, isto é tudo resultado de uma política feita com enorme rigor, com enorme consistência e com enorme determinação. -----

----- Agradeço ao Deputado Ricardo Moreira, aliás, o ter referido e ter sinalizado nesta matéria, tivemos sempre uma visão absolutamente convergente, digo, que com uma Carris Municipal cumpriria muito melhor as suas obrigações de serviço público, se tivesse como representante, como tem como representantes do acionista uma equipa política e uma Vereação política profundamente comprometidas com o desenvolvimento da Carris.-----

----- Senhores Deputados, quero terminar a minha intervenção, não posso naturalmente fazê-lo hoje aqui, sem dar uma palavra de saudação muito especial à nossa Presidente, Deputada Helena Roseta, já lho disse em privado e digo em público, por mim continuaria por muitos e bons anos, respeito as decisões pessoais, mas quero registar aqui o enorme contributo que deu à afirmação da Assembleia Municipal, à democraticidade, à democracia na cidade de Lisboa, aos valores da participação, acho que a Cidade está mais forte com a sua passagem pela presidência da Assembleia Municipal de Lisboa!-----

----- E dizer que aprendi muito com o olhar atento, com a voz crítica, sempre, mas sempre em todas as circunstâncias construtiva que nos aprendeu melhorar. Aquilo que eu tenho a certeza absoluta é que a Cidadã Helena Roseta deixando de ser Presidente da Assembleia Municipal continuará a dizer exatamente as mesmas coisas, ou até com mais liberdade do que até aqui, o que só me ajudará a mim no exercício das minhas funções. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Obrigado também por estas suas palavras finais, pode ter a certeza que a voz crítica cá estará, e não estarei sozinha, portanto, cá estaremos! Uns aqui dentro da Assembleia e outros na Cidade! -----

----- Seja como for, este foi um Debate importante, agradeço a todos. -----

----- E Senhores Deputados, para a semana nós teremos uma Sessão para tratar do nosso Regimento, para resolver a questão do nosso Regimento, e na outra semana a seguir, a primeira semana de novembro, teremos a eleição dos Membros da Mesa que irão renunciar, portanto, o Senhor 1º Secretário e eu, e faremos a eleição para a substituição destes dois lugares, na semana de 5 de novembro. -----

----- Provavelmente para a semana, no final da Sessão já podemos anunciar, portanto, essa Ordem de Trabalhos, e se alguém mais se quiser candidatar, nós neste momento, sabemos que há pelo menos duas pessoas que se vão candidatar a estes dois lugares, mas, naturalmente, a candidatura é um ato aberto, e portanto, tem que haver algum tempo entre a renúncia e a eleição, para que possam aparecer outras candidaturas, se for caso disso. Muito obrigada Senhor Deputados.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e dez minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----